

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Relatório de Gestão
1998



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
(Composição)

Presidente

Des. Wilson Eder Graf

Vice-Presidente

Corregedor Regional Eleitoral

Des. Alcides dos Santos Aguiar

Juizes Efetivos

Juiz André Mello Filho

Juiz Volnei Ivo Carlin

Juiz Paulo Leonardo Medeiros Vieira

Juiz Ricardo Teixeira do Valle Pereira

Juíza Rejane Andersen

Juizes Substitutos

Des. José Roberge

Des. Alberto Luiz da Costa

Juiz Cláudio Gastão da Rosa

Juiz Antônio do Rêgo Monteiro Rocha

Juiz Rodrigo Roberto da Silva

Juiz Sérgio Roberto Baasch Luz

Juiz Carlos Alberto da Costa Dias

Procurador Regional Eleitoral

Dr. Carlos Antonio Fernandes de Oliveira

Procuradora Regional Eleitoral Substituta

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
(Composição da Secretaria)

Direção-Geral

Samir Claudino Beber

Assessoria da Direção-Geral

Kátia Cristina Kolb Schiefler Sombrio

Márcia Mendonça Ruhland

Assessoria da Presidência

Ana Eloise de Carvalho Flôres

Coordenadoria de Controle Interno

Denise Goulart Schlichmann Sobierajski

Secretaria Judiciária

Clycie Damo Bertoli

Coordenadoria de Registro e Informações Processuais

Rosana Spiller Fernandes

Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação

Rodrigo Camargo Piva

Secretaria da Administração

Maria Helena de Carlos Back

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Silvana Rudolfo

Coordenadoria de Comunicações

Norberto Ulysséa Ungaretti Júnior

Coordenadoria de Serviços Gerais

Nelzyr Silva Müller

Coordenadoria de Orçamento e Finanças

Salésio Bauer

Secretaria de Recursos Humanos

José Antônio Dutra Póvoas

Diretoria de Serviço de Assistência Médico-Social

Sérgio Luiz Lopes

Coordenadoria de Pessoal

Iraê Regina Vieira

SUMÁRIO

Apresentação, **9**

Presidência, **11**

Sessões realizadas e julgamentos, **13**

Resoluções normativas, **13**

Expedientes diversos, **14**

Atos preparatórios para as eleições, **14**

Apuração com o Sistema “Voto Cantado”, **15**

Outros atos preparatórios, **16**

Publicações oficiais, **19**

Jurisprudência informatizada, **20**

Novo edifício-sede, **20**

Recursos financeiros, **21**

Museu da Justiça Eleitoral Catarinense, **21**

Membros do Tribunal, **21**

Juizes Auxiliares do Tribunal, **22**

Colégio de Presidentes dos Tribunais Eleitorais Regionais do Brasil, **23**

Registros em ata de outros atos e ocorrências, **26**

Visitas ilustres, **28**

Participação em eventos oficiais, **29**

Diversos, **31**

Eleição Municipal de Cerro Negro, **31**

Agradecimentos, **32**

Corregedoria Regional Eleitoral, **35**

Assessoria da Presidência, **43**

Direção-Geral **47**

APRESENTAÇÃO

Senhores Juízes,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossas Excelências e à douda Procuradoria Regional Eleitoral para, em consonância com o disposto no art. 28, XXXVI, do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (Resolução TRESO n. 7.020/97), apresentar-lhes o relatório das atividades do Tribunal no período de 24 de março de 1998 até a presente data.

Esta Corte esteve voltada, predominantemente, à organização das eleições de 4 de outubro do ano transato, principalmente em face da ampliação do voto informatizado, bem como da inovação da apuração eletrônica de votos, conhecida como Sistema "Voto Cantado".

Compõe o relatório de gestão, além da síntese elaborada por esta Presidência, o relato circunstanciado das atividades desenvolvidas pela Direção-Geral, pela Secretaria Judiciária, pela Secretaria de Administração, pela Secretaria de Recursos Humanos e pela Secretaria de Informática, bem como pelas Assessorias e Coordenadoria de Controle Interno.

Florianópolis, março de 1999.

DES. WILSON EDER GRAF
Presidente

Presidência

Sessões realizadas e julgamentos

Foram realizadas no período 134 sessões, tendo sido julgados 1.127 processos e editadas 16 resoluções normativas, e, sem contar as decisões em processos administrativos e despachos de mero expediente em processos judiciais, foram proferidos pela Presidência 36 despachos em juízo de admissibilidade de recurso especial e 1 em pedido de suspensão de liminar.

A estatística bem demonstra as intensas atividades judicantes do Tribunal, como sói acontecer em um ano eleitoral, ainda mais com novidade do instituto da reeleição para cargos executivos.

Destaca-se, por oportuno, que os processos relativos a pedido de registro e respectivas impugnações, bem assim os relativos à propaganda eleitoral obedeceram à celeridade que sua natureza exige.

Resoluções normativas

Das resoluções normativas que este Tribunal entendeu necessárias para assegurar a regularidade dos serviços eleitorais, registram-se as seguintes:

- ✍ Resolução TRESA n. 7.043/98 - Discrimina a competência e regula a distribuição dos feitos e o regime de atendimento de urgência dos Juízes Auxiliares designados pela Resolução TRESA n. 7.040/98;
- ✍ Resolução TRESA n. 7.060/98 - Estabelece sobre o plantão de um Juiz Membro do Tribunal, fora do período de expediente da Secretaria do Tribunal, bem como aos sábados, domingos e feriados, incumbindo-lhe prover os casos de manifesta urgência, para evitar perecimento de direito ou garantir a regularidade do processo eleitoral;
- ✍ Resolução TRESA n. 7.073/98 - Altera a Resolução TRESA n. 6.867/95, extinguindo o Serviço de Protocolo e Distribuição de Documentos (FC-4) vinculada à Seção de Controle Geral de documentos e cria o Serviço de Acompanhamento de Processos Administrativos (FC-4), vinculado à Secretaria de Administração;
- ✍ Resolução TRESA n. 7.081/98 - Estabelece a competência do Dele-

- ✍ Resolução TRESA n. 7.091/98 - Estabelece prazos para pedido e processamento do exercício de direito de resposta às ofensas veiculadas no programa eleitoral gratuito no rádio e na televisão, nos dias 30 de setembro e 1º de outubro de 1998, e dá outras providências;
- ✍ Resolução TRESA n. 7.099/98 – Disciplina sobre o Sistema Informatizado de Prestação de Contas dos candidatos e Comitês Financeiros dos partidos políticos;
- ✍ Resolução TRESA n. 7.101/98 - Altera o inciso II e insere novo inciso III ao art. 10 da Resolução TRESA n. 7.051/98;
- ✍ Resolução TRESA n. 7.103/98 – Instruções para a realização da eleição para prefeito e vice-prefeito do município de Cerro Negro, pertencente à 52ª Zona Eleitoral (Anita Garibaldi), a ser realizada em 28 de fevereiro de 1999, utilizando-se o sistema eletrônico de votação e totalização dos votos, e fixação do respectivo Calendário Eleitoral e formulários anexos;
- ✍ Resolução TRESA n. 7.104/98 - Dispõe sobre o procedimento a ser adotado para a cobrança de multas aplicadas, nos termos do Código Eleitoral e legislação afim – excetuados os decorrentes de condenações criminais;
- ✍ Resolução TRESA n. 7.105/98 - Instruções sobre arrecadação e aplicação de recursos na campanha eleitoral para a eleição de prefeito e vice-prefeito do município de Cerro Negro – 52ª Zona Eleitoral (Anita Garibaldi) – e Prestação de Contas;
- ✍ Resolução TRESA n. 7.109/99 – Altera a Resolução TRESA n. 7.103/98.

Expedientes diversos

Foram protocolizados neste Tribunal 12.455 documentos; expedidos 5.347 ofícios; 197 ofícios circulares; 286 portarias da Presidência; 68 portarias da Vice-Presidência; 438 portarias da Direção-Geral; 6 ordens de serviço; 93 telex; 110 telex circulares e 3.015 fac-símiles (contados apenas os do Setor de Telecomunicações).

mostrou altamente positiva e exitosa, razão por que merece especial destaque.

Apuração com o Sistema "Voto Cantado"

O impulso inicial foi dado com a constituição do Grupo de Trabalho composto pelo Desembargador Alcides dos Santos Aguiar, pelos Doutores Carlos Antonio Fernandes de Oliveira, Luiz Henrique Martins Portelinha, Marli Mosimann Vargas, José Carlos Carstens Köhler e Srt^a Jane Justina Maschio, destinado a avaliar - com fundamento nos dados coletados no laboratório realizado em 7 de abril de 1998, para formar sua convicção - a possibilidade da utilização de coletores eletrônicos de votos na apuração das eleições daquele ano, especificamente nos municípios não-contemplados com eleições informatizadas, sendo que os aspectos de ordem técnica, logística e operacional ficaram a cargo da Secretaria de Informática.

Em 20 de abril reuniu-se o Tribunal em sessão extraordinária, convocada a pedido do Desembargador Alcides dos Santos Aguiar, para dar ciência ao Colegiado do labor desenvolvido pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria P n. 115/98, tendo sido, na ocasião, apresentado o relatório final, que foi remetido ao colendo TSE, na mesma data, mediante o Ofício P n. 1.110, juntamente com outros documentos, a fim de fornecer àquela Corte subsídios para o trato da matéria.

Em 26 de abril, foi encaminhado ao TSE, em aditamento ao expediente anterior, o Ofício P n. 1.723, contendo detalhada exposição de motivos, com a sugestão de que cada Tribunal Regional, consideradas as realidades locais, deliberasse pela utilização da sistemática, sendo tal tratativa comunicada a esta Corte no dia seguinte.

Houve reuniões dos Secretários de Informática, em São Paulo, nos dias 28 e 29 de abril, a fim de avaliar tecnicamente a probabilidade de adoção do sistema.

Na sessão de 17 de junho a Presidência cientificava à Corte de que, por convocação do Presidente do Colégio de Presidentes dos TREs do Brasil, compareceu em Brasília, à reunião com o Ministro Ilmar Galvão, então Presidente do TSE, oportunidade em que foi entregue ao Senhor Ministro, juntamente com a Proclamação de Campo Grande e com a ata do encontro do Colégio de Presidentes realizado naquela Ca-

Na sessão de 1º de julho o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina aprovava, em sessão, a utilização do sistema em todos os municípios catarinenses onde haveria votação convencional.

Finalmente, em 6 de agosto, o TSE regulamentava a matéria mediante a Resolução n. 20.292.

Para obter-se mais subsídios operacionais, realizou-se, juntamente com a simulação de votação eletrônica, a simulação da eleição convencional, com apuração pelo Sistema "Voto Cantado", em evento organizado pelo TRESA, em Itajaí (SC), em 21 de agosto, na qual ocorreu a transmissão de dados, respectivamente, ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Tribunal Superior Eleitoral, completando-se o ciclo oficial da eleição. O evento, que se realizou paralelamente à X Reunião do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil, em Balneário Camboriú (SC), contou com as honrosas presenças do Ministro Ilmar Galvão, do Ministro Sepúlveda Pertence, do Ministro Hélio Mosimann e dos Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do País.

No mês de setembro, firmava-se parceria com as Polícias Civil, Militar e Federal e com Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, visando à segurança e ao transporte das urnas eletrônicas, seguindo a logística de distribuição.

Na avaliação do Colégio de Presidentes de todos os Tribunais Regionais Eleitorais - levada a efeito na reunião realizada nos dias 19 e 20 novembro de 1998, em Natal, no Rio Grande do Norte, com a pauta específica de avaliação das eleições de 1998 - constatou-se que o sistema atendeu plenamente às expectativas de todos os Estados-membro que o adotaram, elencando-se como principais vantagens a segurança, a racionalização de serviço e de custos, a transparência e a rapidez.

Outros atos preparatórios

Com vistas ao treinamento e aperfeiçoamento dos servidores, membros do Tribunal e Juizes Auxiliares, habilitando-os a bem exercer as atividades que lhes são inerentes, foram disponibilizados 73 (setenta e três) cursos, nas mais diversas áreas de atuação, que contaram com a participação de 207 (duzentos e sete) servidores, dos quais se destacam aqueles mais diretamente voltados ao processo eleitoral, a saber:

- ✍ Treinamento – urnas eletrônicas, no TSE, em Brasília (DF), em 19 de maio;
- ✍ Reunião dos Secretários de Informática, no TSE, em Brasília (DF), nos dias 29 e 30 de maio;
- ✍ 1º Congresso Centro-Sul de Direito Eleitoral, realizado em Campo Grande (MS), de 3 a 5 de junho;
- ✍ Seminário - A Nova Lei Eleitoral, em Florianópolis (SC), em 6 de julho;
- ✍ Reunião de Diretores-Gerais, no TSE, em Brasília (DF), nos dias 9 e 10 de julho;
- ✍ Encontro dos Secretários de Informática, no Rio de Janeiro (RJ), nos dias 24 e 25 de julho;
- ✍ Reunião dos Secretários de Administração e Presidentes de Comissão de Recebimento das Urnas Eletrônicas, no TSE, em Brasília (DF), em 26 de julho;
- ✍ II Simpósio Nacional de Direito Eleitoral, em Curitiba (PR), de 30 de julho a 1º de agosto;
- ✍ Treinamento – formação de instrutores da votação eletrônica, no TSE, em Brasília (DF), de 3 a 5 de agosto;
- ✍ Treinamento do sistema de totalização, gerenciamento e recursos, em Belo Horizonte (MG), em 14 de agosto;
- ✍ Reunião dos Secretários de Informática, em São Luís (MA), nos dias 30 e 31 de agosto;
- ✍ Reunião para apresentação do sistema de análise de prestação de contas da campanha eleitoral de 1998, no TSE, em Brasília (DF), nos dias 10 e 11 de outubro.

Foram organizados, pela Secretaria do Tribunal, os seguintes eventos, entre outros:

- ✍ Treinamento de 42 (quarenta e dois) servidores para operarem o

- ✍ Apresentação aos partidos políticos sobre o sistema informatizado de prestação de contas, em 19 de junho e respectivo treinamento prático, de 22 a 26 de junho;
- ✍ Reuniões com os representantes dos partidos políticos e com os Juízes Auxiliares sobre propaganda eleitoral, em 9 e 10 de julho;
- ✍ Sorteio dos *outdoors* e painéis eletrônicos destinados à propaganda eleitoral, em 10 de julho;
- ✍ Treinamento – urna eletrônica e sistemática do voto cantado, de 102 (cento e dois) Chefes de Cartório e 99 (noventa e nove) Escrivães Eleitorais, de 27 a 31 de julho;
- ✍ Reunião com os partidos políticos, ACAERT, TELESC e EMBRATEL, visando à elaboração do plano de mídia, em 3 de agosto;
- ✍ Apresentação do sistema informatizado de prestação de contas da campanha aos técnicos dos Tribunais de Contas da União e do Estado, na presença dos representantes partidários, em 4 de agosto;
- ✍ Realização do VII Encontro de Juízes Eleitorais e II Encontro de Promotores Eleitorais, com participantes das 102 Zonas Eleitorais, na sede da OAB/SC, no dia 8 de agosto;
- ✍ Treinamento do Sistema "Voto Cantado", nos Cartórios Eleitorais, por servidores do Tribunal, envolvendo 3.530 (três mil, quinhentos e trinta) mesários, de 10 a 14 de agosto;
- ✍ Sorteio da ordem dos candidatos nas cédulas e divulgação do plano de mídia, em 14 de agosto;
- ✍ Ressorteio dos *outdoors* e apresentação da cédula oficial, em 1º de setembro;
- ✍ Ressorteio dos painéis eletrônicos, em 11 de setembro; e
- ✍ Reunião com representantes dos partidos políticos e delegados, com a seguinte programação: fiscalização das Eleições, aspectos jurídicos, práticos e técnicos; demonstração do sistema de apuração pelo voto cantado: apresentação das fotografias dos candidatos inte-

✍ **Eleições Simuladas.** Também seguindo os passos de meu ilustre antecessor, foram realizadas simulações de votação eletrônica nos municípios contemplados, pela primeira vez, com a coleta eletrônica de votos, seguindo-se o seguinte cronograma: **Jaraguá do Sul (SC)**, no dia 9 de maio; **Criciúma (SC)**, em 30 de maio; **Blumenau (SC)**, no dia 20 de junho; **Concórdia (SC)**, em 4 de julho; **Palhoça (SC)**, no dia 14 de agosto, e, finalmente, em **Itajaí (SC)**, no dia 21 de agosto, em atos dirigidos pela Presidência, com a efetiva participação dos Juízes Eleitorais, e em eventos invariavelmente prestigiados pelos Prefeitos, pelos Juízes Diretores de Foro, pelo Procurador Regional Eleitoral e por Juízes desta Corte, e por outras autoridades municipais, estaduais e federais, nelas incluídos alguns parlamentares. A eleição simulada em Itajaí (SC) merece especial destaque, ante as razões já elencadas no item “apuração com Sistema ‘Voto Cantado’”.

Publicações oficiais

Foram elaborados o volume 5, números 1 e 2, da RESENHA ELEITORAL - *Nova Série* e o volume 2 do *Ementário de Jurisprudência* do TRESC, remetidos, como de costume, aos Juízes e Promotores Eleitorais do Estado e Bibliotecas, Universidades, autoridades e Órgãos Judiciários de todo o País, totalizando-se, ao final, cerca de 2.200 exemplares.

Deu-se prosseguimento à confecção do *JTRESC Impresso*, ementário de jurisprudência deste Tribunal com periodicidade mensal, também encaminhado a todos os Juízes e Promotores Eleitorais do Estado, bem como a todos os Pretórios Eleitorais. Esse periódico tem se revelado uma importante fonte de pesquisa, trazendo subsídios para a solução de questões oriundas nos juizados de 1a. instância.

Sob a coordenação da Secretaria Judiciária foi produzido um volume denominado *ELEIÇÕES 1998 – Legislação Consolidada*, contendo a Lei n. 9.504/97, Resoluções do TSE e TRESC e fluxogramas dos principais procedimentos da citada lei e do Código Eleitoral, repassado a todos os membros do Pleno, Juízes Auxiliares e assessores, objetivando-se, com isso, a organização das matérias atinentes ao último pleito e o seu pronto acesso pelos operadores do Direito Eleitoral.

Elaborou-se ainda um *Manual de Fiscalização*, contendo a

Jurisprudência informatizada

Todas as Zonas Eleitorais de Santa Catarina e os Tribunais Eleitorais do País continuaram tendo acesso informatizado à jurisprudência do TRESC, por intermédio da distribuição do banco de dados JTRESC, diariamente atualizado.

Independente disso foi definitivamente implementada a base de jurisprudência SJUR, com a migração e conversão dos dados do sistema JTRESC, nos moldes adotados pelo TSE. Tal sistema visa à recuperação dos julgados deste Tribunal, sendo que foram acrescentados, após criteriosa análise e indexação, 246 acórdãos e 63 resoluções, totalizando, atualmente, 8.144 registros (6.619 acórdãos e 1.525 resoluções) atualmente disponíveis na rede do Tribunal e na página da Intranet do TSE, permitindo-se, assim, a disseminação *on-line* da jurisprudência catarinense em todo o território nacional. Registre-se que, a partir de 1998, a indexação das decisões passou a ser feita com base no índice *Thesaurus*, do TSE.

Novo edifício-sede

Na gestão anterior foi adquirido o imóvel urbano com área de terreno de 1.302,20 m² e benfeitorias de 6.295,70 m², sito na Rua Esteves Júnior, 68, Centro desta Capital, para abrigar a nova sede deste Tribunal Regional Eleitoral, tendo sido o pagamento da última parcela efetuado no final de 1998.

O esforço, agora, é dirigido para a adequação do referido imóvel às necessidades desta Corte, para o que já foi concluído o processo de licitação que tinha por objeto a elaboração do projeto de reforma (Processo SA n. 214/09/97 - Convite n. 16/97), deflagrado em setembro de 1997 e encerrado em janeiro de 1998, ainda na gestão de meu ilustre antecessor, com a lavratura do termo de contrato.

A partir daí seguiram-se sucessivas etapas de entrega do projeto, conforme consignado contratualmente, quais sejam: estudo preliminar, ante-projeto e, por fim, projeto executivo/detalhamentos/projetos complementares, sendo esta última cumprida em setembro do corrente.

Deu-se início, então, à Tomada de Preços n. 21/98, para a execução da reforma, incluindo material, concluída no final de dezem-

Recursos financeiros

Do total de R\$ 35.773.942,88, de créditos orçamentários recebidos, foram executados R\$ 35.457.381,42, com uma economia orçamentária de R\$ 316.561,46.

Ressalta-se que todo o detalhamento técnico-contábil está no relatório da Coordenadoria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Administração da Secretaria desta Tribunal, que integra o presente.

Importante registrar - entre as muitas aquisições desta gestão, todas arroladas no relatório acima referido - os 2 veículos zero quilômetro, aumentando a frota do Tribunal para 9 viaturas, e, ainda, o serviço de assistência médica de urgência 24 horas e o serviço "área protegida", que possibilitam aos membros do Tribunal, servidores e seus dependentes, bem como aos cidadãos que estejam nas dependências do Tribunal maior segurança e a certeza de pronto atendimento, caso seja necessário.

Museu da Justiça Eleitoral Catarinense

Com vistas à criação e instalação do Museu da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, foi designado, por esta Presidência, em 30 de novembro de 1998, por meio da Portaria P n. 354/98, um Grupo de Trabalho para realizar estudos sobre a sua viabilidade.

O Grupo de Trabalho constituído reuniu-se diversas vezes e deliberou pelo encaminhamento de um formulário denominado "pré-inventário" a todos os Juizes Eleitorais do Estado, a fim de se obter informações sobre a existência, nos Cartórios Eleitorais, de peças e documentos que pudessem integrar o acervo eleitoral.

De posse desses dados, e após cotejá-los, o Grupo, em 11 de março, apresentou seu relatório final, conclusivo no sentido de ser não só viável, como necessária, a criação e instalação do Museu da Justiça Eleitoral Catarinense, ante a constatação da disponibilidade de materiais de relevante valor histórico, sujeitos a deterioração e extravio, caso não seja levada a efeito esta importante iniciativa.

Na mesma data, esta Presidência deu conhecimento do seu conteúdo ao Pleno da Corte, que aprovou, à unanimidade, a criação do Museu, tendo sido deliberado que a Presidência baixaria uma Portaria

Na sessão de 24 de junho o Doutor Fernando Carioni, Juiz Substituto na categoria Jurista, despediu-se da Corte, tendo em vista o término de seu mandato.

O Doutor Paulo Leonardo Medeiros Vieira tomou posse no cargo de Juiz Efetivo do Tribunal, na categoria Jurista, em decorrência da vaga deixada pelo Doutor Cesar Pasold, em sessão solene realizada no dia 25 de junho.

O Doutor André Mello Filho, Juiz da mesma classe, despediu-se em 2 de julho, tendo sido reconduzido, por mais um biênio, a partir de 21 de julho (publicação no DOU) e retomado as suas atividades no 17 de agosto, após cerimônia informal, realizada em Gabinete, a pedido de Sua Excelência.

Durante o mencionado período de afastamento atuou perante a Corte o Doutor Cláudio Gastão da Rosa, Juiz Substituto na classe Jurista.

Na sessão de 26 de agosto comunicou-se a publicação no DOU de 25 de julho de 1998 da nomeação do Doutor Rodrigo Roberto da Silva, para compor o Pleno, como Juiz Substituto da classe Jurista, na vaga decorrente do término do primeiro mandato do Doutor Fernando Carioni, comunicando que a posse de Sua Excelência seria em Gabinete, no dia 27 de agosto.

O Doutor Rômulo Pizzolatti, Juiz Federal, concluiu seu mandato de membro efetivo desta Corte em 15 de setembro e, em seu lugar, tomou posse o Doutor Ricardo Teixeira do Valle Pereira, no dia 16 de setembro, em sessão solene.

Em 22 de setembro despedia-se do Tribunal o Doutor Wilson Augusto do Nascimento e, substituindo-o, como Juíza Efetiva, a Doutora Rejane Andersen, empossada em 23 de setembro, em sessão solene.

Na mesma data, O Doutor Sérgio Roberto Baasch Luz tomou posse, em Gabinete, como Juiz Substituto, na Classe Juiz de Direito.

Juízes Auxiliares do Tribunal

Por meio da Resolução TRFSC n. 7.040/98 o Tribunal designa-

Valle Pereira e à Juíza Rejane Andersen, tendo em vista a posse dos últimos como Membros efetivos desta Corte.

Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil

Realizaram-se, durante esta gestão, 7 (sete) reuniões do Colégio de Presidentes, às quais compareceu a Presidência desta Corte, para participar das discussões de aspectos atinentes ao processo eleitoral e assuntos administrativos diversos de interesse de todos os Tribunais, a saber:

- ✍ Em Brasília (DF) nos dias 1º, 2 e 3 de abril, quando foram examinadas matérias de interesse da Justiça Eleitoral, tais como: Propaganda Partidária e Propaganda Eleitoral – Limites diferenciadores; Pesquisa Eleitoral – Registro e exame pelos TREs; Auto-Administração do Cadastro Eleitoral e Expedição de Título Eleitoral *on-line* pelos TREs; Análise da Proposta de Crédito Suplementar para as Eleições de 1998; Justiça Eleitoral e as Eleições de 1998, pelo Ministro Ilmar Galvão, Presidente do TSE; A Modernização da Justiça Eleitoral, pelo Doutor Luiz Antônio Reader e pelo Doutor Ney Natal de Andrade Coelho; tendo sido, também, eleita a nova Diretoria do Colégio, sendo escolhidos por aclamação o Des. Rêmolo Letteriello (MS), como Presidente, Des. Jamil Pereira de Macedo (GO), como Vice-Presidente, Des. Wilson Eder Graf (SC), como Secretário, Des. Fernando Ribeiro Franco (SE), como Secretário Substituto, Des. Nelson Schiesari (SP) e Elvino Schuch Pinto (RS), como vogais, que foram empossados em seguida. Foi aprovada a “Proclamação de Brasília”;
- ✍ Em Campo Grande (MS), de 4 a 5 de junho, cuja pauta foi a seguinte: Multa e os Recursos Eleitorais na Lei das Eleições, por Tito Costa, Advogado e autor (SP); Palestra sobre o Voto Cantado: procedimentos e logística, por Mauro Hissao Hashioka (INPE/TSE) e Giuseppe Dutra Janino (TSE); Inelegibilidade na Lei Complementar n. 64/90, por Adriano Soares da Costa, Juiz de Direito, professor e autor (AL); Visão Geral do Projeto SIELEI 98 (Sistema de Informática para as Eleições/98), por Mauro Hissao Hashioka (INPE/TSE); Palestra sobre Padronização na Justiça Eleitoral, por Paulo César Bhering Camarão (Secretário de Informática/TSE); Registro

das na reunião de Campo Grande, principalmente aquelas relacionadas às reformas que atingem direta ou indiretamente à magistratura e da sistemática do voto cantado, sendo que, após tomar as deliberações, os participantes deslocaram-se até o Tribunal Superior Eleitoral para, em audiência com o Ministro Ilmar Galvão, encaminhar a matéria;

✍ Em Balneário Camboriú (SC), nos dias 20 e 21 de agosto - paralelamente à eleição simulada de Itajaí (SC) -, na qual se discutiu e deliberou-se, basicamente, sobre os temas que seguem: Serviço Extraordinário no Período Eleitoral; Base de Cálculo para o Pagamento de Serviço Extraordinário a Servidores Requisitados e Auxiliares Eleitorais; Pagamento do Valor Integral da Função Comissionada (FC) Cumulado às Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas (VPNI), e, nos assuntos gerais, tratou-se dos graves problemas relacionados ao cadastro eleitoral, sobre o qual discorreu o Desembargador Alcides dos Santos Aguiar, Corregedor Regional Eleitoral de Santa Catarina. Os Presidentes participaram da abertura da eleição simulada de Itajaí (SC), após o que assistiram à palestra que o Ministro Ilmar Galvão proferiu na "Semana de Estudos Jurídicos" do Centro de Educação Superior de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais da Universidade do Vale do Itajaí (SC) (UNIVALI). Presenciaram, também, a demonstração do voto cantado, com apuração de urna contendo aproximadamente 30 (trinta) cédulas, em tempo não-superior a 20 (vinte) minutos, e do encerramento da eleição simulada de Itajaí (SC), que incluiu a transmissão de dados ao TRES e TSE, respectivamente, completando-se o ciclo oficial da eleição;

✍ Em Natal (RN), nos dias 19 e 20 de novembro, cujo objetivo primordial foi a avaliação das eleições de 1998, bem como a coleta de sugestões práticas e de alteração da legislação eleitoral, levadas a efeito por cada Tribunal Regional, para o que fora distribuído um questionário pela Presidência do Colégio, com antecedência, para todos os Tribunais Regionais. Sistematizadas as respostas das questões, houve amplo debate acerca das matérias e deliberou-se pelo encaminhamento, pelo Colégio de Presidentes, da síntese dos questionários. Para aglutinar as sugestões legislativas, nomeou-se uma Comissão de Sistematização das Sugestões de Alterações Legislativas compostas pelos Des. Elvino Schuch Pinto (RS), Nelson

ca, o que foi aprovado por unanimidade, bem como outras propostas genéricas que constam na Proclamação de Natal. Sucessão: o Presidente do Colégio lembrou que seu mandato terminava em janeiro, o do Vice-Presidente, em fevereiro e o do Secretário, em março. Por proposta do Desembargador Jamil Pereira de Macedo (GO), ficou aprovado, unanimemente, que a sucessão dar-se-ia por substituição, na ordem acima referida, assim que os mandatos fossem encerrando-se. Deliberou-se, ainda, que, no período em que este Desembargador estivesse na Presidência, o Colégio voltaria a reunir-se para completar a Diretoria;

- ✍ Em Curitiba (PR), no dia 19 de dezembro do ano transato, para a apresentação da sistematização das propostas - fruto de um exaustivo trabalho realizado pela Comissão - ocasião em que o relator da Comissão, Desembargador Élvio Schuch Pinto explicou que o relato seria longo, que eram muitas as propostas, inclusive com algumas coincidentes e outras conflitantes, o que ocasionaria dificuldade de tramitação e acolhimento no Congresso Nacional, sugerindo a redução para 15, 20 ou 30 pontos, no máximo, com triagem feita pela Comissão e conclusões apresentadas na próxima reunião do Colégio de Presidentes. Essa idéia foi aprovada imediatamente, ficando os membros da Comissão, Desembargadores Élvio, Jamil, Schiesari e Cury, responsáveis pelo enxugamento do texto apresentado até o relatório final. Tratou-se, também, de assuntos gerais, entre os quais a situação crítica a que pode ser levada a Justiça Eleitoral em função do previsto na Emenda Constitucional da Reforma Administrativa e da chamada lei do subsídio a ser elaborada pelo Congresso Nacional. O Desembargador Rêmolo Letteriello, Presidente do Colégio, lembrou que aquela seria a última reunião que dirigia, visto que encerraria o seu mandato no TREMS nos próximos dias, fazendo breve relato das ações desenvolvidas. Logo prestou contas de sua administração, decidindo-se que exerceriam a Presidência do Colégio, sucessivamente, o Desembargador Jamil (GO), até o término de seu biênio no dia 19 de dezembro de 1998, e este Presidente, a partir dessa data, que ficou com a responsabilidade de presidir a Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada em Palmas (TO), em março de 1999, para eleger a nova diretoria;
- ✍ Em Palmas (TO), de 4 a 5 de março do corrente, com a pauta de eleição e posse da nova diretoria. Por aclamação unânime, os pre-

tes da Comissão Mista que analisa a “Reforma do Poder Judiciário”. Em continuidade à pauta o Desembargador Élvio Schuch Pinto, relator da Comissão designada para a sistematização das propostas legislativas a serem encaminhadas ao Congresso Nacional, apresentou o relatório final da Comissão. Deliberou-se que a redação final da exposição de motivos a ser encaminhada ao Congresso Nacional ficará a cargo do Desembargador Nelson Schiesari, integrante da Comissão, que submeterá o texto ao Presidente e ao Secretário do Colégio. Após a explanação, a única divergência deu-se no item 2.93, onde, por onze votos a nove, decidiu-se pela supressão do trecho “[...] e tantos no interior quantos necessários”, deliberando-se pela seguinte redação: “Art. 96, § 3º - O Tribunais Eleitorais designarão até seis Juizes Auxiliares para apreciar as reclamações ou representações que lhes forem dirigidas.” No mais, a proposta foi aprovada pelo Colégio, ficando a sua íntegra consignada na ata da XIII Reunião.

Registros em ata de outros atos e ocorrências

Em 1º de abril comunicava-se, em sessão, o recebimento de correspondência do Doutor Olivar Coneglian remetendo artigo intitulado “O candidato é o Presidente” para publicação na RESENHA ELEITORAL – *Nova Série* e informando o próximo lançamento de sua obra “Radiografia da lei das eleições”, bem como da nova edição do livro “Propaganda eleitoral”, devidamente adaptado à nova lei.

No dia 20 de abril registrou-se em ata que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos confirmara a possibilidade de distribuir e coletar as urnas eletrônicas nos municípios catarinenses com votação eletrônica em 1998 e comunicava-se a visita do Doutor Carlos Araújo Leonetti que, afirmando sentir-se honrado por ter sido seu nome lembrado para integrar a lista triplíce para preenchimento da vaga de Juiz Efetivo da Classe de Advogados, neste Tribunal, manifestou o desejo de declinar da honraria.

Na sessão de 6 de maio do corrente ano, a Presidência ressaltou sua satisfação com os resultados altamente positivos alcançados pela campanha em prol do alistamento eleitoral, realizada pela Justiça Eleitoral com ampla colaboração da imprensa, aumentando o número de eleitores e, conseqüentemente, o da representatividade de Santa

não menos de 12 nomes de juristas com notório conhecimento de Direito Eleitoral, para que aquele Sodalício possa melhor compor a sua própria relação.

Em 7 de maio registrava-se em ata o envio, naquela data, de correspondência ao colendo Tribunal Superior Eleitoral, reiterando solicitação do Desembargador João José Ramos Schaefer — até em homenagem ao empenho de Sua Excelência —, no sentido de obter, daquele egrégio Tribunal, autorização para realizar votação eletrônica no município de Concórdia (que não atingira o número de 40.500 eleitores fixado na Resolução TSE n. 20.108/98 tão-somente por 72 eleitores), por ter, este Tribunal, condições de fazê-lo com seus próprios recursos.

Em 13 de maio consignava-se que, mediante o Ofício n. 2.672/87-PR/TSE, datado do dia anterior e subscrito pelo Ministro Ilmar Galvão, o Tribunal Superior Eleitoral autorizava a realização de eleição informatizada em Concórdia.

Em de 28 de maio registrava-se que, naquela manhã, a Presidência tivera o prazer de receber o Ministro Adhemar Ghisi, representando o Tribunal de Contas da União, para a assinatura do termo de permuta — previamente autorizada pelo Pleno deste Tribunal — do prédio da atual sede, na Rua São Francisco, por aquele atualmente ocupado pelo TCU na Rua Esteves Júnior, no qual, ao passar a integrar o acervo deste TRE, serão instaladas as Zonas Eleitorais.

Na sessão de 4 de junho a Presidência lembrava ao Colegiado que às 10 horas do dia seguinte, na sede do Ministério Público de Santa Catarina, seria realizada em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, bem assim a cerimônia de posse dos novos Promotores de Justiça Substitutos.

Em 16 de julho do corrente a Presidência fez agradecimento especial ao Grupo de Trabalho nomeado para a simulação da sistemática do voto cantado.

Em 30 de julho dava-se ciência ao Pleno de que o TSE divulgara os dados relativos aos eleitores de Santa Catarina (por município, tanto em ordem alfabética como por ordem decrescente de eleitorado), dos quais distribuiu-se cópia a todos os Membros da Corte.

Na sessão de 12 de agosto os Juízes do Tribunal eram convidados, pela Presidência, para palestra do Ministro Ilmar Galvão, na

ção, numeração, registro e controle do andamento dos processos referentes a pedido de registro de candidatura.

Em 17 de setembro registrava-se a reativação, no dia anterior, do sistema de atendimento telefônico "1511", para prestação de serviços à comunidade, mediante o esclarecimento de dúvidas pertinentes à Justiça Eleitoral.

Aos 30min do dia 6 de outubro a Presidência, confirmando o encerramento dos trabalhos de apuração, totalização e transmissão dos dados ao TSE, relativamente às eleições de 1998, formalizou uma série de agradecimentos a todos àqueles que ajudaram a concretizar a festa cívica do exercício do voto, defluente da vontade livre e soberana de cada cidadão. Após, passou a palavra ao Desembargador Alcides dos Santos Aguiar para, como Presidente da Comissão Apuradora, fazer a entrega, ao Plenário, do relatório do resultado final da eleição. Sua Excelência o fez, encaminhando os mapas gerais de apuração e lendo a nominata dos eleitos, oportunidade em que teceu uma série de agradecimentos, em especial, aos demais componentes da Comissão. Em seguida, foram proclamados eleitos, pela Presidência, os candidatos constantes da relação lida pelo Presidente da Comissão.

Em 10 de dezembro, por meio do Ofício n. 1.995/98 o Desembargador Alcides dos Santos Aguiar, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, encaminhava o Relatório Anual de Atividades desenvolvidas na Corregedoria Regional Eleitoral, que constou integralmente na ata daquela sessão.

Reuniu-se o Tribunal, no dia 17 de dezembro, em sessão solene, nas dependências do Clube 12 de Agosto, com vistas à diplomação dos eleitos nas eleições de 4 de outubro de 1998

Visitas ilustres

Em 16 de julho a Presidência falou, em sessão, da honra de o Tribunal poder contar com o comparecimento do Ministro Hélio Mosimann e dos Desembargadores João Martins, Ernani Palma Ribeiro e João José Ramos Schaefer, todos ex-Presidentes do TRESA, bem como do Desembargador Paulo Benjamin Fragoso Galotti, ex-Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, à simulação de apuração pelo Sistema "Voto Cantado", realizada na mesma data nesta Casa.

de Magistratura, bem como a realização de um I Ciclo de Altos Estudos de Direito, envolvendo magistrados maranhenses e catarinenses.

A convite da Presidência, na sessão de 30 de novembro, também integraram a Mesa o Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, ex-Presidente do Tribunal e atual Corregedor-Geral da Justiça estadual, e o Doutor Nicolau Apóstolo Pitsica, Chefe do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Na ocasião, a Presidência proferiu alocução saudando os visitantes acima citados e à Doutora Vera Lúcia Teixeira, também da UFSC, o Doutor Carlos Estrela Brito e o Senhor Joaquim Veríssimo - ambos de Moçambique e atualmente cursando pós-graduação naquela Universidade -, anunciando que eles acompanhariam, como observadores eleitorais internacionais, as próximas eleições, tendo sido eles apresentados à imprensa, na mesma data.

No dia 10 de dezembro registrava-se a presença - compondo a Mesa da Presidência como convidado de honra - do Desembargador Élvio Schuch Pinto, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, cuja presença em Florianópolis tinha por objetivo dar continuidade ao trabalho da Comissão de Sistematização das Sugestões Legislativas do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, a ser apresentado na reunião do dia 19 daquele mês, em Curitiba (PR). Na ocasião o visitante foi saudado pela Presidência, pela Vice-Presidência e pela Procuradoria Regional Eleitoral.

Participação em eventos oficiais

O Presidente do Tribunal compareceu:

- ✍ Em 2 de abril de 1998, em Brasília (DF), para a posse dos Ministros Antônio de Pádua Ribeiro e Cid Flaquer Scartezini, respectivamente, como Presidente e Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça;
- ✍ No dia 22 de maio, à transmissão do cargo de Governador em exercício para o Desembargador João Martins, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;
- ✍ Em 24 de junho, à cerimônia de posse dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores Élvio Schuch Pinto e Osvaldo Stefanello como

se discutiram, entre outros temas, os reflexos da Emenda Constitucional da Reforma Administrativa na gratificação eleitoral percebida pelos Juizes Eleitorais;

- ✍ A diversas solenidades de caráter militar: do 63º Batalhão de Infantaria, 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, do Comando do Grupamento Leste, da Escola de Aprendizes Marinheiros, da Base Aérea de Florianópolis e da Polícia Militar;
- ✍ A inaugurações de foros e a outras cerimônias para as quais foi especialmente convidado por Universidades públicas e privadas, Escolas Superiores da Magistratura e do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Assembléia Legislativa do Estado, Tribunais de Justiça do Estado de Santa Catarina e do Maranhão, Tribunal Regional Eleitoral do Sergipe entre outros;
- ✍ Em Brasília (DF), no dia 2 de março de do corrente, à solenidade de posse dos Ministros José Néri da Silveira e Maurício Corrêa, respectivamente, nos cargos de Presidente e de Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral;
- ✍ No Tribunal Superior Eleitoral, no dia 3 de março, por convite da nova Presidência daquele Tribunal, em **reunião dos Presidentes** de todos os Tribunais Regionais Eleitorais do País **com o Ministro Néri da Silveira**, na qual se discutiu as **metas de gestão** da Presidência do Tribunal Superior para o biênio 1999/2000. Na oportunidade - convidada a falar em nome do respectivo Colégio de Presidentes, na condição de seu Presidente, em exercício - esta Presidência levou ao ilustre Presidente do Tribunal Superior Eleitoral as **principais deliberações e aspirações do Colégio**, principalmente aquelas constantes da "Proclamação de Natal", tendo sido a grande maioria acolhida, de plano, à exceção do recadastramento eleitoral com emissão de título com fotografia digitalizada, tendo em vista os cortes orçamentários por que todo o setor público vem passando. Todavia, apresentou o Ministro solução intermediária de depuração do cadastro eleitoral. Quanto às **questões administrativas de relevo**, foi feita, por esta Presidência, exposição de motivos acerca da possibilidade de pagamento de auxílio-alimentação para servidores requisitados da Justiça Eleitoral - tema que tem sido

remuneração na admissão de dois funcionários, dando início à formação de quadro próprio da Justiça Eleitoral de 1º grau ainda não foi atendido, pedindo-se breve solução;

- ✍ Ainda no dia 3 de março, em Brasília (DF), no Superior Tribunal de Justiça, à sessão de eleição e à respectiva solenidade de posse do Ministro Costa Leite, no cargo de Vice-Presidente daquele Tribunal.
- ✍ O Tribunal foi representado por seu eminente Vice-Presidente, Desembargador Alcides dos Santos Aguiar, em diversas solenidades civis e militares; e por outros Juízes integrantes do Pleno em tantas outras.

Diversos

Após as eleições todos os Juízes Eleitorais e todas as Secretarias do Tribunal foram conclamados a fazer uma avaliação crítica das Eleições, com vistas a melhorar ainda mais a organização dos pleitos, a fim de deixarmos aos nossos sucessores alguma contribuição. Os relatórios de avaliação foram encaminhados à Direção-Geral, que os aglutinou em um documento único, para que ele sirva de subsídio às eleições do ano 2000.

Além da distribuição dos resultados das eleições em relatórios, em atendimento a centenas de solicitações, foram colocados à disposição das agremiações partidárias *CD-ROMs* produzidos pela Secretaria de Informática do TRESA, com os resultados finais de votação, bem como, aos demais interessados, abriu-se a possibilidade de a Secretaria de Informática desta Casa gravar os dados no mesmo meio magnético, mediante requerimento e às expensas dos petionários.

Eleição municipal de Cerro Negro

Em 28 de fevereiro passado foi realizada eleição para a escolha do prefeito e vice-prefeito do município Cerro Negro, para a qual se registraram dois candidatos. A eleição foi coordenada pela 52ª Zona Eleitoral, sob a presidência da Dra. Brigitte Remor de Souza May, e teve como Juiz de Contingências, o Dr. Altamiro de Oliveira. Contou, ainda, com o apoio dos técnicos deste Tribunal.

Referida eleição serviu como laboratório de testes visando à ampliação das eleições informatizadas no próximo ano.

Agradecimentos

Finalmente, ao encerrar os trabalhos deste Tribunal, neste ano de intensas atividades, registro, com orgulho e com a consciência do dever cumprido, que o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, como sói acontecer, soube cumprir a sua missão constitucional com absoluta imparcialidade, isenção e coragem, como é de sua tradição. Devo exteriorizar, nesse contexto, aos meus eminentes pares - Desembargador Alcides dos Santos Aguiar, Doutores André Mello Filho, Volnei Ivo Carlin, Paulo Leonardo Medeiros Vieira, Ricardo Teixeira do Valle Pereira e Doutora Rejane Andersen; bem como àqueles que não mais integram este respeitável Areópago, mas que prestaram sua eficiente colaboração aos salutares embates jurídicos que se travaram nesta Corte - os meus agradecimentos pela maneira sincera e construtiva com que se pautaram nas discussões e votações, em julgamentos memoráveis.

Aos operosos Juízes Eleitorais de todo o Estado - no exercício legal do seu poder de polícia - e dos Juízes Auxiliares do Tribunal, incansáveis colaboradores, que exerceram o *munus* com competência e dedicação e, por tal razão, merecem especial destaque e sinceros agradecimentos. Falo da Doutora Rejane Andersen e Doutor Ricardo Teixeira do Valle Pereira, que hoje integram o Pleno do TRESA; e dos Doutores Antônio do Rego Monteiro Rocha, Ronaldo Moritz Martins da Silva e Sérgio Roberto Baasch Luz.

Não poderia deixar de registrar, também, a importante presença do Ministério Público Eleitoral, seja por meio dos Promotores junto ao primeiro grau de jurisdição; seja na pessoa da Doutora Ana Maria Guerrero Guimarães, que atuou perante os Juízes Auxiliares, com o costumeiro e salutar empenho; seja na pessoa do Doutor Carlos Antonio Fernandes de Oliveira, Procurador Regional Eleitoral, cuja postura equilibrada, firme, competente e ágil no desempenho de suas funções são predicados de todos conhecidos e dispensam maiores digressões.

Agradeço também aos dirigentes partidários e delegados credenciados sua operosa contribuição e necessária colaboração, comparecendo sempre que solicitados pela Justiça Eleitoral, numa demonstração de elevado espírito público. felicitando-lhes. mais uma vez. pelo

vocados para cumprir o mister de participar ativamente do processo democrático, e que o fizeram, na maioria das vezes, com dignidade.

Igualmente, agradeço aos órgãos de imprensa - parceiros imprescindíveis da Justiça Eleitoral - que, via de regra, procuraram noticiar corretamente os fatos e divulgar importantes campanhas, prestando sua inestimável colaboração.

DES. WILSON EDER GRAF
Presidente

Corregedoria Regional Eleitoral

Será apresentado, a seguir, um apanhado das principais atividades desenvolvidas por esta Corregedoria no período de março de 1998 a fevereiro de 1999, sob a gestão do Desembargador Alcides dos Santos Aguiar.

Da estrutura e composição da Corregedoria

Encontra-se esta Secretaria estruturada na forma prevista no seu Regimento Interno – Resolução TRESA n. 7.027/97 - contando atualmente com um Assessor/Secretário, um Oficial de Gabinete, um Assistente de Gabinete e um digitador, permanecendo sem ocupação a vaga destinada ao auxiliar especializado.

Quanto à estrutura física, deve ser anotada a substituição dos três microcomputadores alocados, por equipamentos mais avançados, além da atualização dos recursos de informática, em especial os *softwares*. Disponibilizou-se ainda, um quarto equipamento, atualmente instalado no Gabinete do Sr. Corregedor.

Também com o objetivo de possibilitar um melhor e mais amplo contato com as Zonas Eleitorais e com outras Corregedorias, foi instalado um novo ramal telefônico, destinado exclusivamente para transmissões via aparelho de fac-símile.

Merece ser destacado que, em razão do grande volume de trabalho desta Secretaria durante o período eleitoral, fez-se necessária a requisição, em duas oportunidades distintas, de servidores lotados junto à Secretaria Judiciária para auxiliarem nas atividades deste Órgão.

Do cadastro de Juízes, Escrivães Eleitorais e Chefes de Cartório

Manteve-se constantemente atualizado o cadastro de telefones funcionais, residenciais e celulares dos magistrados eleitorais, com o escopo de facilitar eventual necessidade de localização destes, mormente por ter sido esse um ano de estreitos contatos, dadas as eleições realizadas.

De forma assemelhada, permaneceu sob constante revisão o banco de dados com a composição de todos os Tribunais Regionais -

dissonância com a Lei Eleitoral, procurou este Órgão ficar atento às denúncias de possíveis irregularidades trazidas ao seu conhecimento, alertando os magistrados para tal fato, principalmente com relação às transferências entre Estados vizinhos.

Com o intuito de corrigir distorções nos índices eleitores/habitantes verificados em pedidos de recadastramento julgados por esta Corte, foram realizadas correições nos Municípios de Garopaba (73ª Zona Eleitoral) e Bom Jardim da Serra (28ª Zona Eleitoral), das quais participaram além do titular desta Corregedoria, a Sra. Secretária acompanhada de um servidor. Foram promovidas reuniões com autoridades e lideranças partidárias locais para auferição da realidade de cada município, além de inspeções nos trabalhos efetuados pelo Cartório, estando os autos, conclusos para elaboração do relatório final e com vista ao Ministério Público Eleitoral, respectivamente.

Exigiu-se o efetivo cumprimento do Provimento n. 1/96, desta Corregedoria, que prevê a informação, pelos Juizes Eleitorais, da fase processual dos feitos em trâmite, determinando-se, quando necessário, providências para que fosse mantida a agilidade no andamento dos processos, mormente os de natureza criminal.

Dos provimentos

Destaca-se a expedição do Provimento n. 1/98, de 17 de agosto, que adotou medidas preventivas, em consonância com a Resolução TSE n. 20.132/98, com o objetivo de impedir que eleitores envolvidos em duplicidade ou pluralidade de inscrições tivessem seus direitos políticos restringidos indevidamente, haja vista alteração imposta pela referida norma e dificuldades no processamento das decisões proferidas naqueles casos.

Dos procedimentos relativos à Resolução TSE n. 20.132/98

Sendo competência da Corregedoria Regional Eleitoral, o processamento e decisão dos processos de pluralidade de inscrições, envolvendo eleitores inscritos nesta circunscrição, este Órgão recebeu 7 (sete) ocorrências, que foram devidamente processadas e julgadas.

Outrossim, merece destaque o significativo volume de ofícios e processos oriundos das Zonas Eleitorais do Estado e de outras

Dos processos de competência da Corregedoria

Foram autuados 22 (vinte e dois) procedimentos de competência originária desta Corregedoria, assim classificados:

- ✍ Investigações Judiciais Eleitorais (art. 22 da LC n. 64/90) – 8 (oito);
- ✍ Representações contra utilização irregular de horário destinado a propaganda partidária gratuita (art. 45 da Lei n. 9.096/95) – 2 (dois);
- ✍ Sindicâncias – 2 (dois);
- ✍ Processo Administrativo-Disciplinar – 1 (um);
- ✍ Pedidos de Providências – 4 (quatro);
- ✍ Consulta – 1 (um); e
- ✍ Outros Processos Administrativos – 4 (quatro).

Desses, além de um já apresentado para julgamento no Pleno, restam pendentes de julgamento três Representações por Abuso de Poder Econômico e Político.

A par da expedição de Cartas de Ordem para inquirição de testemunhas, esta Corregedoria realizou, em suas dependências, um total de dez audiências, todas relativas a processos autuados neste exercício.

Orientações às Zonas Eleitorais

Durante a gestão 1998-1999, foram expedidas 27 (vinte e sete) circulares às Zonas Eleitorais, contendo orientações para otimização do Cadastro de Eleitores.

Para instruir os Srs. Chefes de Cartório acerca do novo Cadastro Geral de Coincidências implantado pela Resolução TSE n. 20.132/98, foi preparado por esta Secretaria manual de digitação.

Foram compiladas também normas relativas a cobrança de multas eleitorais, elaborando-se tabela completa com todos os valores aplicáveis devidamente atualizados.

Souza Boppré, que procurou dirimir as dúvidas existentes nos procedimentos de regularização de inscrições eleitorais agrupadas em coincidências.

Além disso, foram abordados outros temas como o cancelamento de eleitores falecidos, suspensão e restabelecimento de direitos políticos.

Com o intuito de tornar o encontro mais produtivo, elaborou-se, em conjunto com a Secretaria de Informática, manual, distribuído naquela oportunidade, abordando temas de competência deste Órgão.

Outras atividades

Destaca-se ainda, a participação deste Corregedor, na função de Presidente, no Grupo de Trabalho destinado a avaliar a utilização de coletores eletrônicos de votos na apuração das Eleições Gerais de 1998, especificamente nos municípios não-contemplados com eleições informatizadas (voto cantado).

Ressalte-se que a Comissão, em trabalho, por assim dizer, de laboratório, concluiu pela viabilidade operacional do uso da urna eletrônica para apuração das eleições convencionais, evidenciando sua confiabilidade e segurança.

Com efeito, foi adotado o procedimento em tela, permitindo que a apuração ocorresse na mais absoluta normalidade, além de possibilitar a divulgação dos resultados em tempo exíguo.

Além da Comissão mencionada, o Corregedor Regional participou, nas funções de Presidente, da Comissão Apuradora das Eleições de 4 de outubro, prevista no art. 199 do Código Eleitoral, além de ter sido designada, para as funções de Secretária da Comissão, a Assessora da Corregedoria, Renata Beatriz de Fávere.

Registre-se que este Corregedor, em ocasiões diversas, teve a oportunidade de exercer a presidência desta Casa quando do impedimento de seu titular.

Como relator, este Corregedor julgou 120 (cento e vinte) processos perante este Tribunal Regional Eleitoral.

- ✍ IV Encontro de Corregedores da Justiça Eleitoral, realizado em Brasília (DF), nos dias 23 e 24.4.1998;
- ✍ Curso Nova Lei Eleitoral - Lei n. 9.504/98, realizado nesta Capital, em 6.7.1998;
- ✍ II Simpósio Nacional de Direito Eleitoral, realizado em Curitiba (PR), no período de 30.7 a 1º.8.1998;
- ✍ X Reunião de Colégio de Presidentes, realizado em Balneário Camboriú (SC), em 20 e 21.8.1998; e
- ✍ Votação Eletrônica – Eleição Simulada, realizado em Itajaí (SC), no dia 21.8.1998.

Informações complementares

Cumprir destacar ainda, a participação dos servidores Waldemiro Sant´Anna Júnior e Josué de Souza Boppré no Encontro dos Representantes das Corregedorias da Justiça Eleitoral, ocorrido em Brasília (DF), nos dias 30 e 31 de março.

Ressalte-se, ainda, a participação da servidora Renata Beatriz de Fávère no II Congresso Norte-Nordeste de Direito Eleitoral, em Maceió (AL), no período de 26 a 28 de março, no Curso Nova Lei Eleitoral (9.504/98) realizado nesta Capital, em 6 de julho, do qual participou, também, o servidor Marcelo Mendes Pereira, e na X Reunião do Colégio de Presidentes realizado em Balneário Camboriú (SC), e Eleição Simulada em Itajaí (SC) nos dias 20 e 21 de agosto.

Registrou-se até o momento, o recebimento de 2.006 (dois mil e seis) documentos, entre ofícios, telex, circulares e fac-símiles, bem como a expedição de outros 2.235 (dois mil duzentos e trinta e cinco).

Conclusões

Esta Corregedoria manteve durante todo o ano de 1998 intensa atividade jurisdicional e administrativa.

Na esfera iudicial ressaltou-se principalmente a atuação e

Juízes, para adaptação a esta nova realidade, com o objetivo de garantir ao eleitor o pleno exercício de seus direitos políticos.

Procurou a Corregedoria Regional Eleitoral, por seu titular e seus servidores, dentro das atribuições e competências que lhe foram impostas, exercer suas funções com o escopo de tornar as atividades deste Tribunal Regional Eleitoral e de toda a Justiça Eleitoral mais eficientes e transparentes, contribuindo assim para o aperfeiçoamento da democracia em nosso País.

DES. ALCIDES DOS SANTOS AGUIAR
Corregedor Regional Eleitoral

Assessoria da Presidência

O art. 170 da Resolução TRESA n. 7.020/97 estabelece como atribuições da Assessoria da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, genericamente, atividades de apoio administrativo e técnico-jurídico necessárias à execução das funções do Presidente, bem como assessoria, planejamento, coordenação e fixação de diretrizes administrativas e orçamentárias do Tribunal.

Nesse passo, cabe relacionar a síntese dos trabalhos desenvolvidos no presente exercício, no período de 24 de março de 1998 a 28 de fevereiro do corrente ano.

Esfera administrativa

Procedeu-se ao exame de processos administrativos e requerimentos (sendo a grande maioria relativos a direitos dos servidores ativos e inativos), com a realização de pesquisa jurídica, emissão de pareceres e elaboração de minutas de despachos, destacando-se o seguinte, aproximadamente:

- ✍ Pareceres em processos administrativos - 8 (oito);
- ✍ Pareceres em expedientes diversos - 19 (dezenove); e
- ✍ Análise de processos e elaboração das respectivas minutas de despacho - 65 (sessenta e cinco).

Realizou-se, ainda, por determinação da Presidência ou da Direção-Geral, diversos estudos de Portarias, Resoluções e Manuais, conjuntamente com as diversas Secretarias do Tribunal, visando a elaborar tais documentos à luz da legislação de regência, tanto na sua forma quanto no seu conteúdo.

Esfera judiciária

Cabe frisar, nessa área, a realização de pesquisas de legislação eleitoral e partidária, doutrina e jurisprudência, quase diariamente, para fornecer à Presidência elementos e subsídios imprescindíveis ao exercício de suas funções, principalmente em razão das eleições de 1998, que demandaram intensas atividades preparatórias.

As principais solicitações de estudos acima referidos referiam-se a pesquisa e propaganda eleitoral, registro de candidatos,

Além das atividades acima elencadas, salienta-se a elaboração de minutas de ofícios, telex e fac-símiles, bem como o encaminhamento de matérias administrativas e judiciais relevantes junto à Presidência desta Corte.

Destaca-se, ainda, o acompanhamento do Presidente em reuniões do Colégio de Presidentes dos Tribunais, nas quais se realizou atividades de apoio à Secretaria do Colégio.

ANA ELOISE DE CARVALHO FLÔRES
Assessora da Presidência

Direção-Geral

Senhor Presidente, atendendo ao dispositivo regimental, cumpre-me encaminhar a Vossa Excelência o relatório das atividades da Secretaria entre março do ano transato e março deste ano. E o faço com muita honra, haja vista poder concluir terem sido os objetivos, aqueles previamente projetados e outros surgidos espontaneamente, coroados de pleno êxito. A conferir credibilidade a tal assertiva, anexo ao presente os relatórios firmados pelas unidades que compõem a estrutura organizacional deste Tribunal: Secretaria de Administração, de Informática, Judiciária, de Recursos Humanos, Coordenadoria de Controle Interno e Assessoria da Direção-Geral.

O ano de 1998 foi um ano de eleições gerais, de gigantesco vulto - consoante se registrou alhures -, e esta Secretaria ateve-se, principalmente, ao cumprimento dos prazos e metas atinentes aos pleitos majoritários e proporcionais.

As inovações introduzidas pela legislação eleitoral foram completamente absorvidas na dinâmica cotidiana dos servidores e, resalte-se, não apenas daqueles cujas funções estiveram atreladas de alguma forma à organização do pleito.

A novidade ficou por conta da apuração com utilização das urnas eletrônicas - Sistema "Voto Cantado" -, aprovada a moção, pelo Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, em 5 de junho, em reunião realizada na cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, após a apresentação das conclusões do Grupo de Trabalho instituído para esse fim e composto exclusivamente por autoridades eleitorais catarinenses; no dia 17, foi recepcionado pelos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral e, no dia 1º de julho, submetido ao Pleno do Tribunal Superior.

Desse método inédito de apuração - aprovado definitivamente no dia 6 de agosto (Resolução TSE n. 20.292/98) -, resultou a criação de um novo Grupo de Trabalho, constituído com membros da Secretaria de Informática do Tribunal Superior Eleitoral e Secretários de Informática de alguns Tribunais Regionais Eleitorais para discussão acerca da operacionalização do aludido sistema.

Um dos resultados oriundos desses debates, foi que culminaram com a redistribuição das Seções Eleitorais e, via de consequência, eliminaram-se e/ou agregaram-se locais de votação do Estado, após criterioso estudo envolvendo os Juizes Eleitorais, seus colaboradores e a

A par desse tipo de apuração, o c. Tribunal Superior Eleitoral manteve - atento à repercussão dos resultados obtidos em eleições pretéritas nas Capitais e cidades com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores e excepcionalmente, em Brusque (SC) - em algumas cidades a votação e apuração totalmente informatizadas. Não obstante o desejo de utilização desse método pela maioria das cidades catarinenses, amplamente difundida por essas, acresceu-se àquelas contempladas por Resolução, por deliberação *a quo*, apenas a cidade de Concórdia.

A implementação e ampliação da votação eletrônica, nos 13 (treze) municípios que fizeram a eleição totalmente informatizada, contou com a celebração de convênios para o recrutamento de estagiários com o fito de divulgar a urna eletrônica e, principalmente, treinar os eleitores.

Na consolidação da filosofia social empreendida por este Sodalício - no sentido de arraigar a cultura do voto informatizado e proporcionar à população deste Estado, reiteradamente, o acesso à urna eletrônica - procedeu-se a várias votações eletrônicas para a eleição de diversas entidades de classe e associações, entidades públicas e privadas. Destacam-se, dentre outras, eleições para: a Diretoria da Federação Catarinense das Associações dos Municípios – FECAM (31 de março); Seminário para Prefeitas e Vereadoras da Região Sul do Brasil (23 de abril); Diretório Acadêmico de Administração e Gerência – DAAG, da UDESC (23 de abril); Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – FENAJUFE (25 de abril); Juízes Classistas (TRT) de Canoinhas (26 de maio); Juízes Classistas (TRT) de Itajaí (19 de junho); Juízes Classistas (TRT) de São Bento do Sul (3 de julho); Juízes Classistas (TRT) de Araranguá (17 de julho); Juízes Classistas (TRT) de São Miguel do Oeste (7 de agosto); Juízes Classistas (TRT) de Xanxerê (7 de agosto); Juízes Classistas (TRT) de Mafra (14 de agosto); Juízes Classistas (TRT/2ª JCJ) de Joinville (21 de agosto); Juízes Classistas (TRT/3ª JCJ) de Florianópolis (26 de agosto); Juízes Classistas (TRT/4ª JCJ) de Joinville (25 de setembro); Associação Brasileira de Odontologia, Seccional Santa Catarina – ABO(SC) (17 de outubro); Conselho Regional de Administração, Seccional Santa Catarina – CRA(SC) (18 de novembro); Assembléia da UNIMED, na Associação Catarinense de Medicina – ACM (19 de novembro); Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado – ASTC (25 de novembro); Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) das Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC S/A (20 de novembro); e Juízes

pregados/divulgados à população. Não foram poupados esforços para a realização desses eventos. Assim, ocorreram eleições informatizadas simuladas em Jaraguá do Sul (9 de maio); Criciúma (30 de maio); Blumenau (20 de junho); Concórdia (4 de julho); Palhoça (14 de agosto) e Itajaí (21 de agosto).

Por iniciativa da Secretaria de Informática, a simulação da eleição eletrônica em Itajaí ocorreu concomitantemente à simulação da eleição com apuração pelo Sistema "Voto Cantado". Caracterizou-se o evento organizado por este Tribunal pela transmissão simultânea dos dados respectivos ao TRES e ao TSE, representando um primeiro teste para o sistema oficial de transmissão de dados das Eleições/98. Fizeram-se presentes, na oportunidade, o Ministro Ilmar Galvão, então Presidente daquele Sodalício, o Ministro Sepúlveda Pertence e o Ministro Hélio Mosimann.

O Sistema de Prestação de Contas de Campanhas Eleitorais constou da pauta da reunião, realizada com os representantes das greis partidárias, na sede deste Tribunal, no dia 15 de junho, para a discussão das normas legais atinentes à prestação de contas. Duas semanas depois, no dia 29, reuniu-se a Coordenadoria de Controle Interno com os Auditores do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado, para a instrução dos procedimentos de exame das prestações de contas, bem como da legislação pertinente. No dia 4 de agosto, foi apresentado aos partidos políticos e aos técnicos dos Tribunais de Contas o prefalado Sistema, ocasião em que foram esclarecidas as dúvidas existentes. O fato de não ter sido o Sistema concluído pelos técnicos do Tribunal Superior Eleitoral fez com que apenas o SPCE-I fosse aproveitado nos trabalhos envolvendo a prestação de contas (o SPCE-II não foi utilizado em virtude da impossibilidade de extração dos dados inseridos no módulo I para exame pelo Setor de Auditoria).

As regras pertinentes ao registro de candidatos e à propaganda eleitoral foram objeto de encontros realizados entre os representantes das agremiações partidárias e a Secretaria Judiciária, na sede deste Tribunal, nos dias 19 de junho e 9 de julho, respectivamente.

No dia 10 de julho, sediou-se reunião entre os Juizes Auxiliares desta Corte e os representantes dos partidos políticos para a discussão da Lei n. 9.504/97, com ênfase à propaganda eleitoral. Também em 10 de julho reuniram-se representantes de partidos políticos para o

Com a participação de representantes de agremiações partidárias, empresas de rádio e televisão, TELESC, EMBRATEL e ACAERT, no dia 3 de agosto, procedeu-se ao encontro para elaboração do plano de mídia e deliberação sobre a responsabilidade pela geração dos programas eleitorais gratuitos de rádio e televisão e veiculação das inserções.

Dois meses antes da realização das eleições, em agosto, evidencia-se o VII Encontro de Juizes Eleitorais e II Encontro de Promotores Eleitorais, promovido por este Tribunal, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina, para discussão e debates sobre matérias referentes ao pleito vindouro. A programação foi a seguinte: Eleição 98: Aspectos administrativos; Eleições 98: Visão panorâmica; Atos preparatórios da apuração; Segurança – Polícia Militar; Logística para as urnas eletrônicas; Voto cantado: demonstração; Aspectos jurídicos do voto cantado; A fiscalização no processo eleitoral; Aspectos das funções do Ministério Público Estadual nas eleições e Trabalho infantil na campanha eleitoral.

No período de 10 a 14 de agosto, os servidores desta Secretaria, separados em turmas espalhadas por todo o território catarinense, efetuaram treinamento sobre o Sistema "Voto Cantado" a 3.530 (três mil, quinhentos e trinta) Mesários, os quais serviram de multiplicadores para os demais colaboradores envolvidos na apuração.

A ordem dos nomes dos candidatos a serem impressos na cédula oficial foi divulgada no dia 14 de agosto, após o competente sorteio. O mesmo procedimento foi observado para a ordem de início da utilização dos espaços de propaganda no rádio e na televisão, relativamente ao horário eleitoral gratuito.

Esse mês foi marcado, também, pela parceria firmada entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e esta Justiça Eleitoral, visando ao planejamento da logística para o transporte imediato das urnas eletrônicas - após o término da eleição -, para os locais previamente definidos, e o seu posterior recolhimento e entrega nos locais de origem, efetivando-se, assim, a apuração pelo Sistema "Voto Cantado" nos municípios que não foram contemplados com a eleição totalmente informatizada. Fechados os trajetos de recolhimento e distribuição da urna eletrônica, firmou-se parceria com as Polícias Civil, Militar e Federal e, igualmente, com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para a segurança e o transporte das urnas eletrônicas.

totalmente informatizada, foram objeto de nova reunião com os representantes dos partidos políticos e seus delegados.

Por sua vez, o ápice das atividades deste Tribunal se deu, com a realização do pleito, no início do mês de outubro. Os técnicos deste Tribunal e de outras instituições estiveram presentes em todos os rincões do Estado para conferir apoio aos Juízos Eleitorais e seus colaboradores. A final, não destoando dos anos anteriores, transcorreu o pleito sem qualquer atropelo e, aos 30 (trinta) minutos do dia 6 (seis) de outubro, reuniu-se o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina para o encerramento dos trabalhos e da Sessão Permanente das Eleições – 2 a 6 de outubro – sem nenhuma, repise-se, convocação extraordinária no período.

Forneceu-se, ato contínuo, aos interessados *CD-ROMs*, contendo os resultados finais da votação, seção a seção, em Santa Catarina.

No mês seguinte, muitas das atividades desenvolvidas se relacionaram, ainda, com o pleito, como não podia deixar de ser. Entretanto, vários projetos passaram a emergir, retornando o Tribunal às atribuições administrativas, agora com prioridade para as licitações relacionadas ao novo prédio-sede do TRESP. O mesmo não se diga em relação à Secretaria Judiciária e à Coordenadoria de Controle Interno, envolvidas com a prestação de contas dos partidos políticos e candidatos, quando o volume de processos aumentou consideravelmente, existindo prazo fixado em lei para o seu julgamento.

Nada obstando, entre 23 e 27 de novembro, novamente os 102 (cento e dois) Chefes de Cartórios e, desta vez, 76 (setenta e seis) Auxiliares Eleitorais receberam informações sobre: Cadastro eleitoral; SAE (Sistema de Alistamento Eleitoral); Requerimentos e formulários (RAE e FASE); Processamento; Duplicidade; Pluralidade; Aplicações para rede, Sistema de Controle de Patrimônio e, finalmente, Informes gerais dados pela Secretaria de Administração.

Em Sessão Solene, no dia 17 de dezembro foram os candidatos eleitos diplomados.

D'outra face, no todo do período que ora se evidencia, foram autuados, pela Coordenadoria de Registros e Informações Processuais, 1.138 (um mil, cento e trinta e oito) processos, tendo sido julgados, até o primeiro decêndio do mês de março de 1999, 1.113 (um mil, cento e trinta e três) processos. De acordo com as Normativas editadas no

(dois) relativos a alterações físicas de bens, pertencentes à Coordenadoria de Material e Patrimônio. E, finalmente, à Coordenadoria de Orçamentos e Finanças, 1.581 (um mil, quinhentos e oitenta e um) processos.

Consigna-se, quanto a esse aspecto, o cumprimento dos prazos estipulados pelo Calendário Eleitoral, relativamente ao julgamento dos processos de “propaganda eleitoral” e “registro de candidatos”. O mesmo não ocorreu em relação às “prestações de contas”, porquanto, na data apazada, vários autos se encontravam em diligência aos partidos políticos, em face da sua instrução deficitária.

Das publicações oficiais deste Tribunal, foram editados o volume 5, números 1 e 2, da RESENHA ELEITORAL – *Nova Série* e o volume 2 do *Ementário de Jurisprudência*. Também tiveram curso normal a confecção do *JTRESA Impresso*, mensalmente remetido aos Juizes e Promotores Eleitorais do Estado, assim como às Bibliotecas de todos os Tribunais Eleitorais. Visando à otimização das eleições, a Secretaria Judiciária idealizou um volume denominado *Eleições 98 – Legislação Consolidada*, de circulação interna, e o *Manual de Fiscalização*, distribuído aos representantes de partidos políticos participantes dos encontros realizados com este Tribunal.

A jurisprudência da Corte sofreu a implementação de nova base de dados, chamada SJUR, nos moldes adotados pelo TSE. Não obstante, por segurança e em atenção à cultura difundida desde 1987, foi mantido atualizado o JTRESA, desenvolvido em MICROSIS.

Concluiu-se a integração total entre Secretaria do Tribunal e Cartórios Eleitorais com a habilitação de linha telefônica para as 76 (setenta e seis) Zonas Eleitorais remanescentes. Acrescido a esse fato, a reestruturação do parque de informática otimizou a conexão à rede interna da Justiça Eleitoral – Intranet – de todas as Zonas Eleitorais do Estado, encontrando-se disponíveis vários serviços: *e-mails*, transmissão e recepção de arquivos, consulta a jurisprudência, etc.

No que pertine às alterações estruturais necessárias para o deslocamento dos últimos setores para o edifício que abrigará a nova sede do Tribunal, importa frisar que vários procedimentos licitatórios foram abertos – e concluídos – para a efetiva mudança de endereço ainda no primeiro semestre deste ano de 1999. Nessa esteira, o atual prédio, situado na rua São Francisco, conforme autorização dos membros do Tribunal, passará a pertencer ao Tribunal de Contas da União. O

palmente, dos aspectos geográficos daquele município e o indiscutível sucesso da experiência.

Ao encerrar este relatório, Senhor Presidente, vejo como indispensável frisar que o resultado alcançado nesse ano de intenso trabalho encontrou propulsão em Vossa Excelência. Sua operosidade e descortino - aliados ao seu vasto conhecimento jurídico, e especial trato e confiança para com o corpo funcional desta Secretaria - revelam a característica da grandeza, grandeza de espírito, adjetivo ímpar, hoje, quando tratamos de Administrador Público. Vossa Excelência, por vocacionado magistrado que é, mostrou-se impecável administrador e, registre-se, através das experiências e inovações consagradas nas Eleições de 1998, conseguiu manter a tradição de Santa Catarina. Por tudo isso, o respeito e o agradecimento da Direção-Geral e de toda Secretaria.

Ao trabalho incansável dos eminentes Juizes e Procurador Regional Eleitoral, só tenho a parabenizar e agradecer, registrando a importância da harmoniosa convivência.

Quero também, nesta oportunidade, destacar o elevado desvelo - no âmbito pessoal e profissional - com que os servidores da Casa atuaram. A todos, o meu agradecimento.

Nunca é demais consignar, mais uma vez, o nome daqueles – empresas, órgãos e entidades – que de forma irrestrita colaboraram e colaboram com este Tribunal e são co-responsáveis pelo sucesso alcançado: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina; Tribunal de Contas da União em Santa Catarina; Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Tribunal Regional do Trabalho; EMBRATEL; TELESC; CELESC; ELETROSUL; Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Universidade Federal de Santa Catarina; BESC; CIASC; CIDASC; PROCOMP; Polícia Militar do Estado de Santa Catarina; Polícia Federal; Polícia Civil; Exército Nacional; Polícia Rodoviária Federal; Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Reunidas S.A. Transportes; JEEP Clube de Lages; todos os órgãos de imprensa; Juizes e Promotores Eleitorais; serventuários da Justiça Eleitoral; auxiliares eleitorais; auxiliares - mesários e escrutinadores – e, especialmente, aos cidadãos catarinenses.

... a Deus, que nunca nos abandonou e para que nunca nos abandone. Para os que não possuem crença, à Vida, essência de nossas forças e energias.

Assessoria da Direção-Geral

Senhor Diretor-Geral, temos a honra de encaminhar a Vossa Senhoria o relatório das atividades desenvolvidas pela Assessoria da Direção-Geral, no período compreendido entre março de 1997 a março de 1998.

Das atribuições previstas regimentalmente e afetas a este Setor, a de maior expressividade condiz com a emissão de pareceres em processos administrativos, originários, basicamente, de duas áreas distintas: administrativa (pessoal e recursos humanos) e financeira (licitações, contratos administrativos, pagamentos, ressarcimentos e reajustes).

No decorrer do ano de 1998, merece destaque a implantação de uma base de dados neste Órgão – utilizando-se do *software* Lotus Notes – cujo conteúdo reflete o material administrativo disposto, até então, em pastas AZ.

A indexação do acervo obedeceu a um vocabulário controlado, especialmente desenvolvido para esse fim. Conforme convencionou-se padronizar, foram observadas as seguintes classes para setorizar o material disponível: Legislação, Doutrina, Jurisprudência, Pareceres, Decisões do Tribunal de Contas da União e Outros.

Merece realce a inserção – ininterrupta - de um volume maciço de informações, em face das incontáveis alterações legislativas procedidas diuturnamente pelo Congresso Nacional e das conseqüências daí advindas.

Na esfera administrativo- financeira, esta Assessoria, tendo em vista o preconizado no parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, apreciou o conteúdo das minutas de editais, contratos e termos aditivos, abaixo relacionados:

- ✍ Tomadas de preços - 30 (trinta);
- ✍ Convites - 20 (vinte);
- ✍ Concorrência - 01 (uma);
- ✍ Celebrações de contratos - 103 (cento e três); e
- ✍ Termos aditivos - 51 (cinquenta e um).

- ✍ Reajuste de contrato - 5 (cinco);
- ✍ Anulação de contrato - 1 (uma);
- ✍ Análises de material inativo e inservível - 3 (três);
- ✍ Anulação de procedimentos licitatórios - 1 (uma);
- ✍ Revogação de procedimentos licitatórios - 1 (uma);
- ✍ Redução de quantidades durante o processo licitatório - 1 (uma);
- ✍ Padronização (mobiliário) - 1 (uma);
- ✍ Liberação de garantias (cauções) - 3 (três); e
- ✍ Incidentes contratuais (descumprimento de cláusulas, substituição do material cotado, atraso na entrega do material e execução do serviço) - 13 (treze).

Foram emitidos pareceres acerca de dispensas e inexigibilidades de licitação, conforme a seguir:

- ✍ Dispensas de licitação (art. 24 da Lei n. 8.666/93) - 20 (vinte); e
- ✍ Inexigibilidades de licitação (art. 25 da Lei n. 8.666/93) - 58 (cinquenta e oito).

Quanto aos processos de pagamento da Secretaria de Administração, registra-se a análise de 371 (trezentos e setenta e um), no período de março a junho de 1998, quando da assinatura da Portaria DG n. 199/98, determinando que tais feitos fossem analisados, exclusivamente, pela Coordenadoria de Controle Interno.

A aludida Portaria deixa a critério da Secretaria de Administração a possibilidade de encaminhar para a apreciação prévia desta Assessoria os processos considerados de maior complexidade.

Nas áreas de pessoal e recursos humanos, as matérias trazidas ao crivo deste Setor técnico são as referidas a seguir:

- ✍ Adicional de Padrão Judiciário – APJ. Inclusão na base de cálculo dos décimos incorporados. Extensão da decisão do Mandado de

- ✍ Auxílio-alimentação. Possibilidade de pagamento desde a data da vigência da Lei n. 8.460/92 - 1 (um);
- ✍ Auxílio-alimentação. Pagamento a servidor requisitado para o Cartório Eleitoral - 1 (um);
- ✍ Chefe de Cartório. Exercício das funções por servidor inativo - 1 (um);
- ✍ Concurso público. Data a ser considerada para critério de desempate - 1 (um);
- ✍ Dependência econômica. Comprovação - 1 (um);
- ✍ Exclusão da importância descontada dos proventos no mês de outubro de 1993, a título de incidência no teto constitucional, no recálculo determinado pelo Acórdão TRES n. 15.469/98 - 1 (um);
- ✍ Estagiários. Análise das minutas dos Termos de Convênio e de Compromisso - 1 (um);
- ✍ Estagiários. Análise da minuta do Termo Aditivo - 1 (um);
- ✍ Estagiários. Pagamento de bolsa-auxílio relativo ao período efetivamente realizado de estágio - 2 (dois);
- ✍ Férias. Retificação do período solicitado - 1 (um);
- ✍ Férias. Interrupção para participação em treinamento - 1 (um);
- ✍ Folha de pagamento. Concessão de empréstimo aos servidores, mediante consignação em folha de pagamento - 1 (um);
- ✍ Folha de pagamento. Celebração de convênio, para concessão de empréstimos, com os servidores, mediante consignação em folha de pagamento - 1 (um);
- ✍ Folha de pagamento. Desconto de 7% de proventos líquidos em favor de companheira, mediante consignação em folha de pagamento - 1 (um);

- ✍ Imposto de Renda. Isenção sobre os proventos - 2 (dois);
- ✍ Imposto de Renda. Inclusão de dependente - 1 (um);
- ✍ Imposto de Renda. Inclusão de dependente. Fatos novos. Reanálise. Ratificação do entendimento anterior - 1 (um);
- ✍ Lei n. 8.852/94. Esclarecimentos sobre o cálculo das parcelas excluídas do conceito de remuneração segundo essa lei - 1 (um);
- ✍ Lei n. 8.852/94. Exegese. Pedido de reconsideração. Conceito de remuneração. Parcelas a serem excluídas - 1 (um);
- ✍ Lei n. 8.852/94. Restabelecimento do "corte constitucional inativos" - 1 (um);
- ✍ Licença para trato de assuntos particulares - 2 (dois);
- ✍ Licença para o trato de assuntos particulares. Pedido de prorrogação - 1 (um);
- ✍ Lotação provisória em Cartório Eleitoral. Servidor da Secretaria do TRESA. Prazo para deslocamento para a nova sede - 1 (um);
- ✍ Lotação provisória em Cartório Eleitoral. Servidor da Secretaria do TRESA - 1 (um);
- ✍ Pagamento de diárias para Promotores Eleitorais. Ônus para o TRESA - 1 (um);
- ✍ Pagamento de diárias e ressarcimento de despesas de deslocamento e alimentação de técnicos contratados - 1 (um);
- ✍ Pensão alimentícia. Valores atrasados. Critérios para a consignação em folha de pagamento - 1 (um);
- ✍ Pensão especial. Integralização. Leis n. 6.782/90 e 3.738/60 - 1 (um);
- ✍ Pensão vitalícia. Possibilidade de o cônjuge ou companheiro continuar na qualidade de pensionista, após contrair novas núpcias - 1 (um);
- ✍ Previdência Social dos Servidores Públicos. Valores descontados e

muneração definida no inciso III do art. 1º da Lei n. 8.852/94. Exclusão das vantagens pessoais. Décimos incorporados - 1 (um);

- ✍ Programa de Assistência à Saúde: Assistência Médica de Urgência 24 horas e Área Protegida - 1 (um);
- ✍ Programa de Assistência à Saúde. Inclusão de dependentes dos servidores e pensionistas - 1 (um);
- ✍ Programa de Assistência à Saúde. Inclusão de pensionistas. Resolução TRESA n. 7.051/98. Alteração - 1 (um);
- ✍ Progressão funcional. Concessão - 1 (um);
- ✍ Proposição de diligência em processos diversos - 16 (dezesseis);
- ✍ Remuneração integral da Função Comissionada. Percepção cumulativa com a vantagem pessoal nominalmente identificada. Décimos incorporados - 1 (um);
- ✍ Requisição de servidor público. Administrador. Cargo técnico. Definição - 1 (um);
- ✍ Ressarcimento de despesas com curso de especialização - 1 (um);
- ✍ Ressarcimento de despesas médicas. Acidente de trabalho - 1 (um);
- ✍ Ressarcimento de despesas com medicamentos de maior custo - 1 (um);
- ✍ Ressarcimento de despesas com medicamentos de maior custo. Ressalvas sanadas. Reanálise - 1 (um);
- ✍ Recolhimento de valores ao erário. Ex-servidor. Análise do mérito. Sobrestamento do feito. Compensação - 1 (um);
- ✍ Ressarcimento aos cofres estaduais dos valores recebidos indevidamente. Acumulação de cargos públicos. Comunicação à Secretaria de Estado da Saúde - 1 (um);
- ✍ Restituição de valores a título de férias. Vacância - 1 (um);
- ✍ Restabelecimento do percentual de 55% do vencimento do cargo

- ✍ Serviço extraordinário. Regulamentação. Exegese da Decisão TCU n. 235, de 27.5.1998 - 1 (um);
- ✍ Serviço extraordinário prestado por auxiliares eleitorais. Sobrestamento. Menção ao Processo SRH/CP n. 024/98 - 1 (um);
- ✍ Serviço extraordinário. Pagamento para estagiários. Compensação de horário - 1 (um);
- ✍ Serviço extraordinário. Adicionais. Indenizações. Pagamento a funcionários contratados - 1 (um);
- ✍ Serviço extraordinário. Conversão em dias. Pedido formulado por servidor do TRESC - 1 (um);
- ✍ Serviço extraordinário. Regulamentação. Norma *interna corporis*. Análise - 1 (um);
- ✍ Serviço extraordinário. Pagamento aos servidores requisitados do TCE/SC - 1 (um);
- ✍ Taquigrafia. Esclarecimentos acerca da categoria funcional de taquígrafos judiciários - 1 (um);
- ✍ Tempo de serviço prestado à esfera estadual. Averbação - 4 (quatro);
- ✍ Tempo de serviço prestado à iniciativa privada. Averbação- 20 (vinte);
- ✍ Tempo de serviço prestado ao Ministério do Exército. Averbação - 1 (um);
- ✍ Tempo de serviço prestado ao Ministério da Aeronáutica. Averbação - 1 (um);
- ✍ Tempo de serviço prestado ao Exército Nacional. Averbação - 3 (três);
- ✍ Tempo de serviço prestado como autônomo. Averbação - 1 (um);

- ✍ Tempo de serviço prestado às Forças Armadas e ao Ministério da Justiça. Averbação - 1 (um);
- ✍ Tempo de serviço prestado às Forças Armadas e à esfera estadual. Averbação - 1 (um);
- ✍ Tempo de serviço prestado à iniciativa privada e à esfera federal. Averbação - 1 (um);
- ✍ Tempo de serviço prestado à iniciativa privada e à esfera estadual - 3 (três);
- ✍ Tempo de serviço prestado à esfera estadual. Averbação. Sobrestamento - 1 (um);
- ✍ Tempo de serviço prestado à esfera municipal. Averbação. Sobrestamento - 1 (um);
- ✍ Tempo de serviço prestado junto à esfera estadual. Averbação. Acumulação ilícita de cargos. Restituição de valores – Decisão TCU n. 197/98 - 1 (um);
- ✍ Tempo de exercício em função gratificada prestada junto ao Ministério Público Federal. Averbação - 1 (um);
- ✍ União estável. Comprovação - 7 (sete); e
- ✍ Outros - 37 (trinta e sete).

A final, o extremo zelo, incessantemente demonstrado pelas servidoras que atuaram e/ou atuam perante este Setor, e a incansável disponibilidade no desenvolver de suas tarefas, merece o registro, que ora se oportuniza, do agradecimento daquelas que subscrevem o presente relatório.

KÁTIA CRISTINA KOLB SCHIEFLER SOMBRIO
Assessora

MÁRCIA MENDONÇA BULLANI

Coordenadoria de Controle Interno

Criada pela reestruturação da Justiça Eleitoral, a Coordenadoria de Controle Interno, enquanto parte integrada do sistema de controle interno da Justiça Eleitoral, pautou suas atividades durante o exercício de 1998 pelo cumprimento de seus objetivos fundamentais, definidos constitucionalmente pelo art. 74 da Magna Carta, os quais permitem a delimitação das seguintes áreas de atuação:

1 Comprovação da legalidade e avaliação de resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, visando à racionalização da execução da despesa, à eficiência, eficácia e efetividade dos atos de gestão:

 Serviço de Auditoria:

- 1.1 Elaboração de papéis de trabalho e aplicação de programas de auditoria na avaliação de procedimentos e emissão de pareceres em processos licitatórios destinados a aquisições e contratações com terceiros:
 - 1.1.1 Na modalidade Convite - 19 (dezenove);
 - 1.1.2 Na modalidade Tomada de Preços - 29 (vinte e nove);
 - 1.1.3 Na modalidade Concorrência - 1 (um); e
 - 1.1.4 Processos de pagamento - 2 (dois).
- 1.2 Análise de contratos e outros procedimentos relativos a aquisições e administração do patrimônio:
 - 1.2.1 Ressarcimento de despesas - 6 (seis);
 - 1.2.2 Consultas - 18 (dezoito);
 - 1.2.3 Rescisão contratual - 5 (cinco);
 - 1.2.4 Aditamento ao contrato - 11 (onze);
 - 1.2.5 Prorrogação de contrato - 7 (sete);
 - 1.2.6 Reajuste de contrato - 5 (cinco);
 - 1.2.7 Anulação de contrato - 1 (um);
 - 1.2.8 Análise do material inativo e inservível - 3 (três);
 - 1.2.9 Consulta sobre prorrogação do contrato de locação de pa-

- 1.2.14 Padronização de mobiliário - 1 (um);
 - 1.2.15 Redução de quantitativos durante o procedimento licitatório - 1 (um);
 - 1.2.16 Devolução ao erário de valores percebidos indevidamente - 1 (um); e
 - 1.2.17 Tomada de contas do Almojarifado – 1 (um).
- 1.3 Interpretação das normas de direito financeiro e emissão de pareceres analíticos sobre o enquadramento de dispensas e inexigibilidades de processos licitatórios:
- 1.3.1 Dispensas de licitação - 20 (vinte):
 - a. Fundamentadas na urgência de atendimento - 4 (quatro);
 - b. Fundamentadas na ausência de interessados - 3 (três);
 - c. Pelo valor (art. 24, II) - 5 (cinco);
 - d. Para contratação através de pessoa jurídica de direito público interno ou órgão que integre a Administração Pública - 5 (cinco);
 - e. Para locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração - 1 (uma);
 - f. Para contratação de associação de portadores de deficiência física para prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra - 1 (uma); e
 - g. Com fulcro no art. 24, VII - 1 (uma).
 - 1.3.2 Inexigibilidades de licitação - 58 (cinquenta e oito):
 - a. Para realização de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal - 26 (vinte e seis);
 - b. Para aquisições e contratações com representantes comerciais ou empresas detentoras de exclusividade - 16 (dezesseis); e
 - c. Por inviabilidade de competição - 16 (dezesseis).
- 1.4 Orientação permanente na elaboração de editais e dos contratos

- 1.5.3 Averbação de tempo de serviço - 5 (cinco);
- 1.5.4 Comprovação de união estável - 7 (sete);
- 1.5.5 Revisão da data final do contrato de estágio - 1 (um);
- 1.5.6 Requerimento visando à consignação em folha de pagamento de percentual dos proventos para a atual companheira - 1 (um);
- 1.5.7 Licença para tratar de assuntos particulares - 2 (dois);
- 1.5.8 Requerimento de progressão funcional - 1 (um);
- 1.5.9 Requerimento de pagamento de auxílio-funeral - 1 (um);
- 1.5.10 Manifestação acerca do exercício da função de Escrivães Eleitorais durante o período de desfrute de férias na Justiça comum - 1 (um);
- 1.5.11 Ressarcimento de despesas médicas - 3 (três);
- 1.5.12 Recálculo de parcelas referentes às gratificações judiciária e extraordinária - 1 (um);
- 1.5.13 Comprovação de dependência econômica - 1 (um);
- 1.5.14 Consultas - 5 (cinco);
- 1.5.15 Proposta de assinatura de convênio para concessão de empréstimos mediante consignação em folha de pagamento - 1 (um);
- 1.5.16 Possibilidade de pagamento de auxílio-alimentação desde a data da vigência da Lei n. 8.460/92 - 1 (um);
- 1.5.17 Manifestação acerca da indicação de servidor aposentado para o exercício da função de chefe de cartório - 1 (um);
- 1.5.18 Complementação de auxílio-funeral - 1 (um);
- 1.5.19 Conversão de dias trabalhados extraordinariamente em dias de folga - 1 (um);
- 1.5.20 Revisão de processos de averbação de tempo de serviço - 29 (vinte e nove);

- 1.5.24 Inclusão de dependentes para fins de Imposto de Renda - 1 (um);
- 1.5.25 Licença para acompanhar cônjuge - 1 (um);
- 1.5.26 Alteração do fundamento legal de aposentadoria - 2 (dois);
- 1.5.27 Requerimento de pagamento de serviço extraordinário - 1 (um);
- 1.5.28 Requerimento de servidores visando à exclusão do redutor "corte constitucional inativos" - 1 (um);
- 1.5.29 Requerimento de isenção do Imposto sobre a Renda - 2 (dois);
- 1.5.30 Pagamento de diárias para Promotor Eleitoral - 1 (um);
- 1.5.31 Requerimento de lotação provisória para acompanhar cônjuge e prazo para deslocamento - 1 (um);
- 1.5.32 Requerimento visando ao reexame de quantia a ser restituída a título de férias - 1 (um);
- 1.5.33 Integralização de pensão - 3 (três);
- 1.5.34 Extensão de decisão em Mandado de Segurança (TSE) aos demais servidores deste Tribunal - 1 (um);
- 1.5.35 Consulta acerca da possibilidade de pagamento de diárias para técnicos prestadores de serviço neste Tribunal, embora contratados pelo TSE - 1 (um);
- 1.5.36 Consulta acerca da possibilidade de pagamento de gratificação de serviço extraordinário e outros adicionais ou indenizações para técnicos prestadores de serviço neste Tribunal, embora contratados pelo TSE - 2 (dois);
- 1.5.37 Inclusão de pensionistas no Programa de Assistência à Saúde - 1 (um);
- 1.5.38 Percepção da integralidade do valor da Função Comissionada cumulativamente com vantagem pessoal nominalmente identificada relativa a quintos

1.6 Informatização da legislação, do entendimento jurisprudencial e da doutrina atinentes às áreas administrativa e financeira, propiciando consulta rápida e atualização permanente.

2 Acompanhamento da execução orçamentária e dos programas de trabalho consignados na Lei Orçamentária Anual:

 Seção de Análise Contábil:

2.1 Acompanhamento e fiscalização contábil da Unidade Gestora 070020 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, de forma contínua e abrangente;

2.2 Análise dos Suprimentos de Fundos concedidos, visando a avaliar a regularidade de sua aplicação;

2.3 Análise da documentação comprobatória das despesas empenhadas e emissão de pareceres em processos de pagamento, visando do exercício do controle da execução orçamentária - 1.028 (mil e vinte e oito);

2.4 Conferência mensal dos relatórios de movimentação dos bens móveis e do material armazenado em estoque com os registros contábeis efetuados no Sistema de Administração Financeira - SIAFI;

2.5 Validação diária dos registros contábeis efetuados pela Coordenadoria Orçamentária e Financeira no Sistema de Administração Financeira - SIAFI;

2.6 Realização da conformidade contábil mensal relativa aos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa - 1.298 (mil, duzentos e noventa e oito);

2.7 Inventário físico de estoques em procedimento de auditoria buscando avaliar a consistência dos relatórios de movimentação de bens armazenados;

2.8 Desenvolvimento de sistema informatizado de controle de contratos, termos aditivos e apostilamentos; e

2.9 Realização de análise conjunta com a Coordenadoria de Orçamento e Finanças para a reclassificação contábil de materiais permanentes.

3 Apoio ao controle externo no exercício de sua missão

- 3.3 Verificação da exatidão e suficiência dos dados relativos à admissão e desligamento de pessoal e à concessão de aposentadorias e pensões, submetendo os resultados à apreciação e julgamento do Tribunal de Contas da União, para fins de registro:
 - 3.3.1 Admissões - 12 (doze);
 - 3.3.2 Desligamentos - 7 (sete);
 - 3.3.3 Concessão de aposentadoria - 5 (cinco);
 - 3.3.4 Alteração do fundamento legal da aposentadoria - 3 (três); e
 - 3.3.5 Concessão de pensão civil - 1 (um).
- 3.4 Encaminhamento ao Tribunal de Contas da União das decisões deste eg. Tribunal quanto à prestação de contas dos partidos políticos no que se refere à aplicação dos recursos recebidos do Fundo Partidário, nos termos do art. 22 da Resolução n. 19.768, do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral; e
- 3.5 Coordenação e controle de atendimento de diligências propostas pelo Tribunal de Contas da União.
- 4 Análise das prestações de contas das campanhas eleitorais atinentes ao pleito de 1994 - Atribuição conferida pela Resolução TSE n. 14.426/94:**
 - 4.1 Emissão de parecer acerca de documentação apresentada em virtude de quebra de sigilo de conta bancária realizada no intuito de apurar eventuais irregularidades nas contas de campanha eleitoral de candidato ao cargo de deputado estadual.
- 5 Análise das prestações de contas anuais dos órgãos estaduais dos partidos políticos - Atribuição conferida pelas Resoluções TSE n. 19.585/96 e 19.768/96 - e orientação às Zonas Eleitorais acerca dos exames das contas anuais dos órgãos municipais dos partidos políticos:**
 - 5.1 Elaboração de instruções para exame das prestações de contas anuais pela Justiça Eleitoral de Santa Catarina, as quais foram divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral aos demais Tribunais Regionais;
 - 5.2 Emissão de pareceres com o objetivo de avaliar a regularidade das

Tribunal Regional Eleitoral, referentes ao exercício de 1997 - 44 (quarenta e quatro);

- 5.5 Orientação concomitante às análises mencionadas a partidos políticos e cartórios eleitorais, buscando dirimir dúvidas existentes e viabilizar a regularização das contas;
 - 5.6 Emissão de parecer em representação movida por deputados estaduais contra agremiação partidária visando à apuração de fontes de financiamento de campanha publicitária; e
 - 5.7 Acompanhamento e circularização a partidos políticos e Zonas Eleitorais das normas legais vigentes e do entendimento jurisprudencial firmado pelos Tribunais Eleitorais Superior e Regional.
- 6 Análise das prestações de contas atinentes às eleições de 1996 - órgãos estaduais dos partidos políticos - Atribuição conferida pela Resolução TSE n. 19.510/96 - e orientação às Zonas Eleitorais acerca dos exames das prestações de contas de candidatos e de Comitês Financeiros Municipais:**
- 6.1 Emissão de parecer com o objetivo de examinar tecnicamente os documentos e informações prestadas pelos órgãos municipais dos partidos políticos em recurso dirigido ao Tribunal Regional Eleitoral - 1 (um); e
 - 6.2 Acompanhamento e circularização a partidos políticos e Zonas Eleitorais das normas legais vigentes e do entendimento jurisprudencial firmado pelos Tribunais Eleitorais Superior e Regional.
- 7 Análise das prestações de contas das campanhas eleitorais atinentes ao pleito de 1998 - Atribuição conferida pela Resolução TSE n. 20.102/98:**
- 7.1 Elaboração de instruções para exame das prestações de contas de campanha eleitoral pela Justiça Eleitoral de Santa Catarina;
 - 7.2 Realização de palestra junto aos partidos políticos e técnicos dos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e da União no intuito de prestar esclarecimentos sobre arrecadação e aplicação de recursos de campanha e prestação de contas de campanha eleitoral;
 - 7.3 Emissão de pareceres com o objetivo de avaliar a regularidade das

7.6 Encaminhamento ao Tribunal Superior Eleitoral dos dados relativos aos doadores das campanhas eleitorais, com vistas a atender o estabelecido no art. 23, § 2º, da Resolução TSE n. 20.102/98.

DENISE GOULART SCHLICKMANN SOBIERAJSKI
Coordenadora de Controle Interno

Secretaria Judiciária

Conforme organograma regimental, à Secretaria Judiciária estão afetas a Seção de Suporte aos Juízes, responsável pela assessoria aos Juízes que integram o Pleno do Tribunal Regional Eleitoral, a Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação, que engloba as atividades das Seções de Jurisprudência; Taquigrafia, Acórdãos e Resoluções; Biblioteca e Serviço de Gestão Documental, e a Coordenadoria de Registros e Informações Processuais, responsável, a seu turno, pelas Seções de Controle de Processos; Controle e Registro de Partidos e de Atividades Cartorárias.

No ano em curso, além do considerável acréscimo dos serviços habituais, esta Secretaria atuou, muitas vezes em conjunto com a Direção-Geral, Presidência, Corregedoria Regional, Procuradoria Regional e demais Secretarias, em distintas atividades diretamente relacionadas à preparação das eleições, buscando orientar os representantes dos partidos políticos e coligações; a imprensa, na elaboração e fiscalização do plano de mídia; as empresas de *outdoors* e painéis eletrônicos, além de auxiliar diretamente os Cartórios desta circunscrição eleitoral na interpretação e aplicação das normas jurídicas específicas.

A fim de tornar este relatório mais completo e compreensível, mister separar-se as atividades por áreas, conforme desempenhadas. Senão, vejamos:

COORDENADORIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS - CRIP

A Coordenadoria de Registro e Informações Processuais - CRIP cumpriu durante o ano de 1998 suas atividades regimentais, atuando no recebimento, distribuição, autuação, controle, andamento, realização de diligências e publicações referentes aos processos judiciais - com maior volume de trabalho devido às eleições de 1998 - além de anotar e comunicar as indicações das comissões e diretórios municipais dos partidos políticos.

Servidores

✍ Para o atendimento telefônico "1511" foi disponibilizado o servidor Marcus Cléo Garcia e para atuar nas eleições, em Itajaí (SC), como proposta, o servidor Gilvan de Souza Lebatão.

✍ Sistema de candidaturas – CAND – treinamento realizado em São Paulo (SP); e

✍ *PageMaker*.

Dados estatísticos

Foram, ainda, desenvolvidas as seguintes atividades, estatisticamente demonstradas (no período compreendido entre 6.1.1998 e 23.2.1999):

✍ sessões atendidas: 134 (cento e trinta e quatro);

✍ processos autuados e distribuídos: 1.159 (mil cento e cinquenta nove);

✍ ofícios expedidos: 3.583 (três mil quinhentos e oitenta e três), num total de 52% dos ofícios numerados pela Seção de Protocolo;

✍ processos julgados: 1.127 (mil cento e vinte e sete); e

✍ resoluções normativas: 16 (dezesesseis).

Seção de Controle de Processos

✍ **Autuação em separado.** No início do ano foi submetida aos Juízes do Tribunal, proposta de autuação dos pedidos de registro de candidatos e prestação de contas individualizadas. Ambas as propostas foram aprovadas, conforme consta na ata da 7.595ª Sessão, de 19.3.1998. A autuação dos pedidos de registro de candidaturas e das prestações de contas dos candidatos individualizada destacou-se como a mais significativa inovação cartorial, facilitando a localização de documentos, informações aos candidatos e partidos políticos e a realização de diligências.

✍ **Cadastro de endereços.** Durante o ano de 1998, foram mantidos atualizados os endereços das emissoras de rádio e televisão de Santa Catarina, conforme dados disponibilizados pela ACAERT, assim como os endereços dos advogados inscritos na OAB de Santa

ceu informações sobre os processos em andamento no Tribunal Regional Eleitoral e no Tribunal Superior Eleitoral, através do SADP – Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos.

- ✍ **Pauta de julgamento.** A cada sessão do Tribunal um servidor do setor elaborava e distribuía a pauta para julgamento dos processos apresentados em mesa, a ser acrescentada àquela enviada à publicação no Diário da Justiça do Estado de Santa Catarina, dando, ainda, ciência desta aos senhores patronos das partes cujas causas ali se incluíam.
- ✍ **Capas de processo.** A partir do mês de setembro foi adotado o sistema de cores diferenciadas para a autuação dos processos autorizado pela Portaria P n. 279/98, o que facilitou sobremaneira a sua localização.

Seção de Controle e Registro de Partidos

- ✍ **Anotações/partidos.** Os órgãos de direção dos partidos políticos constituídos em Santa Catarina, tiveram suas alterações anotadas e comunicadas aos Juízes Eleitorais, o que gerou um grande volume de ofícios expedidos às Zonas Eleitorais.
- ✍ **Registro de candidatos.** Antes do início do período de registro de candidaturas foi realizado Encontro para apresentação aos representantes dos partidos políticos dos formulários a serem utilizados nos pedidos, quando foram sanadas dúvidas, apresentadas sugestões e debatidos assuntos importantes acerca da matéria. Participou ativamente do evento a Coordenadoria de Eleições.

A partir do início do mês de julho iniciou-se a autuação dos processos de registro dos candidatos às eleições para Governador do Estado, Senador da República, Deputados Estaduais e Federais, tendo tramitado no período: 471 (quatrocentos e setenta e um) processos referentes ao registro de candidaturas, sendo 25 (vinte e cinco) impugnações, 1 (um) pedido de cancelamento de registro de candidatura e 1 (um) requerimento para inclusão de variação nominal, 50 (cinqüenta) consultas eleitorais, 10 (dez) recursos contra decisões das Juntas Eleitorais, 6 (seis) mandados de segurança, 412 (quatrocentas e doze) prestações de contas, sendo

como a situação do registro, elaborando os editais e listas para publicação no Diário da Justiça do Estado, fornecendo informações à Coordenadoria de Comunicações emitindo relatórios solicitados e repassando dados dos registros de candidaturas à Coordenadoria de Eleições, responsável pela confecção de todos os impressos para as eleições.

- ✍ **Sorteio de *outdoors*.** Foram oficiadas as empresas de propaganda de Florianópolis, alertando-as para o prazo de envio da relação de seus *outdoors* e/ou painéis eletrônicos para a realização do sorteio feito por meio de sistema disponibilizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Sergipe em 10 de julho, 1º de julho e 11 de setembro.
- ✍ **Plano de mídia.** Participou de reunião para elaboração do plano de mídia para veiculação da propaganda eleitoral através das inserções, distribuiu aos presentes os relatórios do Sistema de Horário Eleitoral, com o tempo de propaganda de cada partido político ou coligação, elaborou e distribuiu plano de mídia a título de sugestão aos partidos políticos e às rádios e televisões de Santa Catarina e organizou reunião para sorteio da ordem dos candidatos nas cédulas.
- ✍ **Planejamento.** Os servidores envolveram-se no estudo e discussão das disposições da Lei n. 9.504/97 e das Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral específicas às suas atribuições, planejando suas atividades referentes ao registro de candidaturas, intimações para diligências nos pedidos de registro de candidaturas e prestações de contas, além do processamento dos recursos nas representações eleitorais.

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO – CJD

A teor do art. 22 do Regimento Interno da Secretaria desta Corte, à Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação compete planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar as atividades desenvolvidas pelas Seções de Jurisprudência; de Biblioteca e de Taquigrafia e Serviço de Gestão Documental.

- ✍ Oportuno apontar a dificuldade enfrentada em face da necessidade de disponibilização de servidores da CJD - na maioria das vezes sem qualquer comunicação ou programação anterior - para outros órgãos da Secretaria, justamente no período em que o Setor mais necessitaria da atuação de todo o seu corpo funcional.
- ✍ **Clube do Livro.** Objetivando-se a disseminação do hábito da leitura, deu-se continuidade ao CLUBE DO LIVRO, reativado em dezembro de 1997, cujo patrimônio é formado por doações, contando, atualmente com cerca de 430 obras literárias e 25 fitas de videocassete, as quais encontram-se disponíveis a todos os servidores da Corte. O Clube do Livro dispõe, também, de um sistema informatizado para a efetivação de empréstimos, devoluções e cadastro do acervo.
- ✍ **Internet.** A CJD detém, ainda, ponto de acesso à rede mundial Internet (via provedor) e gestiona uma caixa de correio eletrônico, o qual proporciona ao Setor uma inesgotável fonte de pesquisa e estabelece contato direto com outros órgãos públicos federais e estaduais.
- ✍ **PageMaker.** Ainda este ano, o Coordenador, Rodrigo Piva, juntamente com o servidor Hugo Frederico Vieira Neves, visitou o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, a fim de acompanhar os procedimentos para a elaboração da Revista do TRERS - semelhante à nossa RESENHA ELEITORAL - *Nova Série*, tendo em vista a crescente necessidade deste Tribunal em dispor de novos métodos para a confecção de seus periódicos. A partir das conclusões apostas no relatório dessa visita, foi adquirido o *software* de editoração *PageMaker* e realizado o respectivo treinamento de diversos servidores da Secretaria. Dentre os integrantes desta Coordenadoria, participaram do curso Edson Ricardo Regis, Edmar Sá e o próprio Coordenador.

Publicações

Coube a esta Coordenadoria, no período em questão, a tarefa de coordenar os procedimentos necessários à elaboração dos volumes 5, números 1 e 2, da RESENHA ELEITORAL - *Nova Série* e volume 2 do *Ementário de Jurisprudência*, estabelecendo os respectivos

subsídios para a solução de questões oriundas nos juizados de 1a. Instância. A fim de modernizar o *lay-out* desta publicação, a CJD elaborou uma nova capa, aprovada em sessão do Pleno, contando com a colaboração dos servidores Hugo Frederico Vieira Neves e Daniel Schaeffer Sell.

Independentemente disso, as Zonas Eleitorais de Santa Catarina e os Tribunais Eleitorais do País continuaram tendo acesso informatizado à jurisprudência do TRESA, por intermédio da distribuição do banco de dados JTRESA.

- ✍ **Eleições 1998 – Legislação Consolidada.** Sob a coordenação da Secretaria Judiciária e com especial dedicação do servidor Edson Ricardo Regis, foi produzido um volume denominado *ELEIÇÕES 1998 – Legislação Consolidada*, contendo a Lei n. 9.504/97, Resoluções do TSE e TRESA e fluxogramas dos principais procedimentos da citada lei e do Código Eleitoral, repassado a todos os membros do Pleno, Juizes Auxiliares e assessores, objetivando-se, com isso, a organização das matérias atinentes ao último pleito e o seu pronto acesso pelos operadores do Direito Eleitoral.
- ✍ **Manual de fiscalização.** Elaborou-se, ainda, um *Manual de Fiscalização*, contendo a legislação pertinente e fluxogramas, no intuito de esclarecer partidos políticos e servidores acerca do tema, o qual foi distribuído por ocasião do encontro realizado entre os membros da Corte e agremiações partidárias.
- ✍ **Regras para o dia da eleição.** Da mesma forma, foi confeccionada pela servidora Monique Von Hertwig Bittencourt uma apostila contendo regras atinentes à propaganda eleitoral e suas respectivas proibições legais no dia da eleição, entregue aos assessores e às equipes de atendimento telefônico ao eleitor "1511".

Seção de Jurisprudência

- ✍ **SJUR.** Foi definitivamente implementada a base de jurisprudência SJUR, com a migração e conversão dos dados do sistema JTRESA, nos moldes adotados pelo TSE. Tal sistema visa à recuperação dos julgados deste Tribunal, sendo que foram acrescentados, após criteriosa análise e indexação, 246 acórdãos e 63 resoluções,

 **Consultas.** Compete a essa Seção, ainda, prestar informações aos membros do Tribunal, Juizes, Promotores Eleitorais, Escrivães e Chefes de Cartório de todo o Estado, advogados, membros de partidos políticos e servidores sobre legislação, doutrina e jurisprudência, nas áreas de direito eleitoral e administrativo, por solicitação de pesquisa destes ou por iniciativa da própria Coordenadoria.

Tratando-se de um exercício que envolveu a preparação de eleições gerais, além das atividades comumente desenvolvidas - tais como o atendimento aos usuários da Biblioteca, indexação de acórdãos e a disseminação de informações aos membros e servidores desta Corte -, a Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação realizou, neste exercício, grande volume de pesquisas jurisprudenciais.

Nesse passo, no intuito de sistematizar e manter um controle estatístico sobre as consultas realizadas, foi solicitado à Secretaria de Informática que desenvolvesse uma base eletrônica para o gerenciamento de tais indagações, o que, a médio prazo, possibilitará maior agilidade no acesso às informações.

 **Gestão documental e jurisprudencial.** Em sendo o Setor encarregado da gestão documental e jurisprudencial, bem como da organização de todo o acervo jurídico-eleitoral deste Sodalício, a CJD sofreu, em 1998, um acréscimo considerável no volume de atividades a seu cargo. Isso se deveu, principalmente, às constantes e casuísticas mudanças efetuadas na legislação eleitoral, que acarretam, em cada pleito, a necessidade de novas interpretações, muitas vezes contrárias ao próprio entendimento consagrado pelos Tribunais (para se ter uma idéia, o Tribunal Superior Eleitoral editou, neste ano, mais de uma centena de resoluções vinculadas diretamente ao pleito de 1998). O acréscimo do serviço resultou, igualmente, do imenso volume de processos distribuídos para julgamento no ano em curso, o que multiplica, indefinidamente, a demanda de consultas e pesquisas jurisprudenciais.

 **Atualização da legislação.** É atribuição desta Coordenadoria a remessa da legislação, acórdãos, resoluções, instruções e periódicos não apenas aos membros e servidores da Corte como também a Juizes, Promotores e Cartórios do Estado, atividade esta fundamental ao bom andamento dos trabalhos eleitorais. Nesse passo, grande atenção foi dada à atualização dos textos de legislação, às

Inaugurou-se, neste ano, um sistema de remessa aos cartórios eleitorais, através da Intranet ("Mural"), da legislação disponível em meio magnético, obtendo-se sucesso na maioria das localidades.

Seção de Biblioteca

✍ **LibControl.** Utilizou-se o sistema desenvolvido pelo servidor Daniel Schaeffer Sell, em linguagem Access, denominado LIBCONTROL, o qual possibilitou a informatização de todo o acervo da Biblioteca, automatizando-se o controle de empréstimo e devolução de obras, substituindo totalmente o fichário anteriormente em uso na Seção.

Saliente-se que, em face da obsolescência deste sistema, resultante do considerável volume de obras adquiridas nesse interregno, foi solicitado à Secretaria de Informática o desenvolvimento de uma nova base para controle e recuperação do acervo da Biblioteca, visando-se conferir maior agilidade e segurança na pesquisa. Quanto aos procedimentos adotados para empréstimo de livros e periódicos, encontra-se em andamento estudo para a sua reformulação, a fim de adequá-los à presente realidade funcional.

✍ **PERI.** Foi dada continuidade na indexação da base PERI, destinada à pesquisa textual, por palavras-chave, de periódicos e artigos doutrinários disponíveis na Biblioteca.

✍ **Acervo.** No período em tela, ao acervo de livros da Biblioteca somaram-se 283 obras, correspondentes a 187 aquisições e 96 doações, subdivididas da seguinte forma: 62 de Matéria Eleitoral; 25 de Direito Processual Civil; 25 de Direito Administrativo; 21 de Direito Constitucional e 11 sobre Informática. Assim, a Biblioteca perfaz, atualmente, um total de 1.735 volumes.

✍ **Aquisição de novas obras.** Após consulta efetivada junto aos servidores deste Tribunal, a Coordenadoria formulou, recentemente, pedido de aquisição de 54 obras sobre os mais diversos temas de interesse do serviço público, o que virá, certamente, proporcionar maiores opções de consulta aos usuários da Biblioteca.

✍ **Periódicos disponíveis na Biblioteca**

Relatim de Direito Administrativo

- Revista de Direito Administrativo;
- BONIJURIS;
- DIALEX;
- Manual do Servidor Público;
- Repertório IOB de Jurisprudência;
- Orientador Trabalhista;
- IOB - Boletins;
- Regulamento - Imposto de Renda - IOB - Atualizável;
- LEX - Legislação Federal e Marginália;
- Sistema CONSULEX de Atualização e Consultas Jurídicas;
- Ementário da Jurisprudência do STJ;
- Revista do STJ;
- Revista Trimestral de Direito Público;
- Cadernos de Direito Constitucional e Eleitoral;
- Revista do Serviço Público;
- Revistas de Informática: Exame Informática; Lan Tymes; Byte;
- Grande Enciclopédia LAROUSSE; e
- Help! Língua Portuguesa.

Jornais

- 5 oficiais (DOU - Seções 1, 2 e 3; DO-SP; DJU - Seção 1; DJ-SC; DO-SC); e
- 4 não-oficiais (DC; O Estado; Folha de São Paulo; O Estado de São Paulo).

 **Empréstimos permanentes:** (total - 173 livros)

Ass. DG	7	12a Z.E.	2	Taquigrafia	2
Suporte Juizes	26	SJ	3	SRH	3
SI	3	AS	2	CRIP	10
PRE	18	Gab. Pres.	5	Sala Sessões	11
DSAMS	13	DG	2	Folha Pagto.	2
CSG	1	CPS	2	CRE	9
COF	2	CMP	4	CP	6
COCIN	25	CCO	4	CDRH	11

 **Assinaturas de periódicos dirigidas a outros setores**

- **COCIN:** Guia IOB de Contabilidade; Juris Síntese; LIS; Direito Administrativo, Contabilidade e Administração Pública; IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica; Licitações e Contratos na Administração Pública.
- **Ass. DG :** Juris Síntese;
- **COF :** Agenda Tributária; e
- **CDRH :** Treinamento e Desenvolvimento.

Renovou-se a assinatura de periódicos da área de informática, objetivando-se o aprimoramento dos conhecimentos dos usuários comuns de computador e dos administradores e analistas de sistemas. Tendo em vista o interesse exclusivo do setor técnico quanto a alguns destes periódicos, foi mantido o sistema de "circulação dirigida", através do qual o exemplar é encaminhado diretamente à área técnica e lá permanece por duas semanas.

Prosseguiu-se com a elaboração de índice numérico dos acórdãos e resoluções publicados na *Revista de Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral* e nos *Cadernos de Direito Constitucional e Eleitoral*, possibilitando a pronta recuperação dos julgados e da doutrina.

onal ao volume de feitos julgados neste exercício, as atas foram elaboradas regularmente, sendo, na maioria das vezes, aprovadas na sessão seguinte. De outra parte, a taquígrafa Maria Cecy Arrospide prestou assessoria a servidores do Tribunal em dúvidas sobre a Língua Portuguesa, disponibilizando, ainda, através da rede, tópicos e dicas gramaticais para consulta. Por determinação da Presidência do Tribunal, procedeu-se à degravação de algumas sessões, visando ao esclarecimento de atos praticados e conteúdo dos pronunciamentos.

Serviço de Gestão Documental (Arquivo)

Responsável pela guarda, conservação e preservação documental, este serviço foi inúmeras vezes solicitado para a obtenção de dados relativos a eleições anteriores e localização de documentos e processos arquivados. Além disso, foram realizadas tarefas pertinentes ao levantamento do acervo, com a organização do conteúdo das caixas acondicionadoras do material judiciário e administrativo, e de todo o material referente às eleições passadas. Foi concluído, também, minucioso trabalho de pesquisa acerca de dados referentes a todas as eleições realizadas no território catarinense, a partir do ano de 1945, abrangendo cargos, nome dos participantes e o respectivo número de votos recebidos. Tal levantamento deverá propiciar, no próximo ano, publicação desta Corte contendo a íntegra dos dados apurados. Por fim, as servidoras Maria Beatriz Fleming e Vanessa de Souza Machado participaram de importantes encontros nacional e estadual sobre Gestão Documental. Ainda quanto a este Serviço, foi solicitada a aquisição de mais 7 módulos de arquivos deslizantes, a fim de ampliar o limitado espaço atualmente disponível.

SEÇÃO DE SUPORTE AOS JUÍZES - SSJ

O ano de 1998, em face da complexidade das eleições que se realizaram em âmbito federal e estadual, exigiu esforço redobrado dos servidores desta Seção, no sentido de cumprir com os prazos determinados na Lei n. 9.504/97, para o julgamento dos processos.

Não bastasse o fato de tratar-se de aplicação de lei nova, como normalmente acontece nas eleições, a jurisprudência foi escassa. A doutrina, no entanto, veio a compensar a carência, buscando esclare-

mos as que versaram sobre a constituição de comitês de campanha municipais; veiculação de propaganda em poste condutores de energia elétrica (art. 37, da citada lei), abertura de conta bancária por candidato negativo no SPC, inelegibilidade de substituto do ocupante do cargo de Governador para o mesmo cargo e várias outras, perfazendo um total de 52 consultas. Foram, também, inúmeras as representações e as reclamações concernentes à propaganda eleitoral realizada antes da época permitida, ou seja, antes do dia 6 de julho;

✍ **Período de registro de candidaturas.** Foi bastante produtivo, envolvendo um total de 472 processos, sendo 25 referentes a impugnações. É de se acrescentar que mesmo tendo havido alguns recursos ao egrégio Tribunal Superior Eleitoral, o entendimento proferido por esta Corte foi mantido quase na sua totalidade. Ademais, é de se ressaltar que a autuação em separado, inovação observada nessas eleições, veio a facilitar a análise da regularidade da documentação juntada pelo candidato/partido, bem como a agilizar no julgamento dos processos que se encontravam aptos para tanto.

Entre os problemas detectados nessa fase, merece destaque a questão das homônimas, que foram em grande número, exigindo a baixa sucessiva dos processos em diligência, a fim de que se chegasse à conclusão acerca do direito à variação requerida. A interpretação dos dispositivos a respeito do assunto permitiu divergências, fato esse que, aliado à exiguidade dos prazos, gerou certa dificuldade.

Da mesma forma, houve dificuldades na interpretação da lei com relação a determinados documentos juntados pelos candidatos. Exemplo disso, foram as certidões comuns e criminais, nos casos em que envolviam mais de um domicílio do candidato, bem como a falta de assinatura do escrivão eleitoral na certidão de filiação partidária – em muitos casos, quem assinava era o chefe de cartório. Não obstante tais dificuldades, todos os processos foram julgados rigorosamente dentro do prazo previsto pela Lei n. 9.504/97.

✍ **Período de propaganda eleitoral.** Caracterizou-se, especialmente, pela celeridade com que eram julgados os processos: 24 horas para o julgamento do direito de resposta; 48 horas para o julgamento das representações ou reclamações. Ao todo, foram decididos aproximadamente 100 processos relativos à propaganda elei-

ções de contas de todos os candidatos/partidos, estabelecendo como data limite o prazo de oito dias antes da diplomação dos eleitos. No que tange à autuação dos referidos processos, observou-se, igualmente, a exemplo dos pedidos de registros de candidatos, a autuação em separado.

Embora o período eleitoral priorizasse o julgamento dos processos a ele atinentes, outras classes também foram decididas durante o ano em curso, tais como recursos em matéria administrativa (24), recursos sobre decisões de Juntas Eleitorais (12), processos crimes originários e recursos em processos crime eleitoral (28).

Especial destaque merecem a recontagem dos votos no Município de Chapecó, requerida por Salvador da Rosa Filho; o Mandado de Segurança impetrado pelos inativos deste Tribunal, cuja reapreciação deveu-se à decisão desta Corte, que deu pela procedência de Ação Rescisória, e, ainda, o pedido de inelegibilidade do atual Governador do Estado, Paulo Afonso Evangelista Vieira, que foi objeto de pedido de vista de todos os Juízes integrantes do Pleno.

CONCLUSÃO

Finalmente, registro o empenho e a preocupação dos servidores desta Secretaria no desempenho das tarefas aqui relatadas, sempre demonstrando espírito de equipe e profundo zelo no cumprimento do dever.

Era o que me cabia relatar.

CLYDIE DAMO BERTOLI
Secretária Judiciária

Secretaria de Administração

À Secretaria de Administração compete planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar as atividades referentes à aquisição, guarda e distribuição de materiais, a comunicações, aos serviços gerais e à organização orçamentária e financeira, elaborando os respectivos planos de trabalho.

Aliada às atividades regimentais desenvolvidas pela Secretaria de Administração, cabe destacar a instauração de inúmeros processos licitatórios visando à adequação do imóvel urbano, constituído do Edifício Colúmbia, com área de terreno de 1.302,20m² e benfeitorias de 6.295,70m², situado na Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, destinado à instalação da sede deste Tribunal.

A Secretaria de Administração é composta por quatro Coordenadorias, a saber: Coordenadoria de Orçamento e Finanças, Coordenadoria de Material e Patrimônio, Coordenadoria de Serviços Gerais e Coordenadoria de Comunicações, cada qual com atribuições próprias, exercidas sob a direção da Secretaria.

COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO - CMP

À Coordenadoria de Material e Patrimônio compete a contratação de serviços, aquisição, guarda, distribuição e controle dos bens permanentes e de consumo utilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral e pelas Zonas Eleitorais.

Aliada à atividade rotineira desta Coordenadoria, realizaram-se neste exercício, até 28.2.1999:

- ✍ Processamento de 1 (uma) licitação na modalidade Concorrência, 30 (trinta) na modalidade Tomada de Preços e 20 (vinte) na modalidade Convite;
- ✍ 440 (quatrocentos e quarenta) processos autuados;
- ✍ 103 (cento e três) contratos celebrados;
- ✍ Dentre as aquisições efetuadas destacam-se: 1 (um) transceptor de espalhamento espectral; móveis de informática (154 cadeiras

Publishing Collection; 1 (um) rádio-gravador; 1 (uma) plastificadora; 4 (quatro) estantes de aço; 6 (seis) modems de mesa; livros e publicações diversas; 7 (sete) bebedouros elétricos; 2 (dois) veículos; arquivos deslizantes; equipamentos odontológicos; móveis para a sala de sessões; 50 (cinquenta) aparelhos condicionadores de ar; e, persianas, mesas e cadeiras para o novo edifício sede;

- ✍ Aquisição, registro e distribuição aos Cartórios Eleitorais, de todo o material de expediente, material elétrico, vales-alimentação e impressos utilizados no último pleito;
- ✍ Locação de 339 (trezentos e trinta e nove) linhas telefônicas, para utilização no período eleitoral;
- ✍ Habilitação de 76 (setenta e seis) linhas telefônicas para as Zonas Eleitorais;
- ✍ Celebração de contratos visando aos seguintes serviços: vales-alimentação para as eleições, fornecimento de suprimentos para fotocopiadora Sharp; manutenção corretiva e preventiva em elevadores; limpeza e conservação; seguro para estagiários; resenha eleitoral; manutenção de fotocopiadora marca Mita; manutenção de equipamentos de informática; fornecimento de suprimentos para fotocopiadora Minolta; seguro para o Edifício Colúmbia; limpeza no Almojarifado; copeira; telefonista; locação de imóvel para instalação da 101ª Zona Eleitoral; manutenção preventiva de transformador; acesso à Internet; reforma do novo edifício sede do TRE; manutenção de central telefônica; manutenção de fotocopiadora marca Risograph; manutenção de fotocopiadora marca Minolta; fornecimento de passagens aéreas; fornecimento de suprimentos para fotocopiadora marca Mita; locação de imóvel para abrigar as urnas eletrônicas; vigilância para o imóvel locado para abrigar as urnas eletrônicas, por 60 (sessenta) dias; manutenção de jardins e floreiras; lavagem de veículos, fornecimento de combustíveis e lubrificantes; e, assistência médica de urgência e área protegida;
- ✍ Remessa de, aproximadamente, 3.100 (três mil e cem) volumes às Zonas Eleitorais;
- ✍ Tombamento de 7.901 (sete mil, novecentos e um) bens patrimoniais;

Encontram-se em andamento processos licitatórios visando à aquisição/contratação de: vigilância para o imóvel destinado a abrigar urnas eletrônicas; rede de cabeamento estruturado para o novo edifício sede; confecção de capa/montagem dos periódicos RESENHA ELEITORAL - Nova Série e Ementário de Jurisprudência, para o exercício de 1999; manutenção de equipamentos de informática.

TOMADAS DE PREÇOS - 1998

N° da TP	Objeto	Situação
001/98	Fornecimento de suprimentos para fotocopadora, marca Sharp, modelo sf 2025, de propriedade deste Tribunal.	Licitação concluída
002/98	Manutenção preventiva (mensal) e corretiva, com reposição de peças, no sistema de ar condicionado central, marca Hitachi 4 tr, instalado no 3º piso - sala de sessões.	Licitação anulada
003/98	Manutenção preventiva mensal e corretiva, com reposição de peças, em elevador de marca Schindler, que serve aos Cartórios das 12ª, 13ª e 100ª Zonas Eleitorais.	Licitação concluída
004/98	Aquisição de material de copa e higienização (copo plástico, lixeira, sabonete líquido, papel higiênico e toalha papel).	Licitação concluída
005/98	Aquisição de suprimentos de informática (cartucho, formulário contínuo e toner).	Licitação concluída
006/98	Fornecimento e instalação dos equipamentos necessários para a interligação sem-fio das redes locais de computadores entre prédios deste Tribunal.	Licitação concluída
007/98	Fornecimento de 1.000 (hum mil) pastas padronizadas.	Licitação concluída
008/98	Aquisição de suprimentos de informática (cartucho, recipiente de toner e revelador).	Licitação concluída
009/98	Manutenção preventiva mensal e corretiva, com reposição de peças, em 2 (dois) elevadores da marca Villares, que servem ao ed. Colúmbia.	Licitação concluída
010/98	Manutenção preventiva (mensal), com emissão de laudo técnico, no sistema de ar condicionado central, marca Hitachi 4 tr, instalado no 3º piso - sala de sessões.	Licitação concluída - contrato anulado
011/98	Aquisição de móveis (cadeira para digitador, mesas para	Licitação concluída

015/98	Contratação de empresa para prestar serviços de limpeza e conservação no edifício colúmbia e no edifício onde funcionam os Cartórios Eleitorais da capital.	Licitação concluída
016/98	Serviços de manutenção corretiva, com substituição de peças e acessórios, em 1 (um) veículo, marca Mercedes Benz, ano 1996, placa LXZ 4408, pertencente a este Tribunal.	Licitação fracassada
017/98	Aquisição de suprimentos de informática (cartuchos para impressora).	Licitação concluída
018/98	Aquisição de móveis (poltrona, cadeiras, mesas)	Licitação concluída
019/98	Aquisição de materiais odontológicos	Licitação concluída - não houve proposta para os itens 1, 2, 3 e 6 - Dispensa de licitação (art. 24, inciso V).
020/98	Instalação de cabeamento estruturado para dados e telefonia e aquisição de elementos ativos de rede de computadores para a rede do TRE/nova sede	Licitação concluída
021/98	Execução da reforma, incluindo o material, para adequação do edifício Colúmbia	Licitação concluída
022/98	Fornecimento de suprimentos para fotocopadora, marca Sharp	Não houve proposta válida - dispensa de licitação (art. 24, inciso VII) - CMP - serviço contratado
023/98	Serviço de assistência médica de urgência 24 horas e serviço "área protegida"	Licitação concluída
024/98	Aquisição de aparelhos de fac-símile	Licitação revogada
025/98	Aquisição de 2 veículos zero quilômetro	Licitação concluída
026/98	Aquisição de arquivos deslizantes	Licitação concluída
027/98	Confecção de móveis (sala de sessões e bancada do protocolo)	Licitação concluída
028/98	Aquisição de aparelhos de ar condicionado	Licitação concluída
		A única empresa habilitada foi

TOMADAS DE PREÇOS - 1999

N° da TP	Objeto	Situação
001/99	RESENHA ELEITORAL - <i>Nova Série</i>	Fase de publicação da classificação
002/99	Vigilância do imóvel destinado ao armazenamento da urnas eletrônicas	Abertura da documentação em 12/3

CONVITES - 1998

N° do CV	Objeto	Situação
001/98	Aquisição de material de escritório (apontador, bobina, etc.).	Licitação concluída
002/98	Seguro de acidentes pessoais - coletivo - para 190 (cento e noventa) estagiários da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, com substituição de segurado (s).	Licitação concluída
003/98	Confecção do periódico RESENHA ELEITORAL - <i>Nova Série</i>	Licitação concluída
004/98	Confecção de capas para autuação de processos.	Licitação concluída
005/98	Confecção de formulários para convocação de mesários e escrutinadores.	Licitação concluída
006/98	Aquisição de equipamentos de informática (modens e router).	Licitação concluída
007/98	Confecção de decalco e crachás.	Licitação anulada
008/98	Confecção de decalco e crachás (repetição).	Licitação concluída
009/98	Aquisição de material de informática (disquete, etiqueta, formulário contínuo e fita para impressora).	Licitação concluída
010/98	Aquisição de material elétrico.	Licitação concluída
011/98	Aquisição de materiais de informática (capas para micros, monitores, teclados).	Licitação concluída
012/98	Aquisição de cd recordable.	Licitação concluída
013/98	Aquisição de persianas.	Licitação concluída
		Este Convite foi

CONVITES - 1999

N. do CV	Objeto	Situação
001/99	Confecção de impressos	Fase de publicação da classificação das propostas
002/99	Contratação de técnicos de informática	Fase de publicação da classificação das propostas

COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - COF

Relatório de atividades e da execução orçamentária e financeira de 1998

Execução orçamentária

Os recursos orçamentários da conta do Orçamento Geral da União e suas suplementações constituíram o montante de **R\$ 35.773.942,88** (trinta e cinco milhões, setecentos e setenta e três mil, novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos). Por conta desses créditos foram empenhados e realizados despesas no montante de **R\$ 35.457.381,42** (trinta e cinco milhões, quatrocentos e cinqüenta e sete mil, trezentos e oitenta e um reais e quarenta e dois centavos), incluindo as inscrições em restos a pagar no valor de **R\$ 979.503,33** (novecentos e setenta e nove mil, quinhentos e três reais e trinta e três centavos).

Foram recebidas durante o exercício de 1998, provisões no valor total de **R\$ 7.444.273,11** (sete milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, duzentos e setenta e três reais e onze centavos). Deste valor, **R\$ 4.139.373,00** (quatro milhões, cento e trinta e nove mil, trezentos e setenta e três reais), foram destinados para atender despesas com o processo eleitoral de 1998, uma vez que o Orçamento existente nesta rubrica é centralizado na Setorial Orçamentária do Tribunal Superior Eleitoral.

E, ainda, foram concedidas provisões no valor de **R\$ 581.051,23** (quinhentos e oitenta e um mil, cinqüenta e um reais e vinte e três centavos). ao Tribunal Superior Eleitoral e aos Tribunais

Total dos créditos orçamentários

- ✍ Créditos Orçamentários Recebidos - R\$35.773.942,88
- ✍ Créditos Orçamentários Executados - R\$35.457.381,42
- ✍ Economia Orçamentária - R\$ 316.561,46

Outras atividades

- ✍ Registro de 2.912 ordens bancárias;
- ✍ Registro de 1.113 notas de empenho;
- ✍ Registro de 881 notas de lançamento;
- ✍ Registro de 1.110 DARF's (Documento de Arrecadação Financeira);
- ✍ Registro de 12 GRPS (Guia de Recolhimento da Previdência Social);
- ✍ Registro de 23 notas de movimentação de créditos;
- ✍ Registro de 50 notas de programação financeira;
- ✍ Registro de 34 listas de credores;
- ✍ Registro de 65 pré-empenhos;
- ✍ Registro de 154 notas de dotação;
- ✍ Registro de 86 notas de sistema;
- ✍ Registro da conformidade diária;
- ✍ Registro de contratos no SIAFI;
- ✍ Autuação de 1.370 processos de pagamento;
- ✍ Informações de disponibilidade orçamentária aos setores requisitantes;
- ✍ Elaboração de planilhas das despesas executadas mensalmente;

Proposta orçamentária - 1999

Procedeu-se à elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1999, solicitando importâncias para suprir despesas arroladas a seguir:

Pessoal e encargos sociais

- ✍ Pagamento de vencimentos e vantagens fixas;
- ✍ Despesas com concessão de melhorias funcionais;
- ✍ Despesas com concessão de gratificações adicionais;
- ✍ Despesas com preenchimento de cargos vagos, por funcionários, em virtude de aposentadorias;
- ✍ Encargos com inativos e pensionistas;
- ✍ Despesas de exercícios anteriores, etc.

Outras despesas correntes de capital

1 Material de consumo

- ✍ Reposição de estoques para manutenção do TRE e das Zonas Eleitorais do Estado; e
- ✍ Suprimentos em geral.

2 Passagens e despesas com locomoção

- ✍ Atendimento de despesas com deslocamento de servidores;
- ✍ Participação em congressos e eventos relacionados com informática, objetivando atualização tecnológica; e
- ✍ Aos Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais do interior, para participação em treinamento no TRES.

3 Outros serviços de terceiros

Contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para fornecimento de selos postais e prestação de serviços (SEDEX);

Serviços de transporte de encomendas e cargas;

Manutenção dos equipamentos de informática; e

Aquisição de *softwares*.

✍ Benefícios:

Auxílio pré-escolar;

Auxílio refeição/alimentação;

Auxílio concessão vale-transporte; e

Ressarcimento de despesas médicas e odontológicas.

✍ Despesas eventuais:

Assinaturas de periódicos e anuidades.

✍ Serviços gráficos (cópia e encadernação de folhetos e revistas);

✍ Despesas miúdas e de pronto pagamento;

✍ Taxas municipais;

✍ Reparo e conservação de bens imóveis;

✍ Serviços de divulgação;

✍ Serviços de processamento de dados; e

✍ Retenção Imposto sobre Serviços (ISS) da PMF.

4 Equipamentos e material permanente:

✍ Aquisição de mobiliário em geral;

✍ Aquisição de periódicos;

✍ Aquisição de *modems*;

Relatório de atividades e da execução orçamentária e financeira de 1999 - período 1.1.1999 a 26.2.1999

Execução orçamentária

Os recursos orçamentários da conta do Orçamento Geral da União, liberados até a presente data, constituem o montante de **R\$ 27.297.151,00** (vinte e sete milhões, duzentos e noventa e sete mil, cento e cinqüenta e um reais) dos quais **R\$ 27.030.488,00** (vinte e sete milhões, trinta mil, quatrocentos e oitenta e oito reais) correspondem ao orçamento para pagamento de pessoal ativo, inativos, pensionistas civis, gratificação de representação, membros da Justiça Eleitoral, Juízes Eleitorais, Promotores Eleitorais, Escrivães Eleitorais e Chefes de Cartório, durante o corrente exercício, e **R\$ 266.663,00** (duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e três reais) correspondem a um duodécimo do orçamento para pagamento de despesas de custeio e de capital.

Da totalidade dos recursos liberados foram executados **R\$ 4.803.078,66** (quatro milhões, oitocentos e três mil, setenta e oito reais e sessenta e seis centavos), dos quais **R\$ 4.572.074,81** (quatro milhões, quinhentos e setenta e dois mil, setenta e quatro reais e oitenta e um centavos) foram destinados ao pagamento de pessoal ativo, inativo, pensionistas civis, gratificação de representação, membros da Justiça Eleitoral, Juízes Eleitorais, Promotores Eleitorais, Escrivães Eleitorais e Chefes de Cartório, e **R\$ 231.003,85** (duzentos e trinta e um mil, três reais e oitenta e cinco centavos) foram destinados ao pagamento de despesas de custeio e de capital.

Do valor de **R\$ 979.503, 33** (novecentos e setenta e nove mil, quinhentos e três reais e trinta e três centavos) inscrito em restos a pagar para o ano de 1999, foram executados até a presente data **R\$ 330.224,46** (trezentos e trinta mil, duzentos e vinte e quatro reais e quarenta e seis centavos).

Outras atividades

Administrativamente esta Coordenadoria de Orçamento e Finanças efetuou, no período, as seguintes atividades:

✍ Registro de 234 ordens bancárias;

- ✍ Registro de 6 lista de credores;
- ✍ Registro de 30 notas de dotação;
- ✍ Registro de 3 notas de sistema;
- ✍ Registro da conformidade diária;
- ✍ Registro de contratos no SIAFI;
- ✍ Autuação de 163 processos de pagamento;
- ✍ Informações de disponibilidade orçamentária aos setores requisitantes;
- ✍ Elaboração de planilhas das despesas executadas mensalmente;
- ✍ Encaminhamento de selos postais às Zonas Eleitorais;
- ✍ Alterações do QDD (Quadro de Detalhamento de Despesa);
- ✍ Remanejamento de créditos, entre os diversos programas de trabalho existentes, etc.

COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS - CSG

No ano de 1998 e no primeiro bimestre de 1999 a Coordenadoria de Serviços Gerais, cumprindo os seus objetivos, solicitou a aquisição de bens e materiais e elaborou e acompanhou projetos e serviços, conforme a seguir discriminados:

Seções de Administração do Prédio e de Apoio Administrativo

- ✍ Projeto, solicitação e acompanhamento da instalação de 6 (seis) suportes para aparelhos de ar condicionado;
- ✍ Solicitação à aquisição de 2 (dois) microtelefones para serem usados pelas telefonistas, no desempenho de suas funções;

- ✍ Reparos na rede de drenagem dos aparelhos de ar condicionado do edifício da rua São Francisco;
- ✍ Solicitação para a confecção de 50 (cinquenta) crachás;
- ✍ Projeto e solicitação para contratação de seguro para o edifício da rua Esteves Júnior;
- ✍ Projeto e solicitação de confecção de letras para o marco de identificação do edifício da rua Esteves Júnior e fiscalização da colocação das referidas letras;
- ✍ Elaboração de pedido de estantes para a 70ª Zona Eleitoral (São Carlos);
- ✍ Colocação de duas molas automáticas em 2 (duas) portas internas deste Tribunal;
- ✍ Solicitação de serviço de manutenção preventiva dos extintores de incêndio;
- ✍ Solicitação de manutenção de porta de vidro do edifício da rua Esteves Júnior;
- ✍ Renovação do jardim e das floreiras internas e externas;
- ✍ Solicitação de aquisição de vasilhame para compra de água para o serviço de copa;
- ✍ Solicitação de aquisição de pastas para termoencadernadora;
- ✍ Solicitação e acompanhamento da limpeza da rede de esgoto do prédio;
- ✍ Projeto para a locação de veículos;
- ✍ Aquisição de 2 (dois) contentores de lixo;
- ✍ Solicitação de habilitação de 108 (cento e oito) linhas telefônicas, bem como a aquisição de 5 (cinco) linhas telefônicas celulares;
- ✍ Solicitação de aquisição de quadro mural para o CDRU;

- ✍ Solicitação de aquisição de 4 (quatro) controles eletrônicos para os portões do edifício da rua Esteves Júnior;
- ✍ Elaboração de projeto para aquisição de móveis para as Zonas Eleitorais;
- ✍ Solicitação de compra de aparelhos de fac-símile;
- ✍ Solicitação de contratação dos serviços de revisão do compressor do serviço médico, bem como da reposição de lençóis, fronhas e toalhas;
- ✍ Fiscalização do serviço de pintura do edifício da rua Esteves Júnior;
- ✍ Aquisição de 1 (um) badisco;
- ✍ Solicitação de contratação de empresa para prestar serviço de vigilância e de limpeza no edifício da rua Esteves Júnior e no depósito da rua Leoberto Leal, em Barreiros;
- ✍ Projeto de restauração do marco de identificação do edifício da rua Esteves Júnior;
- ✍ Solicitação de contratação dos serviços de desmontagem, transporte e montagem de armários, divisórias e maquinário do edifício da rua São Francisco para o edifício da rua Esteves Júnior;
- ✍ Solicitação de compra de 102 (cento e dois) aparelhos telefônicos analógicos e 4 (quatro) aparelhos digitais;
- ✍ Projeto e solicitação de compra de móveis e projeto, solicitação e fiscalização da compra de 269 (duzentos e sessenta e nove) cadeiras e 52 (cinquenta e duas) mesas para a nova sede do TRESC;
- ✍ Projeto e solicitação de aquisição de balcões para a nova sede;
- ✍ Solicitação e fiscalização de reforma no almoxarifado, com colocação de paviflex, derrubada de paredes, alteração na rampa de acesso e colocação de piso cerâmico na parte externa;
- ✍ Projeto e solicitação de cadeiras para digitador e mesas para im-

- ✍ Solicitação de contratação de empresa para a mudança do almoxarifado, acompanhamento da mudança e restauração do imóvel, para entrega e finalização do contrato;
- ✍ Solicitação e fiscalização da manutenção preventiva do transformador existente no edifício da rua Esteves Júnior, bem como o conserto de um disjuntor de alta tensão, de um de baixa tensão e do sistema de pára-raios do mesmo edifício;
- ✍ Projeto e solicitação de confecção de grades de ferro para o subsolo II do edifício da rua Esteves Júnior, grades para o depósito da CPS, para o setor de almoxarifado e para o imóvel locado para guarda das urnas eletrônicas;
- ✍ Projeto de construção de dois portões para o edifício da rua Esteves Júnior, solicitação para contratação de empresa para construção e colocação dos portões, bem como acompanhamento e aceite dos serviços;
- ✍ Serviços de manutenção em 19 (dezenove) janelas do edifício da rua Esteves Júnior;
- ✍ Projeto e solicitação para confecção de 204 (duzentos e quatro) carimbos;
- ✍ Projeto de automação dos portões de acesso ao prédio pertencente a esta Casa; solicitação da realização dos serviços, bem como a fiscalização de sua execução;
- ✍ Reequipamento do setor de copa deste Tribunal com a compra de fogão copos, xícaras, açucareiros, garrafas térmicas, bandejas, toalhas, etc.;
- ✍ Recuperação do sistema de segurança do edifício com a substituição do sinalizador vertical que se encontrava danificado;
- ✍ Solicitação de aquisição de 11 (onze) bebedouros;
- ✍ Solicitação de compra de biombos para o Almoxarifado deste TRESC;

- ✍ Solicitação de compra de 1 (uma) bomba d'água;
- ✍ Solicitação de prorrogação contratual dos serviços de manutenção da máquina de reprografia marca Mitae dos elevadores Schindler;
- ✍ Solicitação de contratação dos serviços de manutenção das máquinas de reprografia Minolta;
- ✍ Solicitação de aditamento do contrato de lavagem de veículos, para a inclusão de 2 (dois) veículos marca Kombi;
- ✍ Solicitação de 1 (um) grampeador de aço e 1 (um) furador central para até 100 (cem) folhas;
- ✍ Solicitação de compra de 46 (quarenta e seis) estantes de aço, 2 (dois) arquivos de aço e 4 (quatro) arquivos para fichário, para o TRESA e Cartórios Eleitorais;
- ✍ Solicitação de compra de uma espátula para remoção e conexão de condutores de blocos de distribuição da rede telefônica;
- ✍ Solicitação de compra de 2 (duas) fechaduras quádruplas;
- ✍ Solicitação de contratação de 1 (um) engenheiro civil ou arquiteto para fiscalizar a reforma do edifício da rua Esteves Júnior;
- ✍ Solicitação de contratação de estagiários para a CSG;
- ✍ Solicitação de contratação dos serviços de manutenção corretiva, com reposição de peças e acessórios, do veículo marca Mercedes, de propriedade deste Tribunal; e
- ✍ Solicitação de cursos para os condutores de veículos deste TRESA.

Setor de Reprografia

O Setor de Reprografia, no atendimento aos diversos setores desta Casa e aos particulares que a freqüentam, realizou os seguintes serviços:

- ✍ Foram efetuadas, na máquina fotocopiadora Mita, aproximadamente,

Impresso, totalizando 2.730 (dois mil, setecentos e trinta) exemplares; e

✍ Foram efetuadas 1.500 (mil e quinhentas) plastificações.

Setor de Segurança e Transporte

O Setor de Segurança e Transporte realizou cerca de 132 (cento e trinta e duas) viagens pelo interior do Estado, a serviço das diversas Secretarias e Coordenadorias deste Tribunal, sendo que os veículos pertencentes a esta Casa percorreram, durante o ano, cerca de 203.500km (duzentos e três mil e quinhentos quilômetros).

Setor de Manutenção

O Setor de Manutenção realizou, ao longo desse período, os mais variados serviços nas áreas de eletricidade, telefonia, edificações e refrigeração, compreendendo consertos, reformas e revisões, dos quais, os principais, estão enumerados a seguir:

Manutenção de instalações e equipamentos elétricos

- ✍ Manutenção periódica dos equipamentos elétricos dos prédios-sede, como compressor odontológico, transformador da rede elétrica, bombas de água, aparelhos de ar condicionado, etc.;
- ✍ Manutenção geral da rede elétrica, com troca de lâmpadas e reatores, e instalação e substituição de tomadas e disjuntores nos prédios pertencentes a esta Corte;
- ✍ Revisão dos bebedouros do TRESA;
- ✍ Instalação elétrica nos Cartórios Eleitorais da Capital, com a colocação de lâmpadas e instalação de tomadas;
- ✍ Adequação das instalações elétricas e telefônicas do almoxarifado;
- ✍ Avaliação, para compra e distribuição de materiais elétricos para instalação das urnas eletrônicas, nos locais de votação e apuração;

- ✍ Confeção de 1.500 (mil e quinhentas) extensões elétricas para adequar os locais de votação em todo o Estado; e
- ✍ Instalação da rede elétrica exclusiva para a sala da central de processamento RISC.

Manutenção do sistema de prevenção de incêndio

- ✍ Manutenção dos extintores e mangueiras de incêndio dos Cartórios da Capital, da antiga e nova sede do TRESA.

Manutenção periódica

- ✍ Conserto geral da cobertura do prédio sede deste TRESA;
- ✍ Manutenção geral do prédio, com pequenos consertos de portas, troca de fechaduras, persianas, pisos, conserto e substituição de peças dos banheiros, como torneiras, válvulas, bóias e assentos dos vasos sanitários;
- ✍ Conserto do equipamento de som da sala de sessões;
- ✍ Dedetização, descupinização e desratização do prédio sede deste Tribunal e Cartórios da Capital;
- ✍ Pintura das floreiras internas e externas;
- ✍ Conserto de móveis e cadeiras pertencentes a este Tribunal;
- ✍ Restauração das portas de esteira da garagem;
- ✍ Conserto das persianas dos Cartórios Eleitorais da Capital e da antiga sede do TRESA;
- ✍ Montagem e desmontagem de divisórias;
- ✍ Conserto da rede de drenagem dos ar condicionados e eventual substituição do encanamento existente; e
- ✍ Elaboração de pedidos e acompanhamento de serviços e contratos de serviços na área de manutenção predial.

Manutenção da rede telefônica

- ✍ Conserto de aparelhos e instalações, nos quadros telefônicos e em todas as salas do Tribunal, além de instalações de novos ramais e linhas;
- ✍ Manutenção do sistema tarifador da central telefônica; e
- ✍ Manutenção de rede e equipamentos telefônicos.

Setor de Expedição

O Setor de Expedição cuidou da expedição de aproximadamente 7.651 (sete mil, seiscentos e cinquenta e uma) correspondências, pelo serviço SEDEX; aproximadamente 2.718 (duas mil e setecentos e dezoito) correspondências com aviso de recebimento e simples, além da entrega, em mãos, de todo tipo de correspondência para as diversas secretarias desta Casa, no período de 2 de janeiro de 1998 a 25 de fevereiro de 1999.

Seção de Controle Geral de Documentos

Documentos	Quantidade
Documentos protocolizados e distribuídos	12.455
Ofícios expedidos	5.347
Portarias da Presidência	286
Portarias da Direção-Geral	438
Portarias da Vice-Presidência	68
Ordens de serviço	6
Ofícios-circulares	197
Total	18.797

Seção de Projetos Especiais e Imprensa

Imprensa

Organização de solenidades de posse

- ✍ Presidência:
Desembargador Eder Graf;
 - ✍ Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral:
Desembargador Alcides dos Santos Aguiar;
 - ✍ Juiz Efetivo – Categoria Jurista:
Doutor Paulo Leonardo Medeiros Vieira;
 - ✍ Juiz Efetivo – Categoria Juiz Federal:
Doutor Ricardo Teixeira do Valle Pereira; e
 - ✍ Juiz Efetivo – Categoria Juiz de Direito:
Doutora Rejane Andersen.
- (Expedição de convites, ✍ roteiro, recepção dos convidados e composição da mesa).

Organização de eventos

- ✍ Reunião do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais em Balneário Camboriú (SC);
(Transporte, recepção, confirmação e reservas, eventos, hospedagem e alimentação).

Cerimonial de abertura e encerramento

- ✍ VII Encontro de Juízes Eleitorais e II Encontro de Promotores Eleitorais;
 - ✍ Eleição Simulada em Tubarão (SC);
 - ✍ Eleição Simulada em Concórdia (SC);
 - ✍ Eleição Simulada em Itajaí (SC); e
 - ✍ Eleição Simulada em São José (SC).
- (Expedição de convites e recepção das autoridades).

Diplomação dos eleitos no pleito de 1998

✍ Expedição dos convites, cerimonial e protocolo.

MARIA HELENA DE CARLOS BACK
Secretária de Administração

Secretaria de Recursos Humanos

A Secretaria de Recursos Humanos, Órgão de Direção subordinado à Direção-Geral, tem por finalidade planejar, coordenar e supervisionar as atividades de administração de recursos humanos.

A par de suas atividades inerentes, durante esta gestão, a SRH dedicou especial atenção, como não poderia deixar de ser, às eleições, considerando ainda, ter sido a maior eleição realizada no país. Os servidores lotados nesta Secretaria participaram de todo o processo eleitoral, ficando por longos períodos à disposição da Secretaria de Informática deste Tribunal.

Com relação às Coordenadorias e Diretoria que integram a estrutura da Secretaria de Recursos Humanos, destaco algumas atividades:

A Coordenadoria de Pessoal, além de suas atividades inerentes e contínuas, elencadas no Regimento Interno da Secretaria deste Tribunal, destacou-se pela intensificação das suas atividades durante o período eleitoral, com a nomeação dos Juízes Auxiliares, além do controle e pagamento do serviço extraordinário prestado durante este período.

Na Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, durante este período, destacam-se os eventos organizados pela mesma, em parceria com a Secretaria de Informática, quais sejam: reunião de Chefes de Cartório e Escrivães Eleitorais, treinamento de urna eletrônica, VII Encontro de Juízes Eleitorais e II Encontro de Promotores Eleitorais, treinamento do Sistema "Voto Cantado" e treinamento de Chefes de Cartório e auxiliares eleitorais.

Quanto à Diretoria do Serviço de Assistência Médico-Social, acrescenta-se ao seu relatório anual de atividades a sua atuação compondo Junta Médica para atendimento de Mesários e escrutinadores, convocados pelas Zonas Eleitorais da Capital, que solicitavam dispensa da convocação, alegando problemas de saúde.

Podemos destacar ainda que no início do mês de março estaremos promovendo um debate sobre a reforma da Previdência Social, com a participação de servidores da Coordenadoria de Pessoal - Seção de Legislação e Normas -, da Coordenadoria de Controle Interno e da Assessoria da Direção-Geral.

atualização de dados de servidores ativos; informação sobre a força de trabalho; confecção e fornecimento aos servidores de formulários relativos às férias, licenças e recesso; controle de frequência; autuação e informações em averbações de tempo de serviço, de licença capacitação; controle e atualização de fichas funcionais; manutenção dos documentos para conferência dos períodos aquisitivos de parcelas de décimos e de planilhas eletrônicas para cálculos referentes a pessoal; controle de serviço extraordinário; continuação da implementação do Sistema de Recursos Humanos e revisão geral de todos os processos de averbação de tempo de serviço em virtude da legislação atual.

Seção de Legislação e Normas

Dentre as atividades desenvolvidas por esta Seção, citamos: organização, atualização informatizada de legislação de pessoal; recadastramento de pensionistas e inativos; informações em processos diversos referentes à área de pessoal; cumprimento de diligências baixadas pelo Tribunal de Contas da União e revisão de processos de aposentadoria em virtude da legislação vigente.

Participação no curso A Nova Previdência Social, realizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ), no período de 1º a 2 de fevereiro.

Seções de Pagamento e de Pagamento aos Cartórios Eleitorais

Dentre as atividades desenvolvidas por esta Seção, salientamos: manutenção dos sistemas de processamento de dados das respectivas folhas de pagamento; a execução e conferência de cálculos; a emissão de relatórios específicos; o pagamento de remuneração a todos os servidores ativos, inativos e pensionistas; o pagamento de gratificação aos Juízes, Promotores, Escrivães e Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais que integram o Estado.

Elaboração da DIRF e RAIS.

Coordenadorias, buscando atender, sempre que possível, às solicitações realizadas.

Neste período foram realizados 76 (setenta e seis) cursos, contando com a participação de 215 (duzentos e quinze) treinandos, conforme relação abaixo:

Relação de cursos/eventos realizados

Evento: Treinamento em *Windows NT*

Local: Florianópolis (SC)

Data: 25 a 27.3.1998

Servidores: Alexandre J. Bertoli Martins

Augusto Gil Chaves Boal

Cláudio Mossman Rodrigues

Renato de Ávila Pacheco

Teresinha Batista Nunes

Evento: II Congresso Norte-Nordeste de Direito Eleitoral ALMAGIS
(Associação Alagoana de Magistrados)

Local: Maceió (AL)

Data: 26, 27 e 28.3.1998

Servidores: Des. Wilson Eder Graf

Des. Alcides dos Santos Aguiar

Dr. Carlos Antonio F. de Oliveira

Dra. Ana Maria G. Guimarães

Affonso Ghizzo Neto

Ana Eloise de Carvalho Flôres

Ana Lúcia Silva

Clycie Damo Bertoli

Fábio Luiz K. Pires

Evento: Treinamento Corregedoria (TSE)

Local: Brasília (DF)

Data: 30 e 31.3.1998

Servidores: Josué de Souza Boppré

Luciano R. de Oliveira

Waldemiro Sant´Anna Júnior

Evento: Seminário Organização Documental e Arquivos

Local: Rio de Janeiro (RJ)

Data: 30.3 a 3.4.1998

Servidores: Maria Beatriz Fleming

Rita de Cássia G. Lima Cruz

Evento: Treinamento Gerência de Projetos Assistido por Computador: *PROJECT* (TSE)

Local: Brasília (DF)

Data: 30.3 a 3.4.1998

Servidor: Jairo Soldatelli de Almeida

Evento: Reunião do Colégio de Presidentes de Tribunais Eleitorais do Brasil

Local: Brasília (DF)

Data: 1º a 3.4.1998

Servidores: Des. Wilson Eder Graf

Samir Claudino Beber

Evento: Curso de Organização e Métodos e Elaboração de Manuais
Administrativos

Local: Rio de Janeiro (RJ)

Data: 13 a 17.4.1998

Servidor: Jane Justina Maschio

Evento: Encontro Nacional das Secretarias de Informática, Administração e Orçamento e Finanças

Local: São Paulo (SP)

Data: 13 a 17.4.1998

Servidores: Samir Claudino Beber

Carlos Rogério Camargo

Maria Helena de Carlos Back

Salésio Bauer

Evento: Sistema Operacional UNIX - Versão 10.X

Local: São Paulo (SP)

Data: 13 a 17.4.1998

Servidores: Augusto César Campos

Alexandre J. Bertoli Martins

Evento: IV Encontro Corregedores da Justiça Eleitoral (TSE)

Local: Brasília (DF)

Data: 23 e 24.4.1998

Servidores: Des. Alcides dos Santos Aguiar

Carlos Rogério Camargo

Evento: Sistema de Certificação em Banco de Dados Oracle - Módulo

Evento: Reunião: Sistema "Voto Cantado"

Local: São Paulo (SP)

Data: 28 e 29.4.1998

Servidor: Carlos Rogério Camargo

Evento: *Introduction to Lotus Script in Notes*

Local: Florianópolis (SC)

Data: 4 a 6.5.1998

Servidores: Ademir da Silva Machado

Augusto Gil Chaves Boal

Evento: Treinamento em *DELPHI* (básico, avançado e técnicas)

Local: Porto Alegre (RS)

Data: 4 a 22.5.1998

Servidores: André Luis Dutra

Cláudia R. Damasceno Luciano

Daniel Shaeffer Sell

Renato Pacheco

Terezinha B. Nunes

Evento: *Application Development 3*

Local: Florianópolis (SC)

Data: 6 a 8.5.1998

Servidores: Ademir da Silva Machado

Augusto Gil Chaves Boal

Marcelo Macedo Lopes

Evento: Treinamento Sistemas de Registro de Candidaturas, Horário Eleitoral e Estatística de Candidatos

Local: São Paulo (SP)

Data: 7 e 8.5.1998

Servidores: André Luis Machado da Costa

Marnes F. de Carvalho Jr.

Patrícia H. Sardá Lisbôa

Evento: Adm. Sistema HP-UX Séries 700/800 - Versão 10.X

Local: Curitiba (PR)

Data: 11 a 15.5.1998

Servidores: Augusto César Campos

Alexandre J. Bertoli Martins

Evento: Reunião Coordenadores de Controle Interno da Justiça Eleitoral (TSE)

Local: Brasília (DF)

Data: 14 e 15.5.1998

Servidor: Denise G. S. Sobierajski

Evento: Treinamento Urnas Eletrônicas (TSE)

Local: Brasília (DF)

Data: 19.5.1998

Servidores: Cláudio Mossmann Rodrigues

Walter Luiz Rausch

Evento: Comissão de Licitação: tudo que os membros devem saber

Evento: III Seminário Catarinense da Qualidade em Serviços e I Encontro do Mercosul da Qualidade em Serviços

Local: Florianópolis (SC)

Data: 28 e 29.5.1998

Servidores: José Antônio Dutra Póvoas

Lúcia Meyer Kotzias

Luciano Rodrigues de Oliveira

Marcos Bernardo da Silva

Marli Glória de Carvalho Meurer

Paulo Fernando Lenzi

Silvana Rudolfo

Evento: Reunião Secretários de Informática (TSE)

Local: Brasília (DF)

Data: 29 e 30.5.1998

Servidor: Carlos Rogério Camargo

Evento: Reunião Proposta Orçamentária para 1999 (TSE)

Local: Brasília (DF)

Data: 29.5.1998

Servidores: Maria Helena de Carlos Back

Salésio Bauer

Evento: Revisão de Textos

Local: Florianópolis (SC)

Data: 1º a 17.6.1998

Servidores: Cláudio Roberto de Souza

Servidores: Des. Wilson Eder Graf
Samir Claudino Beber

Evento: 1º Congresso Centro-Sul de Direito Eleitoral (TREMS)

Local: Campo Grande (MS)

Data: 3, 4 e 5.6.1998

Servidores: Dr. Antônio do Rego M. Rocha
Dra. Rejane Andersen
Dr. Luiz Henrique M. Portelinha
Cláudia Larroid Ghisi
Edson Ricardo Régis
Elstor Clemente Werle
Gilvan de Souza Lobato
Guaraci Pinto Martins
Norberto Ungaretti Junior
Sheila Brito

Evento: Gerenciamento de Projetos de Treinamento

Local: Brasília (DF)

Data: 15 a 18.6.1998

Servidores: Marcos Bernardo da Silva
Sílvia Argiles Wolff

Evento: Seminário A Emenda Constitucional da Reforma Administrativa e as Mudanças para Estados e Municípios

Local: Curitiba (PR)

Data: 18 e 19.6.1998

Evento: Treinamento para Cadastradores do Sistema Senha-Rede
SERPRO (TSE)

Local: Brasília (DF)

Data: 29 e 30.6.1998

Servidor: Salésio Bauer

Evento: Administração de Rede HP-UX - Versão 10.X

Local: São Paulo (SP)

Data: 29.6 a 3.7.1998

Servidores: Augusto César Campos

Alexandre J. Bertoli Martins

Evento: *Pediatric Advanced Life Support*

Local: Florianópolis (SC)

Data: 4 e 5.7.1998

Servidor: Sérgio Luiz Lopes

Evento: A Nova Lei Eleitoral

Local: Florianópolis (SC)

Data: 6.7.1998

Servidores: Adriana S. Machado Valgas

José Antônio Dutra Póvoas

Marcelo Mendes Pereira

Renata Beatriz de Fávère

Rodrigo Camargo Piva

Valda de Souza Mendonça

Evento: Treinamento Sistema de Entrada de Dados, Comunicação e Encaminhador

Local: São Paulo (SP)

Data: 14 e 15.7.1998

Servidores: Alexandre Berenhauser

Alexandre J. Bertoli Martins

José Luiz Viana

Marnes S. de Carvalho Jr.

Paulo Dionísio Fernandes

Evento: Licitação Pública e Todas as Suas Fases e Atos

Local: Brasília (DF)

Data: 20 e 21.7.1998

Servidores: Cibelly Farias

Roberta M. de Castro Sepetiba

Sheila Brito

Evento: *Supporting Microsoft Windows NT 4.0 Core Technologies*

Local: Curitiba (PR)

Data: 20 a 24.7.1998

Servidor: Augusto César Campos

Evento: *Internetworking MS TCP/IP on Microsoft Windows NT*

Local: Curitiba (PR)

Data: 27 a 31.7.1998

Servidor: Augusto César Campos

Evento: Arquivos Empresariais em Ambientes de Qualidade

Local: Florianópolis (SC)

Data: 23 e 24.7.1998

Servidor: Vanessa de Souza Machado

Evento: Encontro de Secretários de Informática (TSE)

Local: Rio de Janeiro (RJ)

Data: 24 e 25.7.1998

Servidores: Carlos Rogério Camargo

Gonsalo Agostini Ribeiro

Walter Luiz Rausch

Evento: Configuração e Instalação de Redes Locais (TSE)

Local: Brasília (DF)

Data: 24 e 25.7.1998

Servidores: Eron Domingues

Teresinha Batista Nunes

Evento: Reunião dos Secretários de Administração e Presidentes
de Comissão de Recebimento das Urnas Eletrônicas
(TSE)

Local: Brasília (DF)

Data: 26.7.1998

Servidores: Maria Helena de Carlos Back

Walter Luiz Rausch

Evento: Fiscalização de Contratos (Núcleo de Treinamento
Tecnológico)

Evento: Reunião - Área de Comunicação de Dados e Sistemas Operacionais (TSE)

Local: Brasília (DF)

Data: 29.7.1998

Servidor: Alexandre J. Bertoli Martins

Evento: II Simpósio Nacional de Direito Eleitoral

Local: Curitiba (PR)

Data: 30.7 a 1º.8.1998

Servidores: Des. Alcides dos Santos Aguiar

Ana Lúcia Silva

Cibelly Farias

Clycie Damo Bertoli

Dr. Ricardo T. do Valle Pereira

Heloísa Bastos Silva Lübke

Lucimara Bianchi

Maria Therezinha G. Mattos

Patrícia H. Sardá Lisboa

Sérgio Murilo dos Anjos

Valda de Souza Mendonça

Viviane Vieira da Silva

Evento: Treinamento formação de instrutores - Votação Eletrônica (TSE)

Local: Brasília (DF)

Data: 3 a 5.8.1998

Servidores: Telçon Pedro Vieira

Evento: Treinamento formação de instrutores - Votação Eletrônica
(TSE)

Local: Brasília (DF)

Data: 6 a 8.8.1998

Servidores: Aleto Silva

Márcio Boechat Ferreira

Evento: Multiplicadores do Curso de *Windows NT* (TSE)

Local: Brasília (DF)

Data: 12.8.1998

Servidor: Augusto Gil Chaves Boal

Evento: Curso de Licitações e Contratos

Local: Florianópolis (SC)

Data: 12 a 14.8.1998

Servidores: Giane Espindola

Vanessa de Souza Machado

Evento: Treinamento do Sistema de Totalização - Gerenciamento
e Recursos (TSE)

Local: Belo Horizonte (MG)

Data: 14.8.1998

Servidores: Alexandre J. Bertoli Martins

Renato de Ávila Pacheco

Teresinha Batista Nunes

Evento: Reunião dos Secretários de Informática

Data: 3 a 7.9.98

Servidor: Sérgio Luiz Lopes

Evento: Projeto Segurança e Controle de Acessos dos Serviços
UNIX (TSE)

Local: Brasília (DF)

Data: 12.9.1998

Servidor: Marcelo Macedo Lopes

Evento: VIII Encontro Catarinense de Arquivos

Local: Jaraguá do Sul (SC)

Data: 14 a 16.9.1998

Servidores: Maria Beatriz Fleming

Vanessa de Souza Machado

Evento: Legislação de Pessoal na Área de Aposentadorias e Pen-
sões Cíveis

Local: Florianópolis (SC)

Data: 14 a 16.9.1998

Servidores: Beatriz Bertoncini

Cláudia Mazzali de Souza Kresch

Evento: O Controle da Administração Pública pelos Tribunais de
Contas e pelo Ministério Público

Local: São Paulo (SP)

Data: 16 a 18.9.1998

Servidores: Maria Helena de Carlos Back

Data: 17 a 19.9.1998

Servidor: Amberson Vieira de Assis

Evento: Seminário sobre Licitação Pública

Local: Curitiba (PR)

Data: 21 e 22.9.1998

Servidores: Dilene Soares Tavares dos Anjos

Luciana da Silva Areias Vieira

Lucimara Bianchi

Rafael Alexandre Machado

Valéria Luz Losso Fischer

Evento: Reunião para Apresentação do Sistema de Análise de
Prestação de Contas da Campanha Eleitoral de 1998
(TSE)

Local: Brasília (DF)

Data: 10 e 11.10.1998

Servidor: Renata Sílvia Rocha

Evento: Gerenciamento de Projetos de Treinamento

Local: Rio de Janeiro (RJ)

Data: 20 a 23.10.1998

Servidor: Lúcia Meyer Kotzias

Evento: Como Reduzir Despesas com o Plano de Benefícios

Local: Curitiba (PR)

Data: 23.10.1998

Evento: *PageMaker* 6.5

Local: Florianópolis (SC)

Data: 3 a 13.11.98

Servidores: Ademir da Silva Machado

Augusto Gil Chaves Boal

Cibelly Farias

Daniel Schaeffer Sell

Edmar Sá

Edson Ricardo Régis

Eduardo Cardoso

Marcus Cléo Garcia

Marcos Bernardo da Silva

Marli Glória de Carvalho Meurer

Nádia Silva Póvoas

Rafael Alexandre Machado

Rodrigo Camargo Piva

Sheila Brito

Sílvia Regina Rabello Savi

Evento: *System Architect* (Básico e Avançado)

Local: São Paulo (SP)

Data: 7 a 11.12.1998

Servidores: André Luiz Dutra

Carlos Rogério Camargo

Eliane Rodrigues Matos Scharf

Renato de Ávila Pacheco

Evento: Treinamento sobre Licitação Pública

Local: Curitiba (PR)

Data: 12 e 13.11.1998

Servidor: Sheila Brito

Evento: Administração de Rede Hp-UX II

Local: São Paulo (SP)

Data: 16 a 20.11.1998

Servidores: Alexandre J. Bertoli Martins

Augusto César Campos

Evento: Encontro de Diretores Gerais, Secretários de Informática e Secretários de Orçamento e Finanças dos TREs - Avaliação das Eleições/98

Local: Natal (RN)

Data: 18 a 20.11.1998

Servidores: Kátia Cristina Kolb S. Sombrio

Carlos Rogério Camargo

Maria Helena de Carlos Back

Salésio Bauer

Evento: 11ª Reunião do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais - Avaliação das Eleições de 1998

Local: Natal (RN)

Data: 19 e 20.11.1998

Servidores: Des. Wilson Eder Graf

Ana Eloise de Carvalho Flôres

Evento: Análise Econômica Aplicada à Manutenção (Núcleo de
Treinamento Tecnológico)

Local: Rio de Janeiro (RJ)

Data: 23 a 25.11.98

Servidor: Marli Glória de Carvalho Meurer

Evento: Segurança do Sistema HP-UX

Local: Curitiba (PR)

Data: 7 e 8.12.1998

Servidores: Alexandre J. Bertoli Martins
Augusto Cesar Campos

Evento: Inauguração da nova sede do Tribunal Regional Eleitoral do
Paraná/Reunião do Colégio de Presidentes dos Tribunais
Regionais Eleitorais

Local: Curitiba (PR)

Data: 19.12.1998

Servidores: Des. Wilson Eder Graf
Kátia Cristina Kolb S. Sombrio
Ana Eloise de Carvalho Flôres

Evento: A Nova Previdência Social

Local: Rio de Janeiro (RJ)

Data: 1º e 2.2.1999

Servidores: José Antônio Dutra Póvoas
Cláudia Mazzali de Souza Kresch
Beatriz Bertoncini

Evento: Controle do Patrimônio na Administração Pública

Local: São Paulo (SP)

Data: 5 e 6.2.1999

Servidores: Ricardo Martins de Araújo

Luiz Alberto Dutra Meurer

Evento: Posse do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Local: Brasília (DF)

Data: 2.3.1999

Servidores: Des. Wilson Eder Graf

Samir Claudino Beber

Organização de Eventos

1 Reunião de Chefes de Cartório e Escrivães Eleitorais

No período de 27 a 31 de julho de 1998 foram treinados no Auditório deste Tribunal 102 (cento e dois) Chefes de Cartório e 99 (noventa e nove) Escrivães Eleitorais. Coube a esta Coordenadoria a organização do evento, que envolveu os procedimentos de convocação dos treinandos, reserva de hotéis, distribuição de material didático, controle da frequência, avaliação e outros.

2 Treinamento da urna eletrônica

No período de 15 de junho a 2 de julho de 1998 foram treinados 62 (sessenta e dois) servidores deste Tribunal para a operação da urna eletrônica nas eleições/98, cabendo à Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos a montagem das turmas, controle da frequência e avaliação do evento.

3 VII Encontro de Juizes Eleitorais e II Encontro de Promotores Eleitorais

Realizado no dia 8 de agosto de 1998, no auditório da Or

por servidores desta Casa. Coube a esta Coordenadoria a tabulação dos relatórios feitos pelos palestrantes.

5 Treinamento de Chefes de Cartório e Auxiliares

No período de 23 a 27 de novembro de 1998 foram treinados no Auditório deste Tribunal 102 Chefes de Cartório e 76 auxiliares. A organização do evento, que envolveu a convocação, inscrição, distribuição de material didático, controle de frequência, avaliação do evento e outros, ficou ao encargo da CDRH.

Nomeações e exonerações

No período de 24 de março a 31 de dezembro de 1998 foram nomeados oito servidores (cinco Técnicos e três Analistas Judiciários) e exonerados, a pedido, cinco servidores (três Técnicos e dois Analistas Judiciários), conforme descrição abaixo:

1 Servidores nomeados

Nome do Servidor: Olavo Queiroz Neto

Portaria: P. n. 099/98, de 13.3.1998

Publicação no Diário Oficial da União: 23.3.1998

Cargo: Técnico Judiciário

Classe/Padrão: A-11

Data da Posse e do Exercício: 27.3.1998

Lotação: Coordenadoria de Serviços Gerais

Nome do Servidor: Helaine Sperandio da Silva

Portaria: P. n. 209/98, de 30.6.1998

Publicação no Diário Oficial da União: 3.7.1998

Cargo: Analista Judiciário

Classe/Padrão: A-21

Data da Posse e do Exercício: 14.7.1998

Lotação: Procuradoria Regional Eleitoral

Nome do Servidor: José Alberto Moraes

Nome do Servidor: Mariane Stelzenberger
Portaria: P. n. 223/98, de 2.7.1998
Publicação no Diário Oficial da União: 8.7.1998
Cargo: Técnico Judiciário
Classe/Padrão: A-11
Data da Posse: 31.7.1998
Data do Exercício: 10.8.1998
Lotação: Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos

Nome do Servidor: Clovis Brisighelli Salles
Portaria: P. n. 235/98, de 13.7.1998
Publicação no Diário Oficial da União: 21.7.1998
Cargo: Técnico Judiciário
Classe/Padrão: A-11
Data da Posse e do Exercício: 12.8.1998
Lotação: Coordenadoria de Comunicações

Nome do Servidor: Eliane Rodrigues Matos
Portaria: P. n. 250/98, de 3.8.1998
Publicação no Diário Oficial da União: 7.8.1998
Cargo: Analista Judiciário
Classe/Padrão: A-21
Data da Posse e do Exercício: 24.8.1998
Lotação: Secretaria de Informática

Nome do Servidor: Ana Paula Bél
Portaria: P. n. 285/98, de 23.9.1998
Publicação no Diário Oficial da União: 30.9.1998
Cargo: Técnico Judiciário
Classe/Padrão: A-11
Data da Posse e do Exercício: 26.10.1998
Lotação: Coordenadoria de Controle Interno

Data da Posse: 12.11.1998
Data do Exercício: 16.11.1998
Lotação: Coordenadoria de Material e Patrimônio

2 Servidores exonerados

Nome do Servidor: Affonso Ghizzo Neto
Portaria: P. n. 146/98, de 27.5.1998
Publicação no Diário Oficial da União: 1º.6.1998
Cargo: Analista Judiciário
Classe/Padrão: C-35
Data da Exoneração: 5.6.1998

Nome do Servidor: Helen Crystine Corrêa
Portaria: P. n. 178/98, de 4.6.1998
Publicação no Diário Oficial da União: 9.6.1998
Cargo: Técnico Judiciário
Classe/Padrão: A-11
Data da Exoneração: 5.6.1998

Nome do Servidor: Fernando Luiz Koch
Portaria: P. n. 247/98, de 27.7.1998
Publicação no Diário Oficial da União: 31.7.1998
Cargo: Analista Judiciário
Classe/Padrão: C-35
Data da Exoneração: 27.7.1998

Nome do Servidor: Clovis Brisighelli Salles
Portaria: P. n. 290/98, de 28.9.1998
Publicação no Diário Oficial da União: 2.10.1998
Cargo: Técnico Judiciário
Classe/Padrão: A-11
Data da Exoneração: 5.6.1998

Programa de estágio

A Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, com base na Resolução TRESA n. 7.038/97, de 4 de dezembro de 1997 e em atendimento às Portarias P n. 097/98 e P n. 108/98, coordenou a implantação do programa de estágio para estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino de nível médio e superior.

A duração do estágio foi fixada em 180 (cento e oitenta) dias, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, tendo sido estipulado o valor das bolsas em R\$ 183,05 (cento e oitenta e três reais e cinco centavos) para estudantes de nível médio, e R\$ 274,58 (duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) para estudantes de nível superior.

Para viabilizar a contratação dos estudantes o Tribunal realizou convênio com as seguintes Instituições de Ensino: Universidade do Vale do Itajaí (SC), Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade do Sul de Santa Catarina, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Escola Técnica Federal de Santa Catarina, Fundação Educacional de Brusque, Fundação Educacional Regional Jaraguense, Fundação Universidade Regional de Blumenau, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Universidade do Planalto Catarinense "em acompanhamento", Universidade da Região de Joinville, Universidade do Estado de Santa Catarina, Escola Técnica Federal de Santa Catarina - UNED/São José, Colégio Universitário Criciúma Ltda. e Academia do Comércio de Santa Catarina.

Foram contratados 195 (cento e noventa e cinco) estagiários, sendo 20 (vinte) para a Secretaria do Tribunal e 175 (cento e setenta e cinco) para os Cartórios Eleitorais dos municípios que realizaram eleições informatizadas no ano de 1998, com o número de estagiários por município fixado conforme quadro a seguir:

Município	Zona Eleitoral	Nº de Estag.
Florianópolis	TRE	20
	12	5
	13	5
	100	5

Chapecó	35	6
	94	6
Concórdia	9	5
	90	5
Criciúma	10	10
	92	5
Itajaí	16	6
	97	6
Jaraguá do Sul	17	5
	87	5
Joinville	19	5
	76	5
	95	5
	96	5
Lages	21	6
	93	5
	104	6
Palhoça	24	7
São José	29	6
	84	6
Tubarão	33	8
Total	195	

Serviço de Acompanhamento e Avaliação Funcional

O Serviço de Acompanhamento e Avaliação Funcional procedeu à avaliação dos servidores em estágio probatório, manteve atualizado o Quadro de Provimento e Vacância de Cargos; providenciou a requisição e devolução de servidores de outros órgãos, além de auxiliar a Seção de Planejamento na aplicação dos projetos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Eleitoral, 6 (seis) para o Cartório da 100ª Zona Eleitoral e 6 (seis) para o Cartório da 101ª Zona Eleitoral.

Serviço de Benefícios

Durante a gestão do Desembargador Wilson Eder Graf, o Serviço de Benefício participou de estudos para a reformulação do Programa de Assistência à Saúde, fato que deu embasamento à edição das Resoluções TRESA n. 7.051/98 e 7.101/98, e às Portarias P n. 138/98 e 225/98.

Neste período também foi realizado o recadastramento de todos os beneficiários do Programa, bem como o cadastramento de novos beneficiários.

Foi, ainda, celebrado contrato entre o TRESA e a empresa APS Urgent – Prestação de Serviços em Emergências SC Ltda., possibilitando aos servidores e seus dependentes, bem como aos pensionistas, a participação no Serviço de Assistência Médica de Urgência 24 horas. Esse serviço consiste no atendimento médico aos beneficiários que apresentarem patologias as quais demandem urgência ou emergência de atendimento médico pré-hospitalar, compreendendo, quando necessário, a remoção, de ambulância, do local onde o paciente se encontrar até um centro de atendimento médico-hospitalar definitivo.

Durante esse período foram elaboradas as planilhas de cálculo para pagamento retroativo do Auxílio-Alimentação a servidores desde a data da vigência da Lei n. 8.460/92, tendo sido efetuado o pagamento no mês de dezembro de 1998. Os demais benefícios (Vale Transporte e Auxílio Pré-Escolar) foram encaminhados normalmente, com inclusões e exclusões de beneficiários conforme solicitado.

DIRETORIA DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL - DSAMS

As atividades desenvolvidas pela DSAMS em 1998, visaram ações que promovessem a saúde plena, envolvendo o bem estar biopsico-social do corpo funcional deste Tribunal, bem como o de seus dependentes.

nais de saúde e administrativos desta Diretoria procuraram eficazmente colocar seus conhecimentos técnicos à disposição daqueles que os procuraram, objetivando a resolução rápida e segura de seus problemas, bem como minimizar suas angústias e sofrimentos.

Foi alterado e atualizado o parque de informática com o aumento da capacidade dos micros, bem como a quantidade, totalizando atualmente 3 aparelhos adequados às necessidades dos profissionais e usuários destes serviços. Essa medida minimizou eventuais prejuízos no atendimento, bem como um melhor controle dos procedimentos executados.

Solicitou-se, quinzenalmente, materiais de expediente junto à Coordenadoria de Material e Patrimônio; elaborou-se relação anual de materiais de consumo médico, odontológico e de enfermagem, bem como relação para reposição ou aquisição de material permanente; encaminhou-se mensalmente, à Secretaria de Recursos Humanos, a estatística das atividades do Setor; promoveram-se reuniões conjuntas dos profissionais da Diretoria, para adequação e uniformização das normas vigentes; foram adquiridos nesse ano vários equipamentos, caracterizados como material permanente, bem como material de consumo, para que o atendimento se fizesse da melhor forma possível; desenvolveu-se auditorias nas contas médicas e odontológicas, mensalmente, e, bimestralmente abriu-se suprimento de fundos junto à Coordenadoria de Orçamento e Finanças, para aquisição de material de consumo imediato como medicamentos fornecidos internamente aos servidores.

Junto à Secretaria de Recursos Humanos, elaborou-se estudo propondo alterações na Resolução TRESA n. 6.999, e por determinação da Presidência, promoveu-se estudos para alterar a Resolução TRESA n. 7.051, resultando na Resolução TRESA n. 7.101.

Foi providenciado junto à Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina o Alvará Sanitário dos profissionais que atuam nesta Diretoria.

Solicitou-se a abertura de licitação para uma nova modalidade de atendimento médico, que se refere a Área Protegida e Serviços de Pronto Atendimento, para atendimentos de urgência e emergência aos servidores ou qualquer cidadão que se encontre na área física do Tribunal (licitação em andamento).

tema Doenças Sexualmente Transmissíveis. Esse Boletim também é usado para a divulgação de notas e comunicados referentes à Diretoria.

Levantou-se o nome das servidoras gestantes ou servidores cujas esposas estavam grávidas e distribuiu-se um envelope contendo amplas orientações, bem como material ilustrativo e instrutivo, a respeito da gestação, do parto, aleitamento materno e cuidados com o recém nascido.

Foram realizados exames periódicos nos servidores do Tribunal.

Promoveu-se a atualização vacinal dos dependentes dos servidores que demonstraram interesse na convocação desta Diretoria, e de forma inédita, promoveu-se a vacinação de servidores.

Prestou-se cobertura do evento, por meio de uma equipe de pronto atendimento, deslocada para Itajaí (SC) e Balneário Camboriú (SC), na votação simulada e reunião do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais.

As cirurgiãs-dentistas participaram de curso específico na área odontológica:

- ✍ Congresso Internacional de Odontologia, em São Paulo (SP), de 26 a 30 de janeiro; e
- ✍ Congresso Internacional de Odontologia, em Salvador (BA), de 30 de outubro a 4 de novembro.

Os médicos participaram de cursos em suas áreas de atuação, tais como:

- ✍ Palestras periódicas promovidas pela Clínica Belvedere, localizada junto ao Hospital de Caridade. Os temas abordados normalmente se relacionavam a uso e dependência de drogas;
- ✍ II Curso Internacional de Atualização em Pediatria, promovido pela Escola Paulista de Medicina, em São Paulo (SP), em setembro; e
- ✍ Congresso da Sociedade Paulista de Cardiologia, em Campos de Jordão (SP), em setembro de 1998.

Estatística anual – 1998 (março/98 até fevereiro/99)

PROCEDIMENTOS MÉDICOS

Consultas

	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	Tot.
Funcionários	72	68	112	110	96	73	75	133	85	33	39	09	905
Dependentes	33	35	33	34	38	28	23	14	37	23	08	08	314
Comunidade	04	07	04	07	10	05	3	06	07	02	02	04	61
Externas	00	03	02	05	04	00	3	00	03	00	02	05	27
Total													1307

Licenças

	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	Tot.
SAÚDE	34	19	36	48	38	31	22	31	25	13	13	24	334
Tratamento de Pessoa Família	04	08	03	09	10	05	4	06	08	03	01	01	62
Lic. Matern.	00	00	00	00	01	02	0	00	02	00	00	00	5
Posses	02	00	00	01	03	00	0	01	01	00	00	00	8
Abono Falta	00	00	00	00	00	00	0	00	00	00	00	00	0
Ex. Periódicos	00	00	00	00	00	00	0	48	03	03	00	00	54
Encaminhamentos	02	00	01	00	00	00	0	04	09	05	00	03	24
Orientações	02	03	01	00	00	00	0	03	00	01	00	00	10
Aval. Periciais	0	00	00	00	00	00	45	11	00	01	00	00	57
Total													554

PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS

	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	Tot.
Total - Consultas	68	70	65	70	59	55	55	46	77	20	45	44	674

Atividades

	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	Tot.
Exames clínicos iniciais	27	32	16	24	28	20	18	02	35	04	20	21	247
Consulta Avulsa/Emergência	18	22	30	30	23	16	26	20	33	16	05	19	258
Perícia Inicial/Final	08	07	02	03	01	04	4	04	03	00	07	02	45
Radiografias	10	12	18	07	08	07	7	06	09	03	00	20	107
Revelações placa	00	00	00	00	01	00	1	00	00	02	00	01	5
Profilaxias	25	26	15	21	21	17	16	10	34	09	15	18	227
Tartarectomias manuais	06	06	05	09	07	03	4	05	09	01	02	03	60
Tartarectomias com Ultra-som	10	10	6	10	05	09	8	11	15	06	12	15	117
Aplicações de flúor	19	18	12	12	15	10	10	04	10	03	06	09	128
Aplicações de selante	09	28	13	10	35	18	19	08	09	00	17	28	194
Restaurações com amálgama	12	06	07	17	12	13	8	02	09	05	05	10	106
Restaurações com resina fotopolim.	15	28	25	24	38	32	48	36	38	08	18	13	323
Restaurações com ionômero	15	00	00	05	03	07	00	00	01	00	01	00	32
Restaurações provisórias	06	04	16	06	00	02	7	11	02	04	01	06	65
Tratamentos expectantes	00	00	00	00	00	00	0	00	00	00	00	0	0
Pulpotomias	00	00	00	01	00	00	0	00	01	00	00	02	4
Curativos demora	01	02	06	02	00	01	01	01	04	02	00	03	23
Modelagens de canal	00	01	03	00	01	00	05	05	03	00	00	00	18
Obturações de canal	00	00	03	00	01	00	0	00	00	01	00	00	5
Remoções de tratamentos	00	00	00	00	00	00	0	00	00	00	00	00	0
Exodontias decíduos	00	00	02	00	00	03	03	03	02	00	00	00	13
Exodontia permanentes	00	00	00	00	00	00	0	00	01	00	00	00	1
Outras cirurgias	00	00	01	00	01	01	0	00	01	00	00	00	4
Confecção de provisórios	01	00	00	00	00	00	0	00	00	00	00	00	1
Consertos de próteses	01	01	01	00	00	01	0	00	00	00	00	00	4

PROCEDIMENTOS DE ENFERMAGEM

	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	Tot.
Atendimentos	148	158	220	220	260	272	180	258	324	160	0	143	2343

JOSÉ ANTÔNIO DUTRA PÓVOAS
Secretário de Recursos Humanos

Secretaria de Informática

O ano de 1998 foi dedicado, predominantemente, à organização das eleições estaduais e nacional. Assim, a maior parte das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Informática visavam à preparação do pleito, com amplo destaque à capacitação dos recursos humanos envolvidos com a organização das eleições.

Ainda, em complemento a essa meta, porém, foi um ano marcado pela consolidação dos novos serviços de informática, adotados a partir de 1996, especialmente nas áreas de suporte aos usuários, rede de comunicação, desenvolvimento de sistemas e banco de dados.

De igual modo, foram implementadas com sucesso novas rotinas de administração do cadastro eleitoral. O novo sistema do cadastro eleitoral, desenvolvido pela Secretaria de Informática do TSE, foi implantado no período de maior número de movimentação do eleitorado, em que pesem as dificuldades operacionais por causa das limitações dos sistemas informatizados.

Portanto, neste documento será apresentada, principalmente, uma síntese crítica das principais etapas preparatórias das eleições, que culminaram com a sua realização, bem como o resumo de outras atividades desenvolvidas por esta Secretaria durante o ano de 1998.

PARTE I – ELEIÇÕES 1998

Diretrizes das atividades estratégicas

Como parte do planejamento estratégico para a organização das eleições gerais deste ano, as atividades preparatórias foram divididas em duas grandes fases:

- ✍ Fase I - Divulgação da urna eletrônica e treinamento do eleitor, de novembro de 1997 até o final de agosto deste ano; e
- ✍ Fase II – Eleições, desencadeada no início do mês de setembro até as eleições.

A primeira, executada nos municípios com votação eletrônica, consistiu principalmente na distribuição de equipamentos, treinamento de pessoal e contratação de estagiários para atuarem na-

A adoção do Sistema “Voto Cantado” permitiu que, neste Regional, fossem utilizados somente dois métodos de apuração, e em ambos adotando a urna eletrônica como instrumento de apuração. De um lado, o tratamento homogêneo simplificou e racionalizou as atividades preparatórias; de outro, porém, em face das inovações implantadas, exigiu um esforço maior para a capacitação dos recursos humanos envolvidos.

Atividades preparatórias diversas

Cadastro eleitoral - Implantação do novo sistema de alistamento eleitoral

O fechamento do cadastro eleitoral visando às eleições de 1998 foi marcado por problemas operacionais, em consequência da implantação do Sistema de Alistamento Eleitoral. As novas rotinas de processamento, combinadas com as inovações introduzidas pela Res. TSE n. 20.132, de 19.3.1998, provocaram uma intensa carga de trabalho das áreas envolvidas. Além disso, a centralização da gerência dos sistemas pela Secretaria de Informática do TSE permitiu poucas ações no âmbito deste Regional.

Estes fatores dificultaram a administração do cadastro eleitoral, causando atrasos nos cronogramas e sobrecarga de trabalho às áreas envolvidas. Em relação ao novo sistema, os principais problemas observados foram:

- ✍ Limitações (ou mau funcionamento) das primeiras versões dos aplicativos locais de administração do cadastro eleitoral nos Regionais;
- ✍ Desconhecimento das características técnicas da nova aplicação (em razão da falta de documentação); e
- ✍ Impossibilidade de acessar diretamente o banco de dados gerenciais (recebemos uma senha para consulta somente depois do fechamento do cadastro!).

Por outro lado, as inovações introduzidas pela Res. TSE n. 20.132, adotadas no último batimento, com destaque para:

Finalmente, a inexistência de meios para a análise gerencial da situação do cadastro eleitoral e de coincidências (e.g. estatísticas por tipo de transação ou por Zona Eleitoral) prejudicou uma abordagem administrativa mais eficiente e preventiva. Com efeito, até o momento não está disponível o acesso aos dados estatísticos de batimentos (do cadastro de coincidências). Assim, não são possíveis análises mais precisas da situação dos eleitores envolvidos em duplicidade ou multiplicidade neste Estado.

O conjunto destes fatores causou muitos transtornos administrativos e eventualmente prejuízos aos eleitores, que poderiam ser evitados com uma administração solidária do cadastro pela SI/TSE e Regionais.

Materiais e formulários de eleições

Os formulários oficiais do último pleito, aprovados formalmente pela Res. TSE n. 20.107, de 4.3.1998, em face das freqüentes alterações de conteúdo, provocaram atrasos operacionais na sua produção e distribuição. Os equívocos observados nos formulários exigiram diversas adequações da Coordenadoria de Eleições, em benefício da qualidade e visando reduzir o tempo para a liberação do formulário.

Por exemplo, a “Ata de Eleição – Modelo 1 – Votação Manual” foi alterada às vésperas da eleição, quando todos os formulários já haviam sido distribuídos às Zonas Eleitorais. Também a cédula eleitoral apresentou problemas, com graves repercussões, pois a Presidência deste Regional já havia divulgado à imprensa o modelo, que posteriormente foi alterado.

Além deste, merece destaque o tratamento dispensado ao formulário de fotografias dos candidatos. Causaram atrasos desnecessários os procedimentos de:

- ✍ Receber do TSE o formulário em arquivo;
- ✍ Imprimir amostra;
- ✍ Remeter a amostra para aprovação pela SI/TSE; e
- ✍ Imprimir diversos exemplares para o registro de candidatos.

Recursos humanos

Especial ênfase foi dedicada à preparação dos recursos humanos envolvidos com a realização das eleições. A partir do ano de 1998, as reuniões e os treinamentos visando à organização das atividades preparatórias aos pleitos, foram realizados sempre abrangendo todas as Zonas Eleitorais. Esta abordagem decorre da decisão de adotar o Sistema "Voto Cantado" em todo o Estado, utilizando a urna eletrônica, o que determina uma forte dependência operacional entre os diversos Juízos Eleitorais, nas operações de remanejamento dos equipamentos.

Além disso, as informações adicionais para ambos os grupos de votação eletrônica ou manual são complementares e servirão como preparação às próximas eleições.

Juízes e Promotores Eleitorais

Foi realizada, em 8 de agosto do ano transato, no edifício-sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), nesta Capital, uma reunião conjunta abrangendo todos os Juízes e Promotores Eleitorais, na qual foram apresentados o planejamento estratégico e a programação das atividades preparatórias às eleições. Especial atenção foi dedicada ao Sistema "Voto Cantado", bem como às cautelas operacionais para a sua implementação.

Embora o evento tenha alcançado seus objetivos, destaque-se a necessidade de programar um período maior de tempo para permitir a discussão e o aprofundamento dos tópicos de interesse dos Magistrados e Promotores em relação ao processo eleitoral.

Chefes de Cartório, Escrivães e Auxiliares

Para os Chefes de Cartório, Escrivães, auxiliares e estagiários foram programadas diversas atividades de treinamento e preparação em áreas relacionadas com as eleições, a urna eletrônica e o novo sistema informatizado para os Cartórios Eleitorais.

Visando a alcançar o maior número de pessoas, os treinamentos foram realizados no âmbito das Zonas Eleitorais, à exceção de treinamento dirigido aos Chefes de Cartório e Escrivães. Assim, foram realizados os seguintes eventos envolvendo o pessoal de Cartório:

~ Treinamento dos Chefes de Cartório e Escrivães. Realizado em grupo

- ✍ Treinamento do Sistema “Voto Cantado”. Realizado nos 89 Juízos Eleitorais com apuração de cédulas, alcançando perto de 3 mil (3.000) multiplicadores, responsáveis pelo treinamento dos demais escrutinadores nas respectivas Zonas Eleitorais;
- ✍ Treinamento dos mesários das Seções Eleitorais informatizadas. Treinadas aproximadamente mil (1.000) pessoas nos 13 municípios com votação eletrônica, que atuaram no treinamento dos demais Mesários (Presidente e Primeiro Mesário), totalizando mais de 8 mil pessoas;
- ✍ Implantação do novo ambiente de microinformática para os Cartórios Eleitorais, acompanhado de treinamento rápido para sua utilização, com destaque para a implantação do CONVOC – Sistema de Convocação de Mesários e Escrutinadores; e
- ✍ Treinamento básico em informática (*MS-WindowsNT* e conceitos de rede), promovido pelo SENAI, realizado em pólos, com duração de 24 horas/aula, alcançando 2 pessoas por Zona Eleitoral.

De um modo geral, os treinamentos alcançaram seus objetivos. Todavia, dois fatores negativos merecem registro:

- ✍ Pouca eficácia do treinamento dos Escrivães Eleitorais. Habitualmente, os Escrivães não participam das atividades cartorárias, apesar de receberem maior remuneração relativamente aos Chefes de Cartório. Além disso, há uma alta rotatividade nestes cargos, fazendo com que esses investimentos sejam desperdiçados; e
- ✍ Os treinamentos sob a coordenação dos Juízos Eleitorais (Sistema “Voto Cantado” e Mesários de votação eletrônica), em alguns casos, deixaram muito a desejar; é necessário criar mecanismos que permitam acompanhar a ação dos Juízos Eleitorais, garantindo (a) a realização dos treinamentos e (b) a qualidade da sua execução.

Estagiários

A contratação dos estagiários visava a auxiliar a implantação da votação eletrônica nos 13 municípios. Portanto, no primeiro momento, a principal atividade prevista era a divulgação da urna eletrônica e o treinamento dos eleitores. Para tanto, receberam o treinamento ne-

Entretanto, apesar dos problemas apontados, a contratação dos estagiários contribuiu positivamente para a realização das eleições, sendo recomendada a adoção de idêntica medida nos demais pleitos, com os aperfeiçoamentos sugeridos.

Prepostos e técnicos dos NAT (EMBRATEL)

A estrutura organizacional de apuração nas Zonas Eleitorais não foi alterada relativamente às eleições anteriores. Foram alocados 83 prepostos, distribuídos nos 102 Cartórios Eleitorais, além de 28 técnicos (contratados pelo TSE junto à EMBRATEL) que integravam os núcleos de apoio técnico (NAT), distribuídos em 14 cidades do Estado.

Todos receberam treinamento idêntico, realizado neste Tribunal, com duração de 20 horas, além da reunião preliminar de convocação e seleção. O treinamento foi ministrado com exposições teóricas e práticas e abrangeu os aspectos jurídicos e técnicos da Justiça Eleitoral e das eleições, bem como de operação dos sistemas informatizados para a apuração e transmissão de dados, além da operação com a urna eletrônica.

A principal mudança ocorreu nas atividades relacionadas com a microinformática, em razão da adoção do Sistema "Voto Cantado". Este possibilitou a virtual eliminação do centro de processamento de dados, sendo necessária a instalação de somente um microcomputador em cada um dos locais de apuração das eleições convencionais.

Uma vez que a urna eletrônica gera, ao final, o boletim de urna e o disquete com a apuração de cada Seção, não há necessidade de digitação em microcomputador. Esta redução simplificou sobremaneira a apuração e as ações dos prepostos e membros dos Núcleos de Apoio Técnico (NAT).

O aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento das atividades dos prepostos junto às Zonas Eleitorais (*check-lists* informativos) permitiu uma melhor avaliação do seu desempenho, além de garantir a boa execução dos trabalhos. A avaliação final é bastante favorável, confirmando a eficácia da seleção e dos treinamentos.

Técnicos da PROCOMP

A ampliação da votação eletrônica previa a contratação de

municípios com votação eletrônica, mostrou-se proveitoso. Os contratempos operacionais com a urna eletrônica foram significativamente reduzidos com a atuação daqueles recursos humanos.

Quadro de pessoal da Justiça Eleitoral	
Servidores	180
Juízes Eleitorais	102
Juízes designados para presidir Juntas Eleitorais	105
Promotores Eleitorais	102
Chefes de Cartórios e Escrivães	204
Subtotal	693
Pessoal técnico contratado	
Suporte à urna eletrônica (Procomp)	79
Suporte NAT (Embratel)	29
Prepostos	89
Estagiários	193
Subtotal	390
Pessoal convocado	
Mesários	74.826
Escrutinadores	11.440
Subtotal	86.266
Total	87.349

Quadro demonstrativo dos recursos humanos envolvidos

Infra-estrutura de informática

Atualização do parque de microcomputadores

A completa renovação do parque de informática dos Cartórios Eleitorais, considerando a sua amplitude, foi realizada sem maiores transtornos. À exceção dos estabilizadores de tensão, que foram recebidos com atraso e apresentaram muitos problemas técnicos, os demais equipamentos funcionaram satisfatoriamente.

Equipamento	Total
--------------------	--------------

Implantação da rede de comunicação de dados

Em que pese a amplitude da estrutura da rede de computadores implantada pela Justiça Eleitoral em todo o Brasil, o que justifica em parte os atrasos verificados, a sua configuração e os testes foram realizados em prazos muito próximos às eleições. Analisando as justificativas apresentadas à época, conclui-se que os atrasos foram provocados principalmente pela demora na liberação do programa **FichaINF**, que gera o relatório com as informações de configuração de cada estação, além do atraso na configuração dos *Rapport* pela EMBRATEL.

Este Regional promoveu um teste de integração da rede e de totalização, transmitindo dados dos 13 municípios com votação eletrônica, com alguma antecedência. Além deste, na véspera das eleições, foi realizada outra simulação alcançando os 85 locais de apuração em todo o Estado. Em ambos os testes, os sistemas funcionaram satisfatoriamente, na maior parte dos pontos.

Porém, no dia da eleição, por iniciativa não se sabe de quem, a EMBRATEL alterou os parâmetros de configuração dos *Rapport*, limitando o número de conexões. Esta medida provocou sérios atrasos no início dos trabalhos (entre 17h e 19h – horário de pico), e frustrou diversas tentativas de transmissão de dados. Lamentavelmente, quando se conheceu o diagnóstico das causas da dificuldade de transmissão (que não ocorrera nos testes!!), a maior parte dos dados havia sido transmitida e o tráfego estava normalizado.

Eleições informatizadas

Divulgação e treinamento do eleitor

A divulgação da urna eletrônica e o treinamento do eleitor foram iniciados por esta Secretaria, mediante as seguintes etapas: (a) distribuição das urnas aos Cartórios Eleitorais; (b) treinamento dos recursos humanos envolvidos com o sistema oficial de divulgação da urna (Chefes de Cartório, Escrivães, auxiliares e estagiários); (c) suporte aos Juízos Eleitorais e (d) acompanhamento estatístico das metas previstas.

Coube aos Juízos Eleitorais a atividade de organizar a instalação dos estandes de treinamento do eleitor para a operação da urna eletrônica, que se estendeu até o início do mês de setembro, visando ao

Preparação dos locais de votação informatizada

Primeiramente, visando a reduzir a logística de transporte das urnas eletrônicas, houve a preocupação de redistribuir as Seções Eleitorais, eliminando o maior número possível de locais de votação no Estado. Este trabalho foi precedido de cuidadoso estudo, envolvendo os Juízos Eleitorais, com a intenção de evitar maiores transtornos aos eleitores. Desta forma, restou diminuída a quantidade de locais de votação para 513, ou seja, uma média de 5,23 Seções Eleitorais por local. (v. "Anexo B – Redução dos Locais de Votação").

Após esta atividade realizou-se a inspeção das instalações elétricas dos locais de votação, tendo sido estabelecidas as medidas corretivas necessárias, que foram executadas pelo mantenedor do local (a grande maioria, pelas Secretarias de Educação estadual ou municipais), além da aquisição de material elétrico por este Regional, quando necessário.

Ambas as medidas funcionaram satisfatoriamente, pois não foram relatados problemas pelos Mesários, à exceção do acúmulo de pessoas em alguns locais (v. "Redução das Seções Eleitorais", a seguir).

Redução das Seções Eleitorais

Também com o escopo de reduzir a logística de organização das Seções Eleitorais, especialmente no que tange à operação com as urnas eletrônicas, foi promovida a agregação das Seções Eleitorais cuja soma do eleitorado não superasse os limites legais (500 e 400 eleitores, para a capital e demais municípios, respectivamente). Permaneceram abaixo do limite legal, sem agregação, apenas as Seções isoladas, quando devidamente justificadas pela autoridade judiciária.

Naqueles casos, percebeu-se um estouro do tempo de votação, com a ocorrência de filas e atrasos no encerramento da votação em algumas Seções. Tal fato decorreu não apenas do acréscimo de eleitores por Seção, mas também, do baixo índice de treinamento do eleitor, que não preparou a "cola" para auxiliar sua votação, o que demandou um tempo para a consulta à lista de candidatos a fim de descobrir os respectivos números.

Também contribuiu para aumentar o tempo de votação as características destas eleições (eleições para cinco cargos, totalizando

carregado de coordenar todas as operações relacionadas com as mídias (*flash cards* de carga e de votação, etc.) e as urnas eletrônicas, e de gerenciar as atividades de processamento de dados realizadas pelos prepostos.

A geração das mídias foi marcada por muitos problemas técnicos, pois, além dos *bugs* no sistema de votação da urna eletrônica, houve grande dificuldade na preparação do ambiente computacional. Neste Estado, felizmente, os problemas foram minimizados, pois foram utilizados os microcomputadores *Digital PC 3000 (Torre)*, que não impossibilitaram a geração das mídias, como ocorreu em outros Estados (notadamente em São Paulo), apesar das dificuldades de adequação do SIS.

Votação eletrônica

1 Logística de distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas

As urnas eletrônicas foram transportadas até os locais de votação na véspera da eleição pelos Correios e entregues aos Delegados de Prédio. Estes, por sua vez, ficaram encarregados de entregar os equipamentos aos Mesários, no dia da eleição, a partir das 7 horas.

Após a votação, os mesários devolveram as urnas aos Delegados de Prédio, que ficaram encarregados de repassá-las de volta aos Correios, que as transportaram até os locais de apuração ou de armazenamento temporário.

Todas as operações transcorreram com muita tranquilidade, não tendo sido relatados maiores problemas. As etapas intermediárias sempre foram acompanhadas de registro (termos de recebimento/entrega), autenticados pelas partes envolvidas. Portanto, não resta qualquer dúvida que o modelo - criado em 1996 e ampliado aos demais municípios em 1998 - está consolidado.

2 Centrais de Contingência e equipes volantes

Em todos os municípios foram instaladas Centrais de Contingência, responsáveis pelo atendimento aos mesários com dificuldades de operação com a urna eletrônica ou para corrigir eventuais falhas técnicas no equipamento. Foram substituídas 45 urnas eletrônicas com defeito técnico: contudo, não houve conversão para votação manual em

- e registradas em formulários próprios. Quando necessário, deslocaram-se técnicos para acompanhar a correção dos problemas.

Além desta estrutura de apoio, a grande maioria dos Cartórios Eleitorais organizaram “equipes volantes”, que passaram por todas as Seções Eleitorais no início da manhã. Desta forma, foram dirimidas as principais dificuldades técnicas dos Mesários, na fase de instalação dos equipamentos.

3 Recepção dos disquetes e apuração

A recepção dos disquetes para a totalização ocorreu nos ginásios de apuração, nos quais foram organizadas equipes de recepção e conferência dos envelopes (que continham as 3 vias do Boletim de Urna, relatório “zerésima” e o disquete de votação), bem como a equipe para o processamento dos disquetes e transmissão dos dados.

A estruturação das equipes seguiu orientação genérica, fornecida aos Gerentes Operacionais, proporcional à quantidade de Seções Eleitorais a serem processadas.

Todos os locais de apuração do Estado funcionaram devidamente, tendo recebido a maioria dos envelopes antes das 19h, exceção àquelas Seções mais longínquas. Não foram observadas maiores filas ou aglomerações.

4 Avaliação das atividades nos municípios com votação eletrônica

O modelo organizacional para a realização das eleições nos municípios com votação eletrônica funcionou adequadamente em todos os municípios. As cidades com grande extensão geográfica tiveram mais dificuldades para a organização das atividades, criando algumas operações excepcionais (e.g. distribuição da bateria junto com a urna, esquemas especiais de transporte do material, etc.).

Entretanto, mesmo nestes casos, não houve qualquer ocorrência que comprometesse o processo eleitoral. Portanto, está plenamente aprovada a estrutura implantada, assim como a organização dos recursos humanos e a alocação dos materiais e da infra-estrutura necessários.

Da mesma forma, não foram constatados maiores problemas com as empresas contratadas e instituições públicas (Correios.

exigindo o deslocamento dos equipamentos desde os municípios com votação eletrônica até aqueles com votação convencional. Tal operação foi realizada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sob a guarda de viaturas da Polícia Militar, a partir dos roteiros definidos em conjunto com aquela empresa.

O remanejamento das urnas, previsto como atividade crítica, funcionou adequadamente, à exceção de um roteiro no qual o veículo apresentou falha mecânica, exigindo a sua troca. Esta operação implicou em atraso no início dos trabalhos de apuração pelo Sistema "Voto Cantado" nos municípios de Curitiba, Campos Novos e Capinzal, que iniciaram a apuração aproximadamente às 11h da manhã do dia 5 de outubro. Nos demais 65 municípios, apesar de alguns transtornos, estes não provocaram alteração no horário de início da apuração.

Apuração pelo Sistema "Voto Cantado"

Sistema "Voto Cantado" foi utilizado em todos os municípios do Estado que possuíam votação por cédulas, e transcorreu normalmente, dentro dos limites de tempo previamente programados. Os atrasos eventualmente ocorridos em algumas Juntas Eleitorais certamente não decorreram da utilização do sistema, mas sim da organização dos trabalhos, especialmente da administração dos intervalos para refeições e lanches.

Os treinamentos aplicados aos escrutinadores pelos técnicos desta Secretaria se mostraram eficientes, o que pôde ser verificado no comportamento homogêneo das turmas apuradoras em todo o Estado. Os problemas eventualmente observados, ocorreram em razão do treinamento insuficiente (ou a sua não realização) promovido pelos Juízes Eleitorais. Apesar disso, porém, este fato não comprometeu o conjunto do processo de apuração.

Apuração e totalização dos votos

Infra-estrutura de suporte no Tribunal

Foi instalada uma Central de Suporte aos técnicos que atuavam junto aos locais de apuração, tendo funcionado a partir do dia 25 de setembro até o final da apuração (v. Relatório em separado). Nesta eleição foram incorporados novos conceitos de gerência da cen-

Intranet e devolvido via fac-símile, permitiu esgotar todos os chamados pendentes antes do início da eleição; ainda, o *check list* de encerramento dos trabalhos na Zona Eleitoral foi muito eficaz na liberação dos técnicos nos municípios do interior.

Por outro lado, a infra-estrutura utilizada de comunicação com os técnicos e de difusão de informações apresentou-se bastante eficiente, com ênfase para a *home page* contendo notícias gerais (mural), listas das perguntas mais freqüentemente recebidas, bem como outros informes. Também auxiliou muito a instalação de um aparelho de fac-símile em todos os locais de apuração.

Nas próximas eleições, é razoável analisar seja acrescido à infra-estrutura um aparelho celular aos prepostos. A utilização de celulares pelos Gerentes Operacionais foi muito eficiente.

Sistemas informatizados (SIS, ED, EMP, COM, TOT)

1 Sistema de Segurança (SIS)

O sistema de segurança (SIS v. 1.13), inicialmente instalado, apresentou muitos problemas técnicos que não foram resolvidos satisfatoriamente nas versões subseqüentes.

Foi extremamente desgastante a implantação do SIS, concomitante com o seu desenvolvimento. Com freqüência foram distribuídas versões do sistema seguidas de correção da versão (*patch*), em menos de 24h, o que demonstra a inexistência de ambiente de testes e homologação das versões (se existente, extremamente ineficiente!). Além disso, claramente não havia na SI/TSE uma estrutura complementar à do fornecedor para avaliar e testar os produtos contratados e distribuídos aos Regionais.

A primeira versão fornecida no conjunto "Enxoval" (v. 1.13) demonstrou diversos problemas (amplamente noticiados nas correções que se seguiram). Entretanto, a maior dificuldade provocada pelas deficiências do SIS consistiu no esquema de autenticação (*dial-up*) utilizado. Para que os usuários conseguissem se conectar, via *dial-up*, era necessário configurar a estação remota a fim de permitir que a mesma realizasse automaticamente a conexão à rede da Justiça Eleitoral. Caso a autenticação não estivesse configurada corretamente, o SIS utilizava-se de um usuário previamente definido (TSE), cuja senha era conhecida

microcomputadores foram configurados e autenticados, com uma carga adicional de trabalho considerável.

Esta falha provocou um atraso de 16h nas atividades desenvolvidas pelos técnicos de informática junto aos locais de apuração, gerando diversos chamados de suporte. Além disso, como não havia tempo hábil para reconfigurar todas as máquinas nos locais de apuração, na véspera da eleição, optou-se por manter o procedimento automático de autenticação utilizando o usuário *tse*. Este procedimento, no entanto, virtualmente anulou as cautelas de segurança projetadas para o esquema de autenticação, pois deixou uma “porta aberta” que possibilitava acesso irrestrito aos ambientes de totalização.

Como conclusão, considerando que esta infra-estrutura de informática é perene, é imprescindível reavaliar a real necessidade de se manter um sistema de segurança de acesso com tantos problemas técnicos, e que tantos prejuízos causou à organização das eleições. É necessário que a SI/TSE reavalie os requisitos de segurança definidos para as aplicações corporativas da Justiça Eleitoral e, eventualmente, promova a substituição do atual.

Claramente, foi uma escolha inadequada a contratação do desenvolvimento de um produto de segurança de sistemas, para a utilização também durante as eleições. Se imprescindível, o sistema de segurança deveria ser escolhido entre produtos já maduros no mercado, com uma base instalada consistente e confiável, testado no mercado há um bom tempo. Por certo, esta cautela teria evitado muitos dos problemas aqui registrados.

2 Entrada de Dados (ED)

O ED apenas foi utilizado para o processamento de dados de 3 Seções eleitorais informatizadas, em todo o Estado (aquelas cujo boletim de urna foi impresso e não foi possível ler/regerar o disquete). Ainda assim, tivemos um grande atraso provocado por um *bug* no sistema, que permitia a digitação de legenda inválida e, o que é pior, não permitia a sua correção.

Somente depois de algumas horas, o que implicou atraso no fechamento da eleição no maior município deste Estado (Joinville), foi possível resolver o problema, com o suporte do técnico da SI/TSE que desenvolveu o sistema. Claramente, o *bug* decorreu da insuficiência

performance global dos sistemas. Os testes iniciais indicavam uma taxa inaceitável de aproximadamente 25 bu/min, que subiu para mais de 100 bu/min.

Desta forma, a capacidade de processamento do equipamento totalizador (HP-RISC) superou a vazão de entrada de boletins de urna pela rede, eliminando a preocupação de que ocorresse um grave atraso na divulgação dos resultados da eleição, em razão das limitações do sistema de totalização.

No módulo de consultas há algumas considerações sobre os relatórios para divulgação de resultados de apuração, que apresentem deficiências. Por exemplo, alguns relatórios são gerados em ordem de código do município, ao invés de em ordem alfabética, o qual seria muito mais natural para pesquisas.

De outro lado, a evolução das versões do Sistema de Totalização, desde o dia da eleição (versão 2.2) até agora (versão 2.8) – passados menos de 20 dias, é um indicativo de que foram necessárias muitas correções. De um modo geral, porém, o sistema funcionou bem.

Finalmente, o sistema para a divulgação dos resultados parciais e final nas Zonas Eleitorais apresentou falha que gerou graves contratempos junto à imprensa, pois os resultados gerados eram inconsistentes e limitados.

Comentários conclusivos às eleições oficiais

A realização das eleições em 1998 exigiu uma reformulação completa do planejamento das atividades, principalmente em razão da ampliação da votação eletrônica e da implantação do Sistema "Voto Cantado". Também durante o último ano ocorreu a completa reformulação do parque de informática dos Tribunais e dos Cartórios Eleitorais, bem como da infra-estrutura de rede de comunicação de dados. Finalmente, foi implantado nos Tribunais o novo Sistema de Alistamento Eleitoral, o qual reformula muitos dos procedimentos até então existentes.

O conjunto destes fatores explica a enorme carga de trabalho e de desafios enfrentados pelas áreas técnicas dos Tribunais e Juízos Eleitorais. Mesmo considerando as deficiências observadas, é necessário reconhecer o enorme avanço alcançado pela Justiça Eleitoral, se analisado o curto período de implantação das medidas. Portanto, muito há

ças contribuirá para o aperfeiçoamento dos serviços que a Justiça Eleitoral presta à sociedade.

PARTE II – ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DIVERSAS

Encontro com Chefes de Cartório

Com a finalidade de aperfeiçoar os procedimentos relativos ao cadastro eleitoral, em novembro último foi organizado Treinamento dos Chefes de Cartório pela Secretaria deste Tribunal.

Na oportunidade foi abordado, principalmente, o Sistema de Alistamento Eleitoral, incluindo serviços, pesquisa ao cadastro nacional de eleitores e fluxo ideal do processamento; requerimentos de alistamento eleitoral (RAE) e formulários de atualização de situação do eleitor (FASE), bem como entrada de dados, lotes e sua transmissão, batimento, relatórios, arquivo de erros, de-para, cadastro de locais; Aplicações para rede de computadores do TRESA, para familiarizar os servidores dos Cartórios com os novos serviços implantados pela Secretaria (Mural de Notícias, Correio Eletrônico, etc.).

O treinamento dos Chefes de Cartório teve como objetivo precípua apresentar as alterações introduzidas pela Resolução TSE n. 20.132/98, que dispõe sobre o alistamento e serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, a revisão de situação do eleitor, a administração e a manutenção dos cadastros eleitorais em meio magnético, o sistema de alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e a fiscalização dos partidos políticos, entre outras.

Eleição municipal de Cerro Negro

Em 28 de fevereiro passado foi realizada eleição para a escolha do prefeito e vice-prefeito do município Cerro Negro, para a qual se inscreveram os candidatos Antônio Luís Duarte (PPB) e Pedro Evaristo Mocelin (Coligação PFL/PMDB). A eleição foi coordenada pela 52ª Zona Eleitoral, sob a presidência da Dra. Brigitte Remor de Souza May, e teve como Juiz de contingências, o Dr. Altamiro de Oliveira. Contou, ainda, com o apoio dos técnicos deste Tribunal.

Referida eleição serviu como laboratório de testes visando à ampliação das eleições informatizadas no próximo ano.

Outras atividades administrativas

Gerência operacional do cadastro eleitoral

Foram introduzidas pela Coordenadoria de Produção e Suporte novas rotinas operacionais para o tratamento das guias de RAE/FASE produzidas pelos Cartórios Eleitorais. As alterações levadas a efeito permitiram uma considerável redução da taxa de erros, com destaque para o processamento de RAE, que alcançou uma taxa de somente 0,64% de rejeições.

Formulários	Total
RAE	265.789
FASE diversos	641.927
FASE filiações	9.772
Total	917.488

Atividades diversas da Coordenadoria de Eleições

1 Consultas da Corregedoria Regional Eleitoral

A Coordenadoria de Eleições realizou 26.730 consultas de eleitores, provenientes da Corregedoria Regional Eleitoral, relativas às comunicações de óbitos e condenações criminais diversas. Somente foram encontrados 560 eleitores, ou 2,06% de pesquisa com sucesso.

Nota Este dado indica a necessidade de que seja revisto o procedimento para a localização de eleitores, conforme proposta já encaminhada por esta Secretaria de Informática, aprovada em reunião dos Secretários de Informática, realizada em Belo Horizonte (MG) em dezembro de 1997.

2 Eleições da comunidade e simuladas

Em complemento aos treinamentos dos eleitores, específicos para as eleições oficiais, foram realizadas 22 eleições da comunida-

3 Consultas das eleições oficiais

Foram atendimentos 232 pedidos de partidos políticos e imprensa referentes aos resultados de eleições oficiais, sendo 105 em *CD-ROMs*, 60 em disquetes e 67 relatórios impressos.

4 Atendimento ao eleitor

A Coordenadoria de Eleições atendeu 740 solicitações de eleitores, tendo fornecido certidões diversas, conforme abaixo, além de ter recolhido R\$ 270,17, referentes a multas aplicadas a eleitores faltosos.

Certidões	Total
Quitação eleitoral	683
Candidatos	47
Outras	10
Total	740

CARLOS ROGÉRIO CAMARGO
Secretário de Informática

ANEXOS

EVENTOS ELETRÔNICOS

Gestão Des. Wilson Eder Graf 98/99

	Data	Entidade	Seções	Eleit. ¹	Co. ²
1	31.03.98	Federação Catarinense de Municípios - FECAM	01	293	112
2	23.04.98	Seminário para Prefeitas e Vereadoras da Região Sul do Brasil	01	308	120
3	23.04.98	Diretório Acadêmico de Administração e Gerência - DAAG, da UDESC	02	438	339
4	25.04.98	FENAJUFE - Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União	01	157	157
5	09.05.98	Eleição Simulada, no município de Jaraguá do Sul	12	65.579	1.853
6	26.05.98	Eleição de Juizes Classistas (TRT) de Canoinhas	03	1.281	971
7	30.05.98	Eleição Simulada, no município de Criciúma	12	108.741	1.784
8	19.06.98	Eleição de Juizes Classistas (TRT) de Itajaí	05	1.389	955
9	20.06.98	Eleição Simulada, no município de Blumenau	12	165.960	1.907
10	03.07.98	Eleição de Juizes Classistas (TRT) de São Bento do Sul	03	814	654
11	04.07.98	Eleição Simulada, no município de Concórdia	12	43.035	1.984
12	17.07.98	Eleição de Juizes Classistas (TRT) de Araranguá	02	489	286
13	07.08.98	Eleição de Juizes Classistas (TRT) de São Miguel do Oeste	04	1.417	578
14	07.08.98	Eleição de Juizes Classistas (TRT) de	03	1.596	1.111

19	26.08.98	Eleição de Juízes Classistas (TRT - 3ª J CJ de Florianópolis)	04	1.355	665
20	25.09.98	Eleição de Juízes Classistas (TRT - 4ª J CJ de Joinville)	04	1.222	766
21	17.10.98	Associação Brasileira de Odontologia, Seccional Santa Catarina (ABO/SC)	03	1.100	482
22	18.11.98	Conselho Regional de Administração, Seccional Santa Catarina (CRA/SC)	04	4.579	1.676
23	19.11.98	Assembléia da UNIMED, na Associação Catarinense de Medicina (ACM)	04	1.165	284
24	25.11.98	Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado (ASTC)	01	532	452
25	30.11.98	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA das Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC S/A)	03	1.172	617
26	10.12.98	Eleição de Juízes Classistas (TRT - 1ª J CJ de Lages)	06	2.992	2.038
27	10.12.98	Eleição de Juízes Classistas (TRT - 2ª J CJ de Lages)	06	3.020	2.100
28	15.01.99	Eleição de Juízes Classistas (TRT de Indaial)	04	1.177	840
29	29.01.99	Eleição de Juízes Classistas (TRT - 2ª J CJ de Criciúma)	07	2.181	1.595
30	05.02.99	Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina (CRO/SC)	03	989	689
31	21.02.99	Cooperaliança - Cooperativa Aliança, de Içara/SC	23	24.484	1.965
32	26.02.99	Eleição de Juízes Classistas (TRT - 3ª J CJ de Joinville)	04	1.270	598
33	12.03.99	Eleição de Juízes Classistas (TRT - 1ª J CJ de São José)	02	621	240
34	12.03.99	Eleição de Juízes Classistas (TRT - 2ª J CJ de São José)	02	621	241

¹ Eleitorado

² Comparecimento

ESTATÍSTICA DE TREINAMENTO DOS ELEITORES

Município	Eleitores	Votantes	%
Blumenau	165.960	46.616	28,09
Brusque	46.434	6.350	13,68
Chapecó	85.311	25.977	30,45
Concórdia	43.035	16.254	37,77
Criciúma	108.741	9.871	9,08
Florianópolis	222.579	14.410	6,47
Itajaí	92.862	33.214	35,77
Jaraguá do Sul	65.579	37.125	56,61
Joinville	259.087	10.803	4,17
Lages	98.703	23.177	23,48
Palhoça	49.816	8.227	16,51
São José	94.480	18.489	19,57
Tubarão	57.726	19.718	34,16
Total	1.390.313	270.231	19,44

REDUÇÃO DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO

Município	Sem Revisão	Com Revisão
Blumenau	86	67
Chapecó	118	55
Concórdia	119	79
Criciúma	94	60
Florianópolis	116	92
Itajaí	99	51
Jaraguá do Sul	101	49
Lages	103	53
Palhoça	71	36
São José	53	29
Tubarão	59	36
Total	1.019	607

REDUÇÃO DAS SEÇÕES ELEITORAIS

RESUMO DAS SEÇÕES ELEITORAIS AGREGADAS

1 Eleição eletrônica

Município	Seções	Efetivas	Agregações
Blumenau	481	467	14
Brusque	141	135	6
Chapecó	288	262	26
Concórdia	192	160	32
Criciúma	338	317	21
Florianópolis	534	520	14
Itajaí	284	268	16
Jaraguá do Sul	228	203	25
Joinville	741	723	18
Lages	324	302	22
Palhoça	164	145	19
São José	273	264	9
Tubarão	189	170	19
Total	4177	3.936	241

2 Eleição convencional

--	--	--